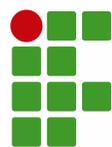


RELATÓRIO DE GESTÃO | IFRN 2021



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte



RELATÓRIO DE GESTÃO | IFRN 2021



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

Aprovado pelo Consup/IFRN,
Resolução nº 36, de 4 de abril de 2022

Natal, março de 2022



**José Arnóbio de
Araújo Filho**

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL
DO RIO GRANDE DO NORTE

MENSAGEM DO REITOR

O Relatório de Gestão 2021 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é apresentado neste documento com a marca do trabalho coletivo e cidadão que marca esta instituição centenária. Nesta introdução, faço um resumo das principais ações necessárias e alcançadas nesse período a partir do planejamento e da realidade social do estado do Rio Grande do Norte e do país.

Por mais um ano, estudantes, gestoras, gestores, servidoras e servidores precisaram lidar com os desafios da pandemia de covid-19. Com a conquista da vacina, vislumbramos, planejamos e realizamos o processo de retorno gradual das atividades presenciais, iniciado em novembro de 2021 e concretizado em sua integridade em março de 2022.

De janeiro a dezembro de 2021, com os esforços de toda a Instituição e o bom uso dos recursos públicos a ela destinados, foi possível propiciar as condições necessárias para que estudantes permanecessem em aula e com êxito, sem perder de vista o nosso horizonte guia: a união do Ensino, da Pesquisa e da Extensão para a transformação social do Rio Grande do Norte.

Nesse período, houve um intenso trabalho de adequação dos normativos acadêmicos ao contexto pandêmico, destacando-se a elaboração das diretrizes pedagógicas para a volta gradual à presencialidade. Foram desenvolvidos ainda trabalhos para o acompanhamento das propostas

de novos cursos *Stricto Sensu* e as discussões necessárias ao processo de revisão das ofertas institucionais.

Paralelamente, gestoras e gestores de tecnologia da informação e de atividades estudantis uniram esforços a fim de propiciar as condições necessárias para que estudantes em vulnerabilidade social continuassem acompanhando as aulas, com editais para aquisição de equipamentos digitais, pacotes de acesso à internet e material didático. Com o Suap, sistema de gestão desenvolvido pelo IFRN, inovamos sendo a primeira instituição pública de ensino a emitir os diplomas de conclusão de cursos de forma 100% digital.

Também de forma articulada, as pessoas atuantes nas pró-reitorias, diretorias e *campi* realizaram ações importantes para a expansão da ciência e da tecnologia, como o fortalecimento dos Centros de Tecnologia, das incubadoras tecnológicas de empresas, dos empreendimentos solidários, da maturidade dos projetos de pesquisa e inovação e da necessária interlocução com a comunidade externa.

No âmbito do planejamento e da administração, foi implantado o Escritório de Projetos, que vai acompanhar as ações de elaboração e acompanhamento de rotinas e processos institucionais, como também criadas comissões para revisão de normativos, gestão de informações e início da revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional, programado para ser realizado em 2022.

Todas essas ações também foram subsidiadas por um forte trabalho na área de gestão de pessoas, com o objetivo de propiciar o ambiente e as condições necessárias para que os cerca de 3 mil servidores da Instituição continuassem integrados na oferta da educação pública, gratuita e de qualidade, desenvolvendo ações de qualificação, capacitação e atenção à saúde do servidor, como o mapeamento de competências socioemocionais.

A leitura deste documento permitirá que sejam visualizados, de forma detalhada, os esforços e os resultados alcançados no ano. Dessa forma, na função de Presidente das instâncias de governança estratégica do IFRN, declaro o compromisso em assegurar a integridade do presente Relatório, tendo compreendido todos os níveis hierárquicos decisórios e suas equipes técnicas para a obtenção e consolidação das informações e aprovado o produto final ora apresentado.

Considerando o formato de relato integrado para o Relatório Anual de Gestão, nos pautamos pelas melhores práticas adotadas pelas organizações, públicas e privadas, assim como seguir as recomendações e determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União. Nossa opinião é que, atendendo ao dever de prestar contas à sociedade, divulgamos de forma concisa, transparente e objetiva os resultados alcançados em 2021 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

NOSSA MISSÃO

Prover formação humana, científica e profissional aos discentes
visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte

O IFRN EM NÚMEROS

- Mais de **34 mil** alunos matriculados nas diferentes modalidades, com Permanência e Êxito escolar em **76%**.
- Missão institucional garantida pelo atendimento de saúde a mais de **25 mil** estudantes em situação de vulnerabilidade, nas ações e programas de assistência estudantil.
- Mais de **1 mil** alunos introduzidos no mundo do trabalho.
- Captação de recursos públicos externos na ordem de **R\$ 3 milhões** para os projetos de Extensão e Empreendimentos Econômicos Solidários.
- **34** registros de propriedade intelectual depositados ou registrados, com 2 transferências de tecnologia.
- **40** obras lançadas em diversas áreas do conhecimento pela Editora do IFRN.
- **641** eventos científicos, culturais, artísticos e tecnológicos realizados de forma virtual e presencial.
- Investimentos em Tecnologia da Informação na ordem de **R\$ 5 milhões** para estrutura física e lógica aos estudantes e dependências administrativas.
- Geração própria de energia solar, com alcance de **82%** da energia elétrica total consumida.
- Reabertura do Centro de Referência em Tecnologia Mineral e implantação do Escritório de Projetos para captação de recursos externos em favor de **41** projetos institucionais.
- Investimento superior a **R\$ 1,5 milhão** na capacitação de aproximadamente **3 mil** servidores.



SUMÁRIO

1	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO	
	1.1 IDENTIFICAÇÃO DO IFRN	10
	1.2 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	11
	1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
	1.4 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	13
	1.5 MODELO DE NEGÓCIOS	18
	1.6 CADEIA DE VALOR	20
	1.7 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	21
	1.8 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES	25
2	GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	
	2.1 ESTRATÉGIA DE GESTÃO	27
	2.2 APOIO DA GOVERNANÇA NA GERAÇÃO DE VALOR	29
	2.3 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	30
	2.3.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA ESTUDANTES E SOCIEDADE	32
	2.3.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS ACADÊMICOS	41
	2.3.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA GESTÃO E INFRAESTRUTURA	54
	2.3.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA ORÇAMENTO	60

2.4. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	64
2.4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	64
2.4.2 GESTÃO DE PESSOAS	70
2.4.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	79
2.4.4 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	83
2.4.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	89
2.4.6 GESTÃO DE CUSTOS	95
2.4.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	100

3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS	104
PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	105

4 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATO DA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	107
---	-----

5 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

INDICADORES - PLATAFORMA NILO PEÇANHA	110
---	-----

ANEXOS E APÊNDICES

A1 RESUMO DE MATRÍCULAS POR OFERTA E <i>CAMPUS</i> NO EXERCÍCIO	112
A2 GLOSSÁRIO	113
A3 LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	115

1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO



1.1 IDENTIFICAÇÃO DO IFRN

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, institucionalidade dada pelos termos da Lei 11.892/2008, faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vincula-se ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos de fundamentação histórico-crítica. Está presente em todo o estado do Rio Grande do Norte por meio de seus 22 *campi*, atendendo a 34.817 alunos.

A função social do IFRN é “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais”.

De organização pluricurricular e *multicampi*, o IFRN oferece um ensino público, laico, gratuito e de qualidade, com cursos em sintonia com a função social que desempenha, visando a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais do Rio Grande do Norte. Apresenta, para tanto, um currículo organizado a partir de quatro eixos – ciência, trabalho, cultura e tecnologia – que atuam, de modo entrelaçado e intercomplementar, como princípios norteadores da prática educativa. O IFRN desenvolve a pesquisa e a extensão, na perspectiva de produção, socialização e difusão de conhecimentos, estimulando a produção cultural e realizando processos pedagógicos que levem à geração de trabalho e renda. Em um contexto mais amplo, a Instituição visa contribuir para as transformações da sociedade, visto que esses processos educacionais são construídos nas relações sociais.

MISSÃO E VISÃO

A missão de uma organização é a sua finalidade, sua razão de ser. O critério de sucesso definitivo para uma organização da área pública é o desempenho no cumprimento da missão. Uma organização do setor público cumpre a sua missão ao atender às necessidades de seu público-alvo ou partes interessadas. Baseado nessa definição, nossa **missão** é:

“Prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte.”



Conhecendo nossa missão, é preciso estabelecer com clareza onde pretendemos chegar. A **visão** é a idealização de um futuro desejado, e a concebemos como sendo:

“Consolidar-se como uma instituição de referência nacional e identificada por sua excelência na formação humana e profissional, geradora de desenvolvimento científico e tecnológico, até 2026.”



1.2 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

CANAL	FORMA DE COMUNICAÇÃO/INTERAÇÃO
 <p>TELEFONE INSTITUCIONAL</p> <p>Números para contato: portal.ifrn.edu.br/relacao-dos-telefones-do-ifrn</p>	<p>Através de contato telefônico, servidores, alunos, terceirizados, fornecedores, prestadores de serviço, pais, responsáveis, egressos e membros da comunidade externa (desde agentes públicos até órgãos da imprensa) buscam informações complementares e direcionamento para suas dúvidas.</p>
 <p>E-MAIL</p> <p>comunicacao.reitoria@ifrn.edu.br <i>Para acesso às redes sistêmicas (cada campus possui a sua página), pesquise por IFRN + nome do campus:</i></p>	<p>Uma das principais ferramentas de comunicação interna, é o caminho pelo qual servidores são informados sobre alterações no fazer institucional; o e-mail é, ainda, canal de suporte a dúvidas, envio de convites e comunicados, além de busca a informações de caráter público, tanto por parte do público interno quanto externo.</p>
 <p>PORTAL INSTITUCIONAL</p> <p>portal.ifrn.edu.br</p>	<p>Principal meio de divulgação de conteúdo do Instituto, o Portal IFRN é o espaço em que são publicadas notícias e reportagens, que fomentam a sociedade com informações de interesse público, dando retorno das ações aqui desenvolvidas. É no Portal, ainda, que editais para processos de seleção de servidores, alunos e de projetos, entre outros, são divulgados.</p>
 <p>REDES SOCIAIS</p> <p>@IFRNoficial</p>	<p>As mídias de redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram) são, por excelência, espaço de interação com o IFRN. Através desses canais, são divulgadas as oportunidades de acesso aos cursos e projetos desenvolvidos no IFRN, abrindo espaços para troca efetiva de informações com as pessoas que seguem as páginas institucionais. Através delas, são divulgadas também informações acerca do que está sendo realizado no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão, gerando transparência pública e fomento à construção colaborativa do conhecimento.</p>

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Tendo uma estrutura *multicampi* e pluricurricular, a organização do IFRN se estrutura entre Reitoria, dividida em áreas ou subunidades estratégicas, e 22 *campi*. Assim, institucionalmente, a Reitoria funciona como órgão gestor central da estrutura do IFRN, responsável por administrar, coordenar e a supervisionar todas as atividades das unidades (os *campi*, os *campi* avançados e a própria Reitoria). Nesse sentido, há um inter-relacionamento e interdependência entre as subunidades estratégicas na Reitoria e as respectivas vinculações funcionais nos *campi* e *campi* avançados.

A figura 1 apresenta a Reitoria e subunidades estratégicas do IFRN.

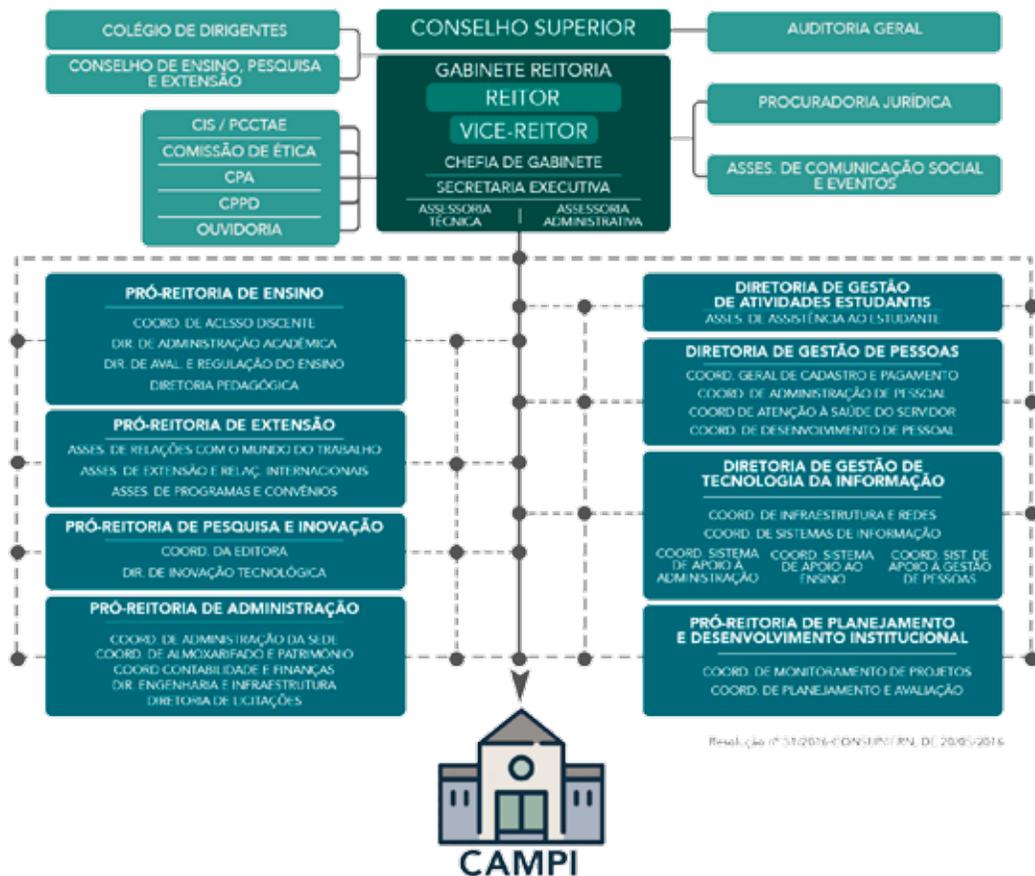


Figura 1 - Organograma de referência para a Reitoria

Fonte: <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2016/resolucao-no-31-2016/view> e <http://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2018>. Acesso em: 15 fev. 2022.

OS CAMPI SÃO:

Campus Natal-Central;
Campus Mossoró;

Campi oriundos da Expansão da Rede Federal de EPT:

Apodi,
 Caicó,
 Canguaretama,
 Ceará-Mirim,
 Currais Novos,
 Ipanguaçu,
 João Câmara,
 Macau,
 Natal-Cidade Alta,
 Natal-Zona Norte,
 Nova Cruz,
 Parnamirim,
 Pau dos Ferros,
 Santa Cruz,
 São Gonçalo do Amarante e
 São Paulo do Potengi;

Campi avançados:

Lajes, Parelhas, Jucurutu e Natal-Zona Leste.

1.4 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

MODELO DE GOVERNANÇA

A vocação regional do Instituto Federal viabiliza-se pela superintendência da Reitoria a um conjunto de *campi* interdependentes, onde cada *campus* é constituído como uma organização escolar, com sua própria estrutura administrativa hierárquica e de colegiados, sendo o responsável pelo atendimento no respectivo território de localização, do cumprimento das múltiplas atribuições, finalidades e objetivos legalmente previstos para o IFRN, de atuação educacional como centro de excelência nas áreas das tecnologias e das ciências, com abrangência que vai de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, independentemente do nível de escolaridade, até cursos de pós-graduação *stricto sensu*, de desenvolvimento de pesquisa e inovação e de atividades de extensão, conduzindo à percepção social equivocada de que o Instituto Federal é uma organização universitária, funcionando como instituição pública de concepção centralizada. A Figura 2 é uma representação da estrutura de governança do IFRN.

A alta administração, as direções-gerais das unidades do Instituto e os órgãos de governança têm, coletivamente, a responsabilidade e o dever de prestar contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançá-los e o estabelecimento de estruturas e aplicação dos procedimentos de controle para melhor gerenciar os riscos durante a realização dos processos organizacionais. É, portanto, uma responsabilidade primária dessas instâncias assegurar a existência, o monitoramento e a avaliação de um efetivo sistema de controle interno, bem como utilizar as informações resultantes desse sistema para garantir a integridade pública do IFRN e apoiar os processos decisórios, não sendo esses mecanismos elementos que obstam a autonomia administrativa e orçamentária das unidades e nem do órgão como um todo, mas auxiliam no melhor direcionamento das decisões críticas de gestão executiva e de soluções administrativas seguras e acertadas.

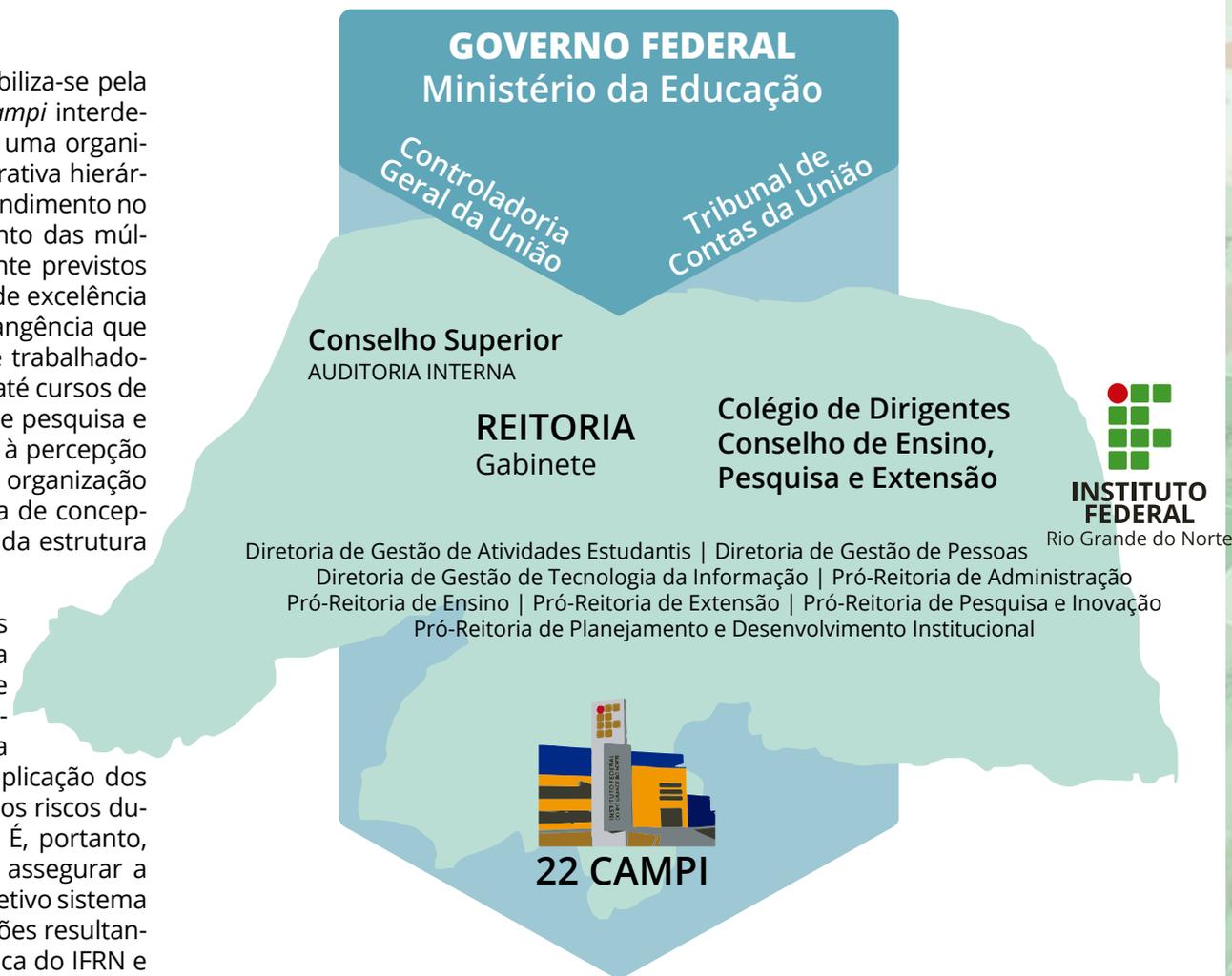


Figura 2 - Estruturação macro organizacional de governança do IFRN.

Fonte: Adaptado de FERNANDES, Francisco C. M. *Racionalidades e Ambiguidades da Organização Instituto Federal: o caso do Rio Grande do Norte*. Braga: Universidade do Minho, 2015

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com natureza jurídica de autarquia, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, integra uma rede nacional de Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Lei nº 11.892/2008 estabeleceu para o Instituto Federal um sistema de governança ímpar entre as instituições governamentais do país, baseado em conceitos emergentes de organização composta de organizações, expresso por intermédio de uma estruturação *multicampi*, em que cada *campus* possui autonomia educacional, administrativa e financeira, numa concepção sistêmica de rede.

A governança estratégica do IFRN é representada e exercida pelos seguintes órgãos colegiados:

Conselho Superior (CONSUP) – de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes de docentes, de servidores técnico-administrativos, dos estudantes, de egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes;

Colégio de Dirigentes (CODIR) – colegiado de caráter consultivo, composto pelos Pró-Reitores, Diretores das Diretorias de Gestão Sistêmicas da Reitoria e pelos Diretores de cada um dos *campi* que integram a Instituição;

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX) – de funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, constituído pelos Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e de Extensão, por representantes de coordenadores de curso, da equipe técnico-pedagógica, de docentes, de servidores técnico-administrativos, de discentes, e da sociedade civil, vinculados a instituições de fomento à pesquisa e/ou à extensão.

Os 3 (três) órgãos colegiados referenciados são presididos pelo Reitor, realizando suas atividades por meio de reuniões periódicas. A pe-

riodicidade das reuniões ordinárias é mensal para o Colégio de Dirigentes, a cada dois meses para o Conselho Superior, e trimestral para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. As competências de cada instância dos órgãos colegiados encontram-se publicadas no Estatuto do IFRN, disponível no endereço <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/estatuto>.

Além das representações da sociedade civil nos conselhos superiores (CONSUP e CONSEPEX), os *campi* contam com as seguintes estruturas de participação cidadã com potencial tomada de decisão:

Conselho Escolar, através do qual a sociedade civil, alunos e egressos, pais, técnicos administrativos, docentes e Diretor-Geral deliberam acerca de assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como aprovar o calendário acadêmico do *campus*.

Colegiado da Diretoria Acadêmica, órgão deliberativo e consultivo acerca das demandas relacionadas ao ensino, representado pelos docentes do *campus*, técnicos administrativos vinculados a diretoria acadêmica e representante de alunos.

Conselho de Classe, representado pelo Diretor Acadêmico, equipe técnico pedagógica, professores, alunos e pais, o qual objetiva colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Os mecanismos de controle são realizados, antes da atuação de decisões críticas pelos órgãos colegiados, pelos órgãos de governança instituídos regimentalmente: a) Comissão de Ética, também instituída no Regimento Geral do IFRN e a atuação é regulamentada no Regimento Interno da Comissão de Ética do IFRN, através da Resolução 18/2019-CONSUP/IFRN; b) Ouvidoria, instituído no Regimento Geral do IFRN no art. 65, como órgão de controle, cuja atuação é regulamentada pelo Regimento Interno da Ouvidoria do IFRN, através da Resolução nº 81/2012-CONSUP/IFRN; e c) Auditoria interna, exercida pela Auditoria Geral do IFRN como órgão de controle, instituída e regulamentada no art. 65 do Regimento Geral do IFRN.

O Conselho Superior do IFRN analisa e aprova todos os planos e programas que visam a governança de todas as atividades concernentes às diversas áreas estratégicas, quais sejam: a) Instituição da Política de Gestão de Riscos, através da Resolução N° 30/2021-CONSUP/IFRN, com designação do Núcleo de Gestão de Riscos (NGRIS) via Portaria n° 301/2021-RE/IFRN, do Comitê Gerencial (CGER) e do Comitê de Gestão Estratégica (CGEST) através da emissão da Portaria n° 617/2021-RE/IFRN; b) Instituição do Comitê de Governança Digital do IFRN e aprovação do Regimento, através da Resolução n° 5/2021-CONSUP/IFRN; c) Instituição de Comitês de Gerenciamento Estratégico através da Portaria n° 976/2019-RE/IFRN; d) Grupo de Trabalho de Orçamento, de natureza permanente, criado através da Portaria n° 119/2021-RE/IFRN, com objetivo de assessoramento à Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional na função regimental de zelar pelo cumprimento, por todos os *campi*, das metas definidas nos planos do Instituto com relação aos limites orçamentários planejados; e) Constituição da Unidade de Gestão da Integridade através da Resolução n° 42/2020-CONSUP/IFRN, para a implantação de Programa de Integridade, nos termos do Decreto n° 8.420/2015; e f) Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), com Regimento aprovado pela Resolução n° 44/2020 e designado pela Portaria n° 241/2021-RE/IFRN.

O modelo de governança pública do IFRN compreende tudo o que a instituição faz para assegurar que todas as suas ações estejam direcionadas para objetivos alinhados aos interesses da sociedade, e compreende um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle que permitem a avaliação, o direcionamento e a monitoração da gestão, em convergência aos preceitos do Decreto n° 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Dentre as ações de controle, estão:

O Programa de Integridade, em observância à Portaria n° 57/2019-CGU, consistindo em um conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, por meio da Unidade de Gestão da Integridade do IFRN, constituída por através da Resolução n° 42/2020-CONSUP/IFRN, a quem compete a coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa; orientação e treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes; e a promoção de outras ações relacionadas à sua implementação. A estrutura de Integridade do IFRN compõe-se, ainda,

da Comissão de Ética, que tem por missão zelar pelo cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, orientar os servidores para que se conduzam de acordo com suas normas e inspirar o respeito no serviço público; da Ouvidoria, exercida por um Ouvidor, definido pelo Conselho Superior e nomeado pelo Reitor, como um serviço disponibilizado pelo IFRN, com a finalidade de dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição; e da Auditoria Geral, que é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

A política de gestão de riscos, instituída pela Resolução n° 30/2021 – CONSUP/IFRN para atender integralmente aos ditames dispostos na Instrução Normativa Conjunta n° 1, de 10 de maio de 2016, prevê a arquitetura de princípios, objetivos, estrutura, competências e processos para gerenciar eficazmente os riscos identificados em relação a processos organizacionais das áreas de a) planejamento; b) ensino; c) pesquisa e inovação; d) extensão; e) gestão de pessoas; f) administração; g) assistência estudantil; h) tecnologia da informação; e i) comunicação social; tendo por objetivos basilares: fomentar uma gestão proativa; facilitar a identificação de eventos de oportunidade de ameaças às metas institucionais; prezar pelas conformidades legal e normativa dos processos organizacionais; melhorar o controle interno da gestão; melhorar a eficácia e a eficiência operacionais; aperfeiçoar a capacidade da instituição a se adaptar a mudanças; e melhorar a governança pública do IFRN.

CORPO PRINCIPAL DE DIRIGENTES

O Corpo Principal de Dirigentes, juntamente com os Diretores-Gerais dos 22 *campi* do IFRN, compõe o Colégio de Dirigentes, que é uma das estruturas de governança do IFRN descritas nesta seção 1.4.



Reitor

Nome: José Arnóbio de Araújo Filho
Cargo: Professor



Pró-Reitoria de Extensão

Nome: Denise Cristina Momo
Cargo: Professora



Diretoria de Gestão de Pessoas

Nome: Auridan Dantas de Araújo
Cargo: Odontólogo



Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Nome: Antônia Francimar da Silva
Cargo: Professora



Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Nome: Avelino Aldo de Lima Neto
Cargo: Professor



Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis

Nome: Valéria Regina Carvalho de Oliveira
Cargo: Assistente Social



Pró-Reitoria de Ensino

Nome: Dante Henrique Moura
Cargo: Professor



Pró-Reitoria de Administração

Nome: Juscelino Cardoso de Medeiros
Cargo: Contador



Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

Nome: André Gustavo Duarte de Almeida
Cargo: Professor



1.5 MODELO DE NEGÓCIOS - PRINCIPAIS PRODUTOS

PRODUTO 1 | FORMAÇÃO EM NÍVEL TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Principais insumos:

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios para educação básica e profissional, biblioteca etc.
- Corpo docente qualificado
- Corpo técnico administrativo qualificado
- Estrutura de processo seletivo



Principais atividades:

- Aulas teóricas
- Aulas práticas
- Aulas de campo e visitas técnicas
- Práticas laboratoriais
- Estágios curriculares
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão
- Olimpíadas do conhecimento



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Cumprimento do percentual de ofertas previsto na lei de criação dos Institutos Federais

Externos:

- Oferta de profissionais qualificados para atuação no mercado de trabalho

Positivos:

- Formação de profissionais qualificados para atuarem no mundo do trabalho
- Formação qualificada, permitindo diferentes itinerários de atuação profissional e a verticalização para o ensino superior

Negativos:

- Qualificação e formação de profissionais para atuarem na sociedade não representa qualquer impacto negativo

PRODUTO 2 | FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Principais insumos:

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, softwares de acessibilidade, biblioteca etc.
- Corpo docente qualificado
- Corpo técnico administrativo qualificado
- Estrutura de processo seletivo



Principais atividades:

- Aulas teóricas
- Aulas práticas
- Aulas de campo e visitas técnicas
- Práticas laboratoriais
- Estágios curriculares
- Projetos de pesquisa e extensão
- PIBID e Residência Pedagógica



PRINCIPAIS IMPACTOS:

Internos:

- Melhoria na capacitação dos docentes atuantes nas licenciaturas
- Aumento na produção científica na parceria alunos e professores
- Aumento do IGC (Índice Geral de Cursos)

Externos:

- Melhoria na qualificação dos professores que atuam na rede pública e privada de ensino através de cursos específicos de aperfeiçoamento, especializações e formação continuada
- Cursos de qualificação com ampla concorrência

Positivos:

- Formação de profissionais qualificados para atuarem nas escolas da educação básicas das redes públicas e privadas
- Contribuição na formação de professores licenciados para atuarem em todo o estado

Negativos:

- Qualificação e formação de professores para atuarem na rede de ensino não representa qualquer impacto negativo

PRODUTO 3 FORMAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO* E *STRICTO SENSU***Principais insumos:**

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, softwares de acessibilidade, biblioteca etc.
- Corpo docente qualificado com pós-graduação *stricto sensu*
- Corpo técnico administrativo qualificado
- Estrutura de processo seletivo adequada

**Principais atividades:**

- Aulas teóricas
- Aulas práticas
- Aulas de campo e visitas técnicas
- Práticas laboratoriais
- Projetos de pesquisa
- Produção acadêmica

**PRINCIPAIS IMPACTOS:****Internos:**

- Reserva de vagas para formação interna de servidores
- Produção acadêmico-científica, impactando positivamente nos indicadores da instituição

Externos:

- Proporcionar profissionais qualificados para atuarem como especialistas em diversas áreas do conhecimento ao mundo do trabalho e à sociedade em geral
- Qualificar profissionais em nível de mestrado e doutorado ao mundo do trabalho e à sociedade em geral, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico

Positivos:

- Ampliação nas ofertas de vagas *Lato* e *Stricto Sensu*

Negativos:

- Qualificação e formação de cidadãos em nível de pós-graduação não representam qualquer impacto negativo

PRODUTO 4 FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA**Principais insumos:**

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios para educação básica e profissional, biblioteca etc.
- Corpo docente qualificado
- Corpo técnico administrativo qualificado
- Estrutura de processo seletivo

**Principais atividades:**

- Aulas teóricas
- Aulas práticas
- Aulas de campo e visitas técnicas
- Práticas laboratoriais
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão

**PRINCIPAIS IMPACTOS:****Internos:**

- Reserva de vagas para formação interna de servidores
- Alta rotatividade de estudantes

Externos:

- Profissionais formados em curto espaço de tempo para atuarem no mundo do trabalho

Positivos:

- Certificação célere de profissionais para atuarem no mundo do trabalho
- Formação profissional e tecnológica de pessoas em situação de vulnerabilidade social através dos programas Mulheres Mil e ProEJA FIC

Negativos:

- Formação restrita a conhecimentos específicos

1.6 CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor do IFRN possui um conjunto de processos voltados para o atendimento de seus objetivos estratégicos. Os objetivos estratégicos, por sua vez, buscam atender as áreas finalísticas do IFRN, que são consideradas aquelas diretamente relacionadas com a criação de valor para a sociedade e estudantes. Como áreas finalísticas, tem-se ensino, pesquisa e extensão, que estão no topo e articulados de maneira indissociável. A gestão de apoio compreende todas as áreas que prestam suporte aos processos diretamente relacionados com a finalidade primária do IFRN, conforme Figura 3.

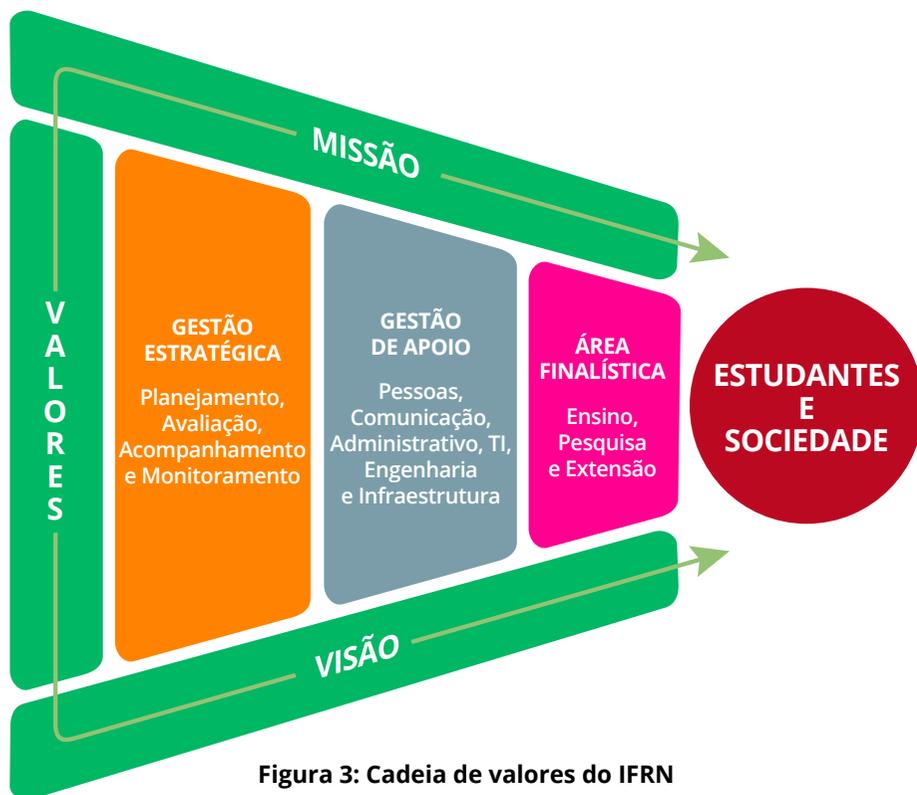


Figura 3: Cadeia de valores do IFRN

Fonte: Equipe elaboradora do RG

Esses processos relacionam-se entre si e com o planejamento estratégico, garantindo que todas as decisões e ações sejam executadas dentro dos padrões de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade do IFRN. Como mostrado na Figura 4, as atividades de apoio envolvem a gestão de pessoas, planejamento e obras, licitação e contratos, orçamento e finanças, tecnologia de informação e comunicação. Já a Gestão Estratégica congrega o planejamento, avaliação, acompanhamento e monitoramento, de forma a garantir a relevância da missão e da visão nas decisões institucionais.



Figura 4: Principais área de gestão e finalísticas

Fonte: Equipe elaboradora do RG

1.7 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O IFRN atua no estado do Rio Grande do Norte, com 22 unidades de ensino implantadas em 17 municípios. Sua área de abrangência, no entanto, atinge os municípios do entorno das unidades, conforme pode ser visto no mapa a seguir.



Fonte: Municípios - Relatório de Gestão 2021 dos *campi*; Matrículas - SUAP Edu, consulta em 11/03/2022; Servidores - DIGPE.

Estas unidades se incluem nas 3.471 escolas em atividade no Estado, segundo dados do Censo Escolar 2021 do INEP/MEC.

O cenário de atuação do IFRN pode ser reconhecido pelos principais indicadores sociais e econômicos divulgados para o Estado. Quanto à caracterização do território de abrangência, o Índice de Desenvolvimento Humano encontra-se na faixa média (IDHM 0,731 em 2017), para uma população total de 3.168.027 habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE. A densidade demográfica é de 59,99 hab/km². O IDHM desdobra-se em dimensões específicas, de acordo com o gráfico 1, a seguir.

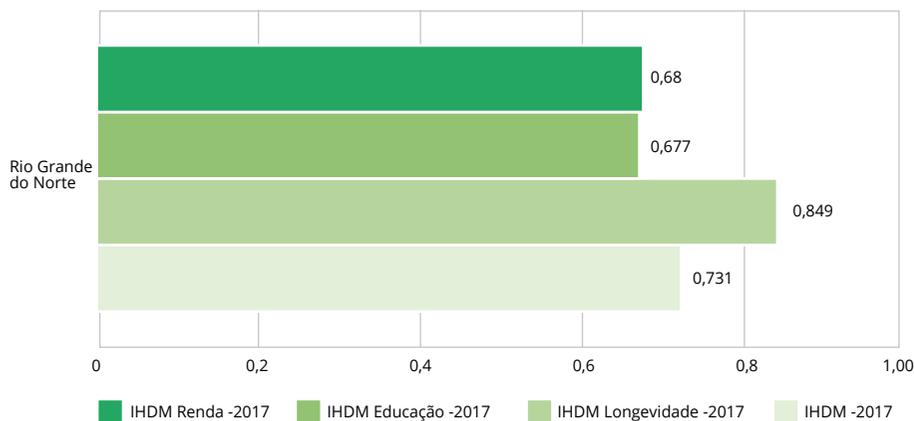


Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o Estado do RN, ano 2017 (PNAD/IBGE)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Consulta em 22/02/2022.

A dimensão que mais contribui para o IDHM no Rio Grande do Norte é longevidade, com índice de 0,849, seguida de renda (0,680) e educação, com índice de 0,677.

O componente Renda mensurado em 2017 é formado por diversos indicadores, dentre eles a renda per capita (R\$ 550) e o Índice de Gini, medida de desigualdade de renda (0,53), que se encontra em queda des-

de 1991 (quando atingia 0,63). Quanto mais próximo de zero, menos desigual é a renda da população. A renda per capita no RN é bastante inferior à referência nacional (R\$ 834), apesar do Índice de Gini apresentar desigualdade inferior à nacional (0,55).

Para os índices relativos ao tema Longevidade, o Estado apresentava, em 2017, a esperança de vida ao nascer de 75,96 anos e a mortalidade infantil de 14,05 óbitos/mil nascidos vivos, ambos apresentando melhoria em relação ao Censo de 2010 (72,52 e 19,70, respectivamente). A mortalidade infantil do RN é superior à taxa nacional (12,81 óbitos/mil nascidos vivos). A taxa de envelhecimento é 9,9%, segundo a PNAD/IBGE.

Para o tema trabalho, permanecem valendo os índices do Censo 2010, para os quais o RN encontrava uma taxa de atividade na faixa populacional de 18 anos ou mais no patamar de 60,20%, abaixo do índice nacional (66,54%). A taxa de desocupação para a mesma faixa populacional era de 9,69%, superior ao índice nacional (7,29%).

Em relação ao contexto educacional, 18,75% da população de 6 a 17 anos do Estado estava cursando o ensino básico regular com 2 ou mais anos de defasagem idade-série, percentual muito elevado em comparação à média nacional (12,73%). A taxa de frequência líquida ao ensino médio é de 51,47%, com média de anos de estudo de 7,24 anos no Rio Grande do Norte. Para a categoria de estudantes da 8ª série/9º ano, o IDEB foi de 4,1 em 2019, superando o último índice de 2017 (3,8). Apesar do progresso alcançado ao longo dos anos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que busca qualificar a educação recebida, ainda se encontra abaixo das metas estabelecidas para o Estado.

Conclui-se, portanto, que a área de atuação do IFRN, constituída no território do Estado do Rio Grande do Norte, é uma região que se encontra em processo de desenvolvimento, apresentando evolução em relação ao seu histórico para todos os temas. Quando comparada ao contexto nacional, entretanto, ocorre a necessidade de superação de desafios, uma vez que as condições de saúde básica, trabalho e educação ainda se encontram abaixo da média, resultando no IDHM em faixa média.

IDENTIFICAÇÃO DE FORÇAS E FRAQUEZAS

FORÇAS

- Ações de assistência estudantil para permanência e êxito discente, através do programa de alimentação, pagamento de auxílios para compra de equipamentos e acesso à internet, dentre outras;
- Atendimento a alunos com necessidade especiais, com apoio por meio dos NAPNEs (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), inclusive com contratação de empresa para fornecimento de mão de obra de profissionais para tal demanda;
- Boa infraestrutura física e de equipamentos;
- Gestão participativa e democrática, decisões de gestão prioritariamente realizada por órgãos colegiados;
- Verticalização do ensino;
- Formação profissional alinhada às necessidades de mercado das microrregiões de influência dos respectivos *campi*;
- Corpo técnico docente e administrativo bem capacitado;
- Promoção de projetos de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) para os servidores;
- Desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e inovação;
- Educação à distância disponível em todas as regiões do estado do Rio Grande do Norte.

ORIGEM INTERNA

FRAQUEZAS

- Evasão discente em modalidades específicas, sobretudo os cursos técnicos subsequentes;
- Redução no quantitativo de servidores em diversos *campi*, em virtude de afastamentos, solicitação por outros órgãos, dentre outros motivos;
- Necessidade de mapeamento dos processos e definição de rotinas administrativas, inclusive manuais e modelos de documentos;
- Necessidade de melhorias na comunicação interna e com a comunidade externa, por exemplo, por meio das redes sociais;
- Necessidade contínua de melhoria na acessibilidade de alguns ambientes.

IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

OPORTUNIDADES

- Parcerias com instituições públicas e privadas da região para realização de projetos, estágios e iniciação profissional dos discentes e egressos;
- Captação de recursos com órgãos de fomento nas mais diversas áreas.
- Uso da diversidade da infraestrutura física (salas de aula, laboratórios, auditório, áreas esportivas, etc) para projetos de ensino, pesquisa e extensão junto à comunidade externa dos *campi*;
- Retorno, ainda que tímido, de investimentos públicos (municipais, estaduais e federais) e privados no estado;
- Possibilidade de desenvolvimento de soluções tecnológicas para problemas da comunidade civil dos municípios do estado;
- Ampliação das modalidades remotas de ensino, através de ferramentas e conteúdos digitais;
- Desenvolvimento regional;
- Fomento do empreendedorismo, por exemplo, com o apoio das Incubadoras Tecnológicas;
- Abertura de novos cursos e consolidação dos já ofertados;
- Potencial de geração de receita própria em diversas localidades, especialmente com as unidades produtivas.

AMEAÇAS

- Evasão escolar, em virtude das dificuldades trazidas pela pandemia para os alunos (dificuldades financeiras, não adaptação ao ensino remoto, etc);
- Impossibilidade de realização de atividades externas e práticas, também em virtude da pandemia;
- Problemas relativos ao transporte público, sobretudo nos *campi* do interior;
- Reduções e contingenciamentos de recursos públicos, com comprometimento dos investimentos institucionais;
- Problemas com algumas empresas prestadoras de serviços terceirizados;
- Mudanças contínuas na legislação nas mais diversas áreas.

1.8 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

CONSIDERAÇÕES SOBRE A MATERIALIDADE DOS TEMAS E LIMITES DO RELATO

Os temas escolhidos para estarem presentes neste relatório integrado foram determinados a partir do alinhamento entre a orientação estratégica do IFRN, conceituada em sua missão de “prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte”, a qual é desdobrada em 20 objetivos estratégicos, e as indicações realizadas pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Decisão Normativa TCU 187/2020 e por meio do Guia de Elaboração na forma de Relato Integrado.

Dessa forma, apresenta-se a seguir a Figura 5, que visa representar o processo de determinação da materialidade dos temas e delimitação do escopo do Relatório.

ETAPA 1

Análise dos normativos e documentos referenciais disponibilizados pelo TCU

ETAPA 3

Materialidade dos temas a partir da análise da aderência e ajustamentos dos capítulos do RG ao PDI do IFRN

ETAPA 2

Estabelecimentos dos capítulos a serem trabalhados no Relatório (RG)

ETAPA 4

Delimitação dos temas e desenvolvimento dos conteúdos para o RG

Figura 5: Representação das etapas percorridas para a materialidade e delimitação dos temas do RG.

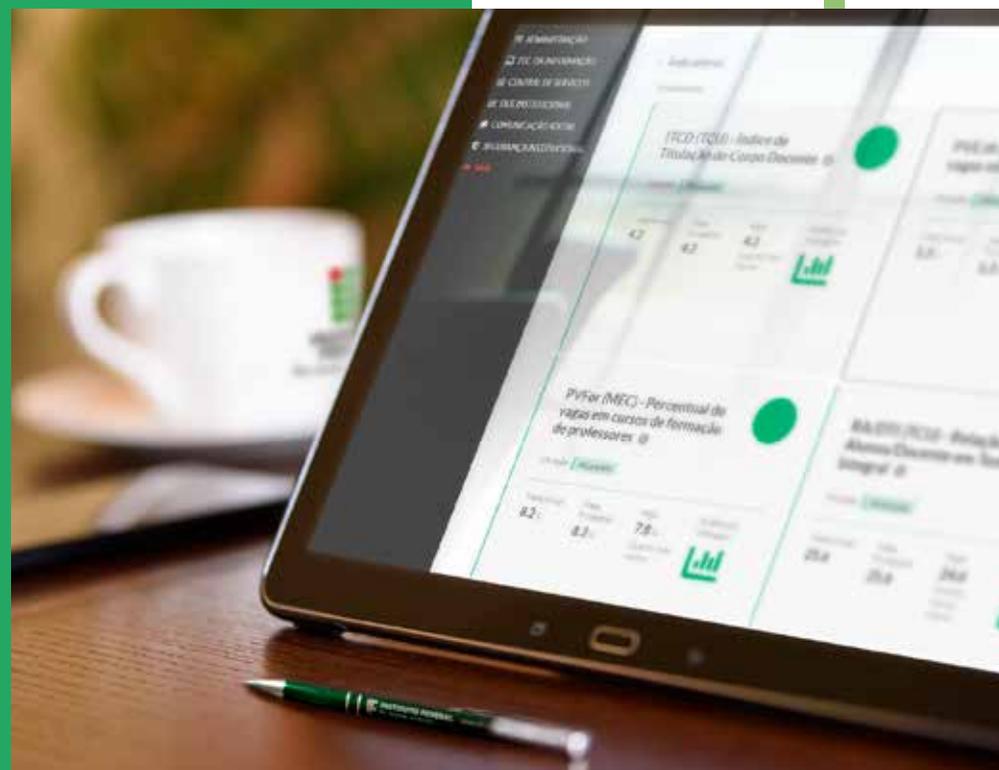
Fonte: Equipe elaboradora do RG.



As áreas sistêmicas da instituição, cujos gestores são responsáveis pela execução dos projetos estratégicos institucionais, são as instâncias de governança que delimitam o escopo dos conteúdos a serem apresentados no Relatório de Gestão. Tal delimitação se baseia: I) nos conteúdos estabelecidos pelos normativos nos órgãos de controle; II) nas atividades que requerem maior esforço institucional (seja por meio de investimento financeiro e/ou de pessoal) e; III) nos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional e seu desdobramento anual, que prevê as atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano e que serão objeto de análise sobre os resultados no Relatório.

2

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



2.1 ESTRATÉGIA DE GESTÃO

O planejamento estratégico do IFRN tem como principal instrumento norteador o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2026), previsto no artigo 20 do Decreto no 9.235/2017. O PDI foi elaborado com a participação de toda a comunidade acadêmica e da sociedade, para um período de oito anos com ajustes em datas previamente definidas, e sua construção foi baseada nos fundamentos do BSC (*Balanced Scorecard*), e referendada pelo CONSUP em 26 de abril de 2019.

O objetivo do PDI é indicar o caminho pelo qual a Instituição deve seguir no intuito de cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos para o período mínimo de cinco anos. O PDI constitui-se não apenas de um instrumento de gestão, norteador do caminho a ser seguido e da forma como cumprir sua missão e alcançar seus objetivos, mas também é um requisito legal para o credenciamento de Instituições Públicas de Ensino Superior.

Para o planejamento estratégico do IFRN, as perspectivas do BSC foram definidas tendo como base outros modelos de planejamento estratégico desenvolvidos em outros Institutos da rede federal de ensino, com as devidas adaptações para a nossa realidade. As perspectivas utilizadas neste planejamento foram:

Perspectiva de Estudantes e Sociedade: para alcançarmos a nossa visão, que resultados devemos gerar para os nossos estudantes e para a sociedade em geral?

Perspectiva de Processos Acadêmicos: para satisfazermos nossos estudantes, que processos, no âmbito acadêmico, são considerados críticos, demandando melhorias?

Perspectiva de Gestão e Infraestrutura: para melhorar nossos processos acadêmicos, que aspectos da gestão e da infraestrutura do IFRN são considerados críticos e, portanto, deveremos aperfeiçoar?

Perspectiva Orçamentária: para alcançar nossa visão e promover a melhoria das demais perspectivas, quais estruturas orçamentárias são consideradas críticas e deveremos seguir?

Uma vez definidas as perspectivas, o segundo passo para a aplicação do BSC foi dado com a construção do mapa estratégico. O mapa estratégico se refere a uma representação visual das relações de causa e efeito dos componentes da estratégia (perspectivas), contemplando os objetivos (resultados) que devem ser alcançados por cada perspectiva.

Dessa forma, foi construído o mapa estratégico (Figura 6), com as perspectivas e os objetivos estratégicos a serem alcançados. É importante considerar que, em algumas perspectivas, houve a necessidade de definir temas estratégicos, em virtude da complexidade e do conjunto de variáveis distintas a serem consideradas nessas perspectivas. Os temas estratégicos possibilitam a criação de valor, neste caso, para os estudantes e sociedade em geral por meio de um fluxo de valor no mapa estratégico, ajudando o seu alinhamento, ou seja, os temas estratégicos são importantes para promover a integração e o alinhamento entre as diferentes áreas.



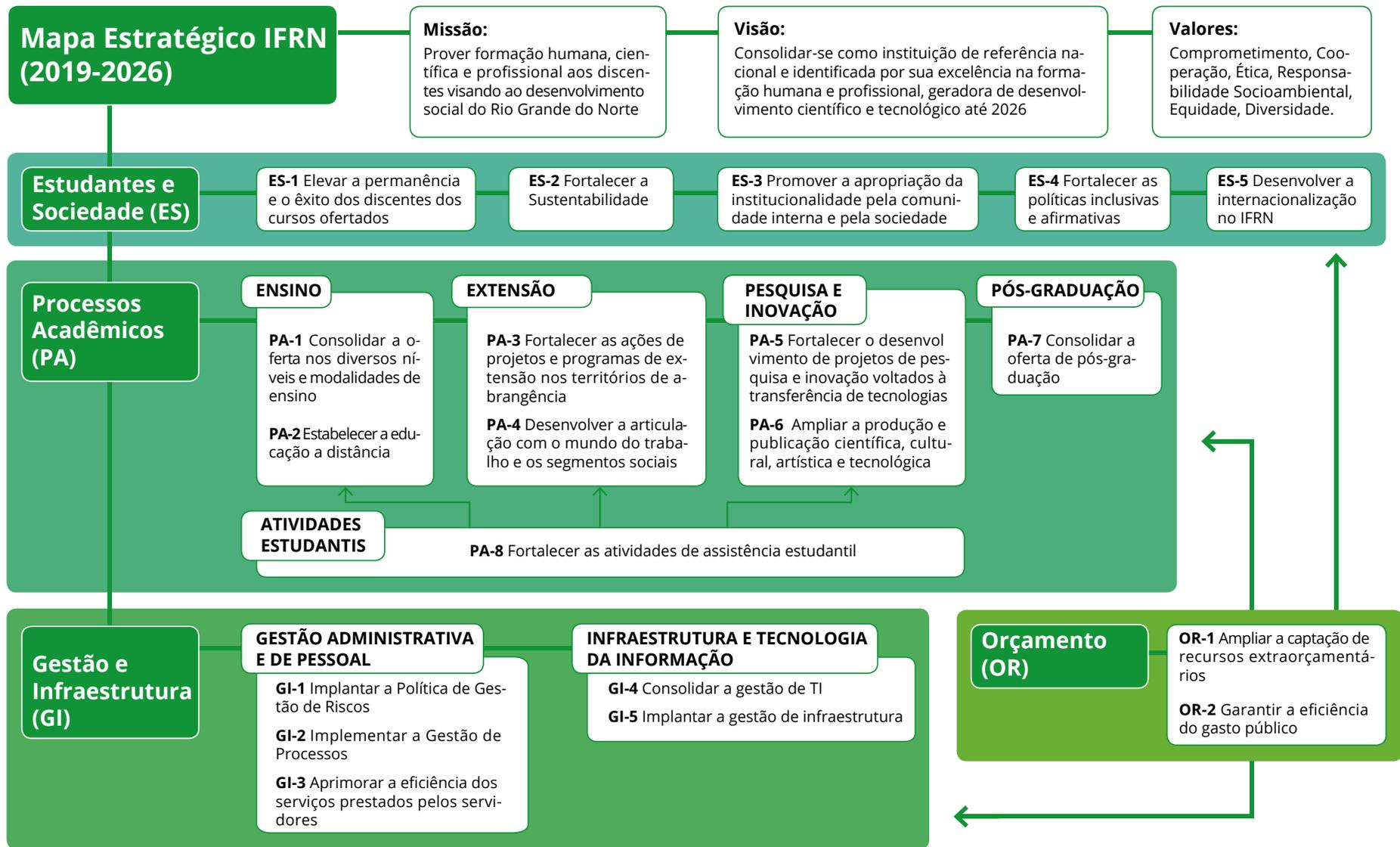


Figura 6: mapa estratégico do IFRN

Fonte: PDI IFRN 2019-2026

2.2 APOIO DA GOVERNANÇA NA GERAÇÃO DE VALOR

A estrutura de governança do IFRN compreende um conjunto de instâncias, bases normativas, atribuições e a forma de atuação de cada instância. Este conjunto tem como objetivo regular a maneira como a instituição é dirigida, administrada e/ou controlada.

Procurando se adequar aos paradigmas modernos da boa gestão, seja no que diz respeito à observância de normas legais, seja no que se refere à adoção de práticas organizacionais tidas como eficientes e eficazes, o IFRN tem o compromisso de, progressivamente, promover mecanismos de governança que assegurem o fiel cumprimento de sua missão institucional.

O atual sistema de governança engloba:

I) Operação de unidades diretamente relacionadas ao propósito, como instâncias de assessoramento/deliberação coletivas (Colegiado de *Campus*, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, entre outros) e instâncias de avaliação, controle, prevenção e tratamento de riscos (Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos, Procuradoria Jurídica, Núcleo de Gestão de Riscos e Unidade de Gestão da Integridade);

II) Acesso e participação da sociedade na gestão, com garantia de participação em órgãos consultivos e/ou deliberativos e disponibilização de canais de interlocução, como o Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria.



2.3 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Esta seção se destina a apresentar os resultados da gestão do IFRN conforme seu plano estratégico, expresso nas 4 perspectivas e nos 20 objetivos estratégicos do PDI 2019-2026 e sintetizados no mapa estratégico constante na Figura 6.

Assim, os resultados estão divididos em 4 subseções (2.3.1 a 2.3.4), cada uma dedicada a apresentar os resultados de sua perspectiva. Nas subseções, são encontrados os correspondentes objetivos estratégicos e seu progresso rumo ao atingimento, identificado pelas cores da ferramenta de monitoramento do PDI, o Farol de Desempenho: verde (alcançado), amarelo (parcialmente alcançado) e vermelho (não alcançado). As cores fazem alusão a um farol de trânsito, demonstrando os resultados obtidos no exercício em linguagem simples.

Cada objetivo estratégico conta com um conjunto de indicadores de desempenho. Cada indicador, por sua vez, conta com uma meta anual e com um resultado (valor “Hoje”), e seu atingimento também é sinalizado pelas cores do Farol de Desempenho. Assim, é possível compreender como o resultado dos indicadores exerce influência no progresso rumo ao atingimento de cada objetivo estratégico. O desempenho institucional é suportado pelo desenvolvimento de 41 projetos estratégicos, que concentram todas as atividades institucionais e rotinas desenvolvidas nos *campi* e na reitoria, porém com gestão centralizada. Assim, também são apontados, junto aos objetivos estratégicos, quais os projetos que contribuem para o seu resultado, expressos em siglas. A nomenclatura completa dos projetos pode ser consultada no Quadro 1, a seguir, que contribui para a compreensão dos investimentos realizados em cada projeto.

Projetos / Etapas	Planejado (R\$)	Empenhado (R\$)	%
AA Diagnóstico de permanência e êxito dos alunos assistidos	5.555,50	66.304,03	1193,48
AB Otimização dos recursos dos programas de alimentação (PNAE e PNAES)	11.111,00	0,00	0,0
AC Rotinas de Atividades Estudantis	15.659.680,23	15.756.147,92	100,62
CA Reestruturação da comunicação audiovisual	10.000,00	3.168,83	31,69
CB Reforma do site institucional	0,00	0,00	0,0
CC Rotinas da Comunicação Social	28.026,00	0,00	0,0
DA Metodologia de Gestão de Riscos	5.015,00	0,00	0,0
DB Reserva Técnica e Emendas Parlamentares	9.638.280,95	2.809.278,51	29,15
DC Rotinas do Planejamento e Desenvolvimento Institucional	22.424,00	140.023,70	624,44
EA Plano de Monitoramento de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos e Recredenciamento	0,00	0,00	0,0
EB Projeto Estratégico de Acesso Permanência e Êxito por tipo de oferta	0,00	0,00	0,0
EC Rotinas do Ensino	2.081.449,40	1.145.754,29	55,05
GA Planos Diretores de Infraestrutura do IFRN - PDInfra	4.917.552,88	4.587.379,84	93,29
GB Planos de inspeção e manutenção das unidades	626.807,44	1.162.431,80	185,45

GC	Plano de economia, uso eficiente e reuso da água dos campi do IFRN	46.147,23	0,00	0,0
GD	Programa de economia e uso suficiente da energia elétrica	18.546,78	0,00	0,0
IA	IFRN Internacional	92.519,02	26.200,00	28,32
IB	Rotinas das Relações Internacionais	53.080,98	79.665,01	150,08
MA	MA - Otimização dos gastos com contratos continuados	27.266.447,01	30.109.322,25	110,43
MB	MB - Mapeamento de atividades com potencial de captação de receita própria	1.299.155,00	632.385,53	48,68
MC	Rotinas da Administração	5.610.184,02	10.592.106,51	188,80
PA	Fortalecimento dos núcleos e centros de pesquisa e inovação	536.000,00	376.050,00	70,16
PB	Incentivo a projetos com potencial de ascendência na inovação tecnológica	42.250,00	35.184,84	83,28
PC	Elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Inovação e de Em	281.384,84	283.836,87	100,87
PD	Reestruturação da Pós-Graduação	197.500,00	151.475,00	76,70
PE	Rotinas de Pesquisa e Inovação	181.358,00	200.699,86	110,67
SA	Capacitação de servidores com foco em competências	1.950.080,00	1.365.140,48	70,00
SB	Mapeamento das Competências Técnicas e Comportamentais	0,00	324.950,80	0,0
SC	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	357.799,88	136.430,73	38,13
SD	Rotinas de Gestão de Pessoas	590.248.848,41	588.610.661,42	99,72
TA	Aplicação de tecnologias disruptivas para apoio e aprimoramento da gestão.	86.400,00	0,00	0,0
TB	Contratação de Desktop Virtual	0,00	0,00	0,0
TC	Suap Framework	0,00	0,00	0,0
TD	Execução do PDTI	851.798,00	1.836.825,15	215,64
XA	Avaliação do Impacto social das iniciativas de extensão	76.558,00	1.870,00	2,44
XB	Capacitação da comunidade interna para desenvolvimento das ações de Extensão.	0,00	0,00	0,0
XC	Prospecção das demandas de extensão nos territórios de abrangência do IFRN.	0,00	0,00	0,0
XD	Rotinas da Extensão	833.900,00	809.576,69	97,08
ZA	Institucionalização EAD	0,00	0,00	0,0
ZB	Produção de Material Didático Acessível	0,00	0,00	0,0
ZC	Reestruturação do PROITEC	0,00	0,00	0,0
Total Geral		663.035.859,57	661.242.870,06	99,73

Quadro 1 - Execução financeira dos projetos estratégicos/de rotina

Fonte: Elaboração PRODES, a partir dos dados do Tesouro Gerencial

2.3.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA ESTUDANTES E SOCIEDADE

Para alcançarmos a nossa visão, que resultados devemos gerar para os nossos estudantes e para a sociedade em geral?

Objetivo estratégico: **ES1 - Elevar a permanência e êxito dos discentes dos cursos ofertados**

INDICADORES

IEAC (TCU) - Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes*

Meta anual:	Hoje:	
64.5%	62.5%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

IEIcI (MEC) - Índice de Eficácia da Instituição*

Meta anual:	Hoje:	
25.4%	21,8%	SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

IEfet - Índice de Efetividade Acadêmica por Modalidade de Ensino*

Meta anual:	Hoje:	
34.3%	22.8%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

IEnI (MEC) - Índice de Eficiência da Instituição*

Meta anual:	Hoje:	
71.8%	72.4%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

IPE - Índice de Permanência e Êxito*

Meta anual:	Hoje:	
76.0%	76.0 %	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

IRFE (TCU) - Índice de Retenção do Fluxo Escolar**

Meta anual:	Hoje:	
10.8%	11.8%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

RC/A(TCU) - Relação Concluintes/Aluno*

Meta anual:	Hoje:	
35.4%	30.1%	SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

TC - Taxa de Conclusão (por modalidade de ensino)*

Meta anual:	Hoje:	
19.1%	10,0%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

TE - Taxa de Evasão (por modalidade de ensino)**

Meta anual:	Hoje:	
11.2%	8.5%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

TMCRg - Taxa de Matrícula Ativa Regular (por modalidade de ensino)*

Meta anual:	Hoje:	
57.0%	65.9%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

TMCRT - Taxa de Matrícula Ativa Retida (por modalidade de ensino)**

Meta anual:	Hoje:	
13.8%	15.5%	SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

EB | EC | MA | PA | PB | PC | PD | TB | XA | XB | XC | XD | ZB

Progresso: 88,94%

Não alcançado Parcialmente alcançado Alcançado Não informado/Não se aplica





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES1

Principais resultados alcançados:

- Atendimento ao objetivo estratégico por meio das ações sistêmicas para retorno das atividades acadêmicas, com o estabelecimento de diretrizes orientadoras para o desenvolvimento do ensino misto provisório e planejamento do retorno presencial; fortalecimento do apoio financeiro aos estudantes por meio da concessão de auxílio para a compra de equipamentos e contratação de serviços de tecnologia de informação; e adoção de estratégias da equipe multidisciplinar para acompanhamento pedagógico e psicossocial dos estudantes.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Indicadores com resultado distorcido devido à pandemia. O ano letivo 2021 permanece em curso até março de 2022, ainda em razão da interrupção do calendário acadêmico de março a outubro de 2020;
- A permanência da pandemia contribuiu para que os indicadores IECl, RC/A e TMCRT fossem parcialmente alcançados e os indicadores IEfet e TC não atingissem o valor planejado. Esses dois últimos indicadores foram prejudicados por conta da não coincidência do calendário civil com o acadêmico, uma vez que uma parcela considerável dos cursos, referente ao período 2021.2, só encerrará em março de 2022.

Desafios futuros:

- Retorno pleno ao ensino presencial planejado em conformidade com as condições de biossegurança;
- Alcançar as metas estabelecidas no PDI, visando alcançar o objetivo estratégico em situação de normalidade;
- Adequação do calendário acadêmico de modo que a conclusão de suas atividades ocorra dentro do calendário civil.

Riscos identificados:

- Elevação dos índices de trancamento de matrículas em decorrência de adequações familiares às circunstâncias da pandemia;
- Não alcance de metas em razão da permanência do estado de pandemia, comprometendo o retorno total das atividades presenciais e a adequação do calendário acadêmico ao calendário civil.



Objetivo estratégico: ES2 – Fortalecer a sustentabilidade

INDICADORES

PeuÁgua - Implantação do Plano de economia, uso eficiente e reuso da água dos Campi do IFRN (PeuÁgua)*

Meta anual:	Hoje:	
33.3%	8.3%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

PeuEnergia - Implantação do Plano de economia e uso eficiente da energia elétrica dos Campi do IFRN (PeuEnergia)*

Meta anual:	Hoje:	
21.2%	10.9%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

GA	GC	GD	TB
----	----	----	----

Progresso: 35,6%

 Não alcançado
  Parcialmente alcançado
  Alcançado
  Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES2

Principais resultados alcançados:

- Metas ainda não alcançadas em função do atraso na elaboração dos Planos/Programas PeuÁgua e PeuEnergia;
- Ações desenvolvidas isoladamente pelos *campi*, garantindo a prática constante da sustentabilidade na instituição, mesmo fora do âmbito dos referidos Planos;
- Principais ações (energia elétrica): aquisição e utilização de lâmpadas de LED para ambientes internos e externos; produção de energia elétrica a partir de fonte renovável; melhor distribuição de cargas no *campus* CNAT, maior *campus* da instituição;
- Principais ações (água): captação e reuso de água de máquinas de ar-condicionado para limpeza de ambientes e para irrigação de jardins; reutilização de água desprezada pelos destiladores em laboratórios; implantação de um sistema digital de monitoramento remoto dos níveis de água dos reservatórios; campanhas educativas e palestras sobre consumo racional de água em alguns *campi*;
- Principais ações (resíduos sólidos) - contratação de empresas para destinação dos resíduos hospitalares gerados, na coleta de pilhas e baterias nas unidades, com destinação adequada desses materiais e coleta seletiva dos resíduos recicláveis.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Dificuldades de articular ações em função da pandemia;
- Gestão sistêmica das ações voltadas à eficiência no uso de energia e água centralizada, com foco apenas nas ações pontuais, segundo suas necessidades;
- De maneira geral, houve redução no consumo de água e energia elétrica em cada *campus* em virtude da permanência da Pandemia da covid-19.



Desafios futuros:

- Conscientizar toda a comunidade acadêmica a respeito da urgência e relevância da elaboração e implementação, a partir da realidade e necessidades de cada *campus*, dos Planos/Programas *PeuÁgua* e *PeuEnergia*;
- Estimular o engajamento dos servidores e alunos da instituição quanto ações relativas à sustentabilidade;
- Reestruturar o projeto *Campus Verde* e promover seu vínculo com o projeto estratégico ES2, contribuindo com a elaboração, execução e acompanhamento dos planos de economia de água e energia.

Riscos identificados:

- Fragilidades na comunicação e articulação das ações tomadas pelas unidades em relação à comissão central designada pela Diretoria de Engenharia e Infraestrutura;
- Corpo técnico limitado para a condução dos trabalhos nas unidades;
- Falta de orçamento de investimento para execução de ações estruturantes de sustentabilidade de maior porte;
- Atraso significativo no atingimento das metas previstas no PDI em relação ao Objetivo Estratégico ES2.



INDICADORES

Objetivo estratégico: **ES3 – Promover a apropriação da institucionalidade pela comunidade interna e pela sociedade**

Apr_dis - Número de discentes encaminhados para Programa de Aprendizagem*



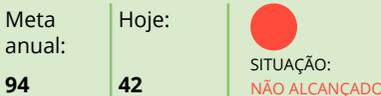
Estg_dis - Número de discentes encaminhados para Estágio*



Percep - Percepção sobre a instituição (Portal-externa)*



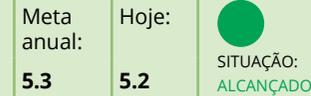
PMEBas - Quantidade de escolas apoiadas em programas de melhoria da qualidade da educação básica (desdobramento por município)*



IS - Índice de satisfação com a instituição*



RC/V(TCU) - Relação Candidato/Vaga*



* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

CA	CB	CC	GC	XA	XB	XC	XD
----	----	----	----	----	----	----	----

Progresso: 41,95%

 Não alcançado  Parcialmente alcançado  Alcançado  Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES3

Principais resultados alcançados:

- O indicador Apr_dis cresceu 13% em 2022 desde sua criação em 2019, enquanto o indicador Estg_dis alcançou cerca de 98% do resultado de 2019, depois de ter caído em números absolutos de 791 (2019) para 340 (2020). O crescimento e a recuperação dos respectivos indicadores expressam uma ampliação da integração do IFRN com o mundo do trabalho;
- A demanda global pelos cursos do IFRN (Relação Candidato/Vaga) foi atendida plenamente, uma vez que a meta era de 5,3 e o resultado alcançado foi de 5,2;
- Manutenção do número de escolas apoiadas, considerando a quantidade de 2020;

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O contexto pandêmico e econômico foi responsável pelo fechamento de empresas e a subsequente redução na oferta de vagas de estágio, aprendizagem e emprego, o que dificultou a integração do IFRN com essas organizações e instituições.



Principais resultados alcançados:

- Ausência de registro da percepção do índice de satisfação da instituição perante a comunidade interna e externa;
- No ano de 2021, a Assessoria de Comunicação Social e Eventos realizou uma reestruturação interna a fim de dar mais suporte as suas atividades e uma maior orientação às coordenações de comunicação social e eventos dos *campi*;
- Atendimento de 1443 chamados para divulgação, 907 para criação, 78 de produção audiovisual, 63 para realização de eventos, 57 para alimentação de conteúdo e 56 comunicados;
- Realização de 1195 eventos, com 83 transmissões ao vivo pelo canal no YouTube IFRN Oficial, alcançando 33.300 horas de exibição.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A quantidade de escolas apoiadas está relacionada com os programas de Residência Pedagógica e PIBID. A não oferta de novos editais pela Capes para adesão de outras escolas dificultou a ampliação desse número.
- O ano de 2021 foi marcado pelo trabalho remoto emergencial em função da pandemia de covid-19 e o início do retorno gradual à presencialidade em novembro, com foco na necessidade de informar a comunidade sobre as decisões e normativas quanto ao ensino e todas as áreas que o abrangem.

Desafios futuros:

- Ampliar a integração entre o IFRN e o mundo do trabalho por meio da elevação do número oportunidades captadas de estágio e aprendizagem, especialmente para este primeiro.
- Ampliar o número de escolas atendidas frente a adesão a novos editais publicados pela Capes;
- Adequação do questionário de autoavaliação institucional a fim de contemplar os indicadores IS e Percep.
- Os principais desafios que se apresentam hoje para a área de Comunicação Social e Eventos no IFRN estão relacionados à integração e articulação das equipes da Reitoria e dos *campi*, como também à impossibilidade de contratação de novos servidores para os cargos específicos, uma vez que foram extintos no âmbito do planejamento nacional.
- Reestruturação da área de audiovisual no Instituto, considerando uma força ainda não utilizada na sua potencialidade, visto o histórico com a estruturação de estúdio produção no *Campus* Natal-Zona Leste, a criação de videoaulas para o ProITEC, o programa IFRN em Pauta e o curso de Multimídia no *Campus* Natal-Cidade Alta.

Riscos identificados:

- A integração com o mundo do trabalho e, portanto, a apropriação da institucionalidade do IFRN nesse setor da sociedade por meio das vagas de Estágio e Aprendizagem, pode enfrentar entraves em razão dos desdobramentos das crises sanitária e econômica.
- A não publicação pela Capes de novos editais referentes ao PIBID e Residência Pedagógica;
- A continuidade da pandemia do covid-19 em 2022, que pode comprometer o alcance das metas previstas.
- Os principais riscos identificados na área de Comunicação Social e Eventos dizem respeito à diversidade de estruturas e fontes informacionais e de divulgação institucional. *Campi*, Reitoria, setores, projetos, servidores e estudante podem ser vetores de divulgação sobre a Instituição. Esse fator gera um potencial de ampliação das informações e dos conteúdos a serem trabalhados, mas também riscos no tocante às formas de tratamento das informações e à possibilidade de compartilhamento de dados equivocados ou situações que possam gerar crises institucionais. A criação de normativos pode ser uma saída, como também o trabalho de integração com as coordenações de comunicação social, gestores e toda a comunidade acadêmica.



Objetivo estratégico: **ES4 – Fortalecer as políticas inclusivas e afirmativas**

INDICADORES

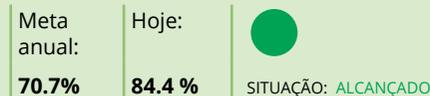
INANE - Índice de cumprimento de ações do Napne e Neabi*



INEE - Índice de atendimento de discentes com necessidades educacionais específicas (desdobramento por tipo de necessidade)*



IPE-NEE - Desdobramentos dos índices de permanência e êxito para discentes com NEE*



* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

EC GA PA PB ZB ZC

Progresso: 89,90%

Não alcançado

Parcialmente alcançado

Alcançado

Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES4

Principais resultados alcançados:

- Efetividade das ações planejadas do Neabi e do Napne, concretizadas por meio de atividades realizadas virtualmente e presencialmente no âmbito dos *campi*, permitindo atingir a meta;
- Atuação regular do Napne no acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas, através dos profissionais especializados e das equipes multidisciplinares dos *campi*;
- Aprovação do regimento interno do Neabi.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O alcance do indicador INEE (Índice de atendimento de discentes com Necessidades Educacionais Específicas) foi comprometido, pois parte de suas ações exigiam a presencialidade, que foi parcial durante o período de pandemia.

Desafios futuros:

- Dada a aprovação de resolução pelo Consup, implementar as comissões de heteroidentificação racial nos processos seletivos de discentes e de servidores.

Riscos identificados:

- Prejuízos no atendimento de alunos com necessidades educacionais específicas caso permaneça o estado de pandemia;
- Dificuldade para formação das comissões de heteroidentificação em todos os *campi*.



Objetivo estratégico: **ES5 - Desenvolver a internacionalização no IFRN**

INDICADORES

IMI_dis - Índice de mobilidade internacional - discentes em intercâmbio*

Meta anual:	Hoje:	
0.5%	0.7%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

IMI_rec - Índice de mobilidade internacional - pessoal recebido*

Meta anual:	Hoje:	
50	77	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

IMI_serv - Índice de mobilidade internacional - servidores em intercâmbio*

Meta anual:	Hoje:	
3.1%	1.0%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

PCI - Número de projetos de cooperação internacional (com e sem financiamento externo)*

Meta anual:	Hoje:	
20	17	SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

PEI - Participações em eventos internacionais dentre total em mobilidade*

Meta anual:	Hoje:	
1.8%	4.9%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

IA | IB

Progresso: 81,97%

 Não alcançado

 Parcialmente alcançado

 Alcançado

 Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO ES5

Principais resultados alcançados:

- Colaboração expressiva de pessoal estrangeiro no IFRN (instituições de Portugal, Cabo Verde, Angola, Moçambique, França, Itália, Argentina, Espanha, Uruguai, Colômbia e El Salvador), favorecida pela mobilidade internacional virtual, ultrapassando a meta prevista de 50 recebidos no ano com o recebimento de 77 colaboradores;
- Registro de projetos de pesquisa no âmbito de acordos internacionais, totalizando 17 projetos relacionados à pesquisa, internacionalização e qualificação de servidores.
- Recebimento de estudantes estrangeiros, favorecido pela mobilidade internacional virtual de estudantes, ultrapassando o previsto de 129 estudantes;
- Participação em eventos internacionais favorecida pela mobilidade internacional virtual de servidores.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Crise sanitária - pandemia de covid-19;
- Falta de proficiência em línguas estrangeiras;
- Insuficiência de recursos destinados a ações de internacionalização;
- Baixa priorização no cumprimento das metas de internacionalização.



>>> Continuação da análise conjunta do desempenho - objetivo estratégico ES5

Desafios futuros:

- Ampliar parcerias com a América Latina e com a África;
- Iniciar o programa institucional de mobilidade internacional de estudantes do IFRN;
- Desenvolver um programa de mobilidade internacional de estudantes para o recebimento de estudantes estrangeiros;
- Ampliar o orçamento e a captação externa para o fomento das atividades de internacionalização;
- Expandir a oferta de cursos de línguas estrangeiras e o percentual de servidores e estudantes envolvidos nesses cursos;
- Revisar as metas dos indicadores da internacionalização.

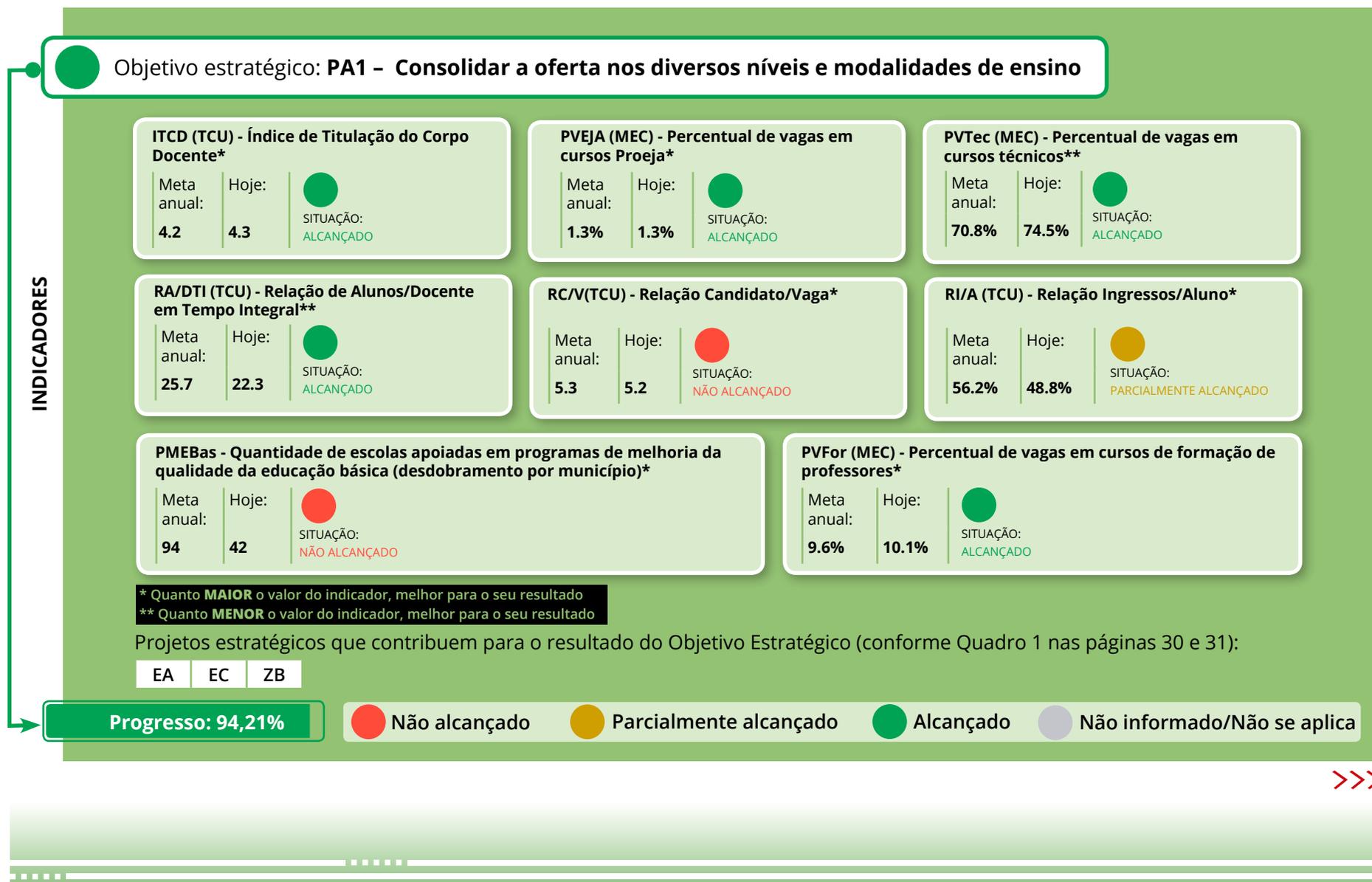
Riscos identificados:

- Desvalorização do Real e variação da cotação de moedas estrangeiras;
- Baixo valor para o financiamento das ações de internacionalização;
- Falta de proficiência em línguas estrangeiras;
- Capacitação de servidores sobre a temática da internacionalização.



2.3.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA PROCESSOS ACADÊMICOS

Para satisfazermos nossos estudantes, que processos, no âmbito acadêmico, são considerados críticos, demandando melhorias?





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA1

Principais resultados alcançados:

- Resultado satisfatório dos índices PVEJA (MEC) e PVFor (MEC), associado aos acordos firmados entre os *campi* para o aumento gradativo de suas ofertas na vigência do PDI 2019-2026;
- Alcance da meta do indicador ITCD (TCU) em razão da permanência dos programas de pós-graduação e dos convênios estabelecidos pela instituição para a formação continuada dos servidores;
- A RA/DTI encontra-se acima dos valores do acordo de metas para os Institutos Federais;
- Houve crescimento do PVTec em comparação à meta anual prevista no PDI.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Alcance das metas foi dificultado em razão da pandemia de covid-19 e, conseqüentemente, pela interrupção das atividades acadêmicas no formato presencial nas escolas da rede pública;
- A quantidade de escolas apoiadas está relacionada com os programas de Residência Pedagógica e PIBID. A não oferta de novos editais pela Capes para adesão de outras escolas dificultou a ampliação desse número.

Desafios futuros:

- Cumprimento do acordo de metas estabelecido no PDI para a ampliação das ofertas dos cursos de Formação Docente e Proeja.

Riscos identificados:

- Não alcance de metas em razão da permanência do estado de pandemia;
- Questões orçamentárias.



Objetivo estratégico: PA2 – Estabelecer a Educação à Distância

INDICADORES

CEad (MEC) - Percentual de cursos de oferta ordinária na modalidade EaD*

Meta anual:	Hoje:	
47.3%	81.8%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

CPCHEAD - Percentual de cursos presenciais com carga horária a distância*

Meta anual:	Hoje:	
5.1%	6.3%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

FE_EAD - Percentual de matrículas EAD (fomento externo)**

Meta anual:	Hoje:	
69.7%	64.0%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

FP_EAD - Percentual de matrículas EAD (fomento próprio)*

Meta anual:	Hoje:	
3.6%	4.1%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

EC | ZA

Progresso: 100%



Não alcançado



Parcialmente alcançado



Alcançado



Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA2

Principais resultados alcançados:

- Efetivação de matrículas acima da meta nas mais diversas ofertas de educação a distância, com destaque para: Licenciaturas em Letras – Espanhol (38), Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados (77), 9 cursos de Especialização (1618) e Tecnologia em Gestão Ambiental (108).

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Dedicação da oferta da modalidade EaD do *campus* Avançado Natal-Zona Leste que conta para além da oferta com recursos próprios, como a oferta fomentada pelo programa UAB.

Desafios futuros:

- Institucionalizar a regulamentação da EaD através de normativos internos do IFRN, para estabelecer parâmetros para oferta de cursos EaD nos demais *campi*, carga horária EaD em cursos presenciais e outras especificidades.

Riscos identificados:

- A redução da oferta com fomento pelo programa UAB chama atenção para a necessidade de regulamentar os normativos referentes à oferta de cursos EaD no IFRN, de formar a ampliar oferta de cursos com recursos próprios.

INDICADORES

Objetivo estratégico: **PA3 – Fortalecer as ações de projetos e programas de extensão nos territórios de abrangência**

GEE_TAE - Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) por categorias - TAE*

Meta anual:	Hoje:	
23.0%	9.1%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

PAS_EX - Percentual de projetos de ação social*

Meta anual:	Hoje:	
65.0%	63.2%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

PEX - Número de projetos de extensão*

Meta anual:	Hoje:	
320	310	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

GEE_dis - Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) por categorias - discente técnico e superior*

Meta anual:	Hoje:	
8.1%	4.9%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

GEE_doc - Grau de Envolvimento em Extensão (GEE) por categorias - docente*

Meta anual:	Hoje:	
43.3%	34.6%	SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

XA	XB	XC	XD
----	----	----	----

Progresso: 80,57%

 Não alcançado  Parcialmente alcançado  Alcançado  Não informado/Não se aplica





ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA3

Principais resultados alcançados:

- Apesar do cenário pandêmico e suas limitações quanto à presencialidade, foram desenvolvidos 310 projetos, todos de maneira remota, com alcance próximo à meta. Em 14 dos 22 *campi*, a realização de projetos de Extensão alcançou a meta local;
- 63,2% dos projetos se enquadram na categoria de cunho social, representando alcance bem próximo à meta de 65%;
- Foram executados 15 projetos com fomento externo (representando aumento de 500% em relação a 2019), número expressivo obtido por meio de ações específicas voltadas a captação desses recursos, com destaque para a Chamada Pública Qualifica Mais EnergIF, que contou com um aporte de R\$ 2.000.000,00 do FNDE;
- Foram ofertadas 06 turmas de capacitação para 46 servidores vinculados às coordenações de extensão, monitores de projetos e servidores que desejam atuar em projetos de extensão, com o objetivo de disseminar a cultura extensionista e estimular o interesse no desenvolvimento de projetos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Redução da quantidade de projetos em função dos efeitos da pandemia (suspensão do funcionamento dos *campi* e afastamento de servidores);
- Estagnação de orçamento para a Pró-Reitoria de Extensão;
- Insuficiência de técnicos administrativos nos *campi* para atendimento das atividades básicas, bem como para as coordenações de extensão, desestimula a participação em projetos de extensão, sem incentivos específicos para tal;
- Rotatividade de servidores à frente das coordenações de extensão nos *campi*;
- Falta de um setor para prospecção de recursos externos e suporte no decorrer do processo.

Desafios futuros:

- Estruturar organizacionalmente a ASPROC às coordenações de extensão dos *campi*;
- Dar continuidade aos ciclos de capacitações já realizadas em 2021, com o objetivo de disseminar a cultura extensionista e estimular o interesse no desenvolvimento de projetos de extensão;
- Implementar a integração curricular da extensão, que ampliará o envolvimento em ações de extensão;
- Ampliar a captação de recursos externos, em articulação com o Escritório de Projetos;
- Estimular a discussão sobre a participação dos técnicos administrativos em atividades de extensão.

Riscos identificados:

- Prejuízos no alcance das metas pela rotatividade dos gestores de extensão;
- Constantes contingenciamentos de recursos podem inviabilizar a ampliação de ofertas de fomento para os *campi*;
- Dificuldade de interação sistemática com a comunidade externa e interna, com o Ensino e a Pesquisa nos *campi*;
- A falta de incentivo à participação dos técnicos administrativos em atividades de extensão impossibilita o atingimento à meta de envolvimento dessa categoria.

Objetivo estratégico: **PA4 - Desenvolver a articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais**

INDICADORES

Apr_dis - Número de discentes encaminhados para Programa de Aprendizagem*

Meta anual:	Hoje:	
674	331	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

EMPCEC - Ações relevantes de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária e criativa *

Meta anual:	Hoje:	
35	92	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

Estg_dis - Número de discentes encaminhados para Estágio *

Meta anual:	Hoje:	
908	773	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

VIS - Número de visitas a organizações (cadastradas no Suap).*

Meta anual:	Hoje:	
552	317	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

XA	XB	XC	XD
----	----	----	----

Progresso: **73,11%**

 Não alcançado
  Parcialmente alcançado
  Alcançado
  Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA4

Principais resultados alcançados:

- Prospecção de visitas e parcerias com envio de material a mais de 200 organizações e instituições públicas e privadas nacionais, com adoção de visitas técnicas e gerenciais remotas, permitindo o maior alcance do indicador VIS desde sua criação;
- O indicador EMPCEC - Ações relevantes de empreendedorismo, cooperativismo e economia solidária e criativa ultrapassou a meta em 55%;
- Oferta de 5 turmas de capacitação para os campi nas áreas de Aprendizagem e Mundo do Trabalho;
- Seleção de 17 projetos para fomento de iniciativas inéditas voltadas para o fortalecimento das relações com o mundo do trabalho;
- A Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE) alcançou o maior número de respondentes desde sua criação (5.423), por meio da ampliação da população, das estratégias de divulgação e da articulação com os campi;

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O contexto pandêmico e as crises sanitária e econômica foram responsáveis pelo fechamento de empresas e a subsequente redução na oferta de vagas de estágio, aprendizagem e emprego;
- Insuficiência de servidores na gestão da área nos campi e na Reitoria constituiu entrave no alcance das metas;
- A realização de poucas visitas técnicas e gerenciais pelos campi se deu sobretudo em razão da pandemia e da consequente suspensão de atividades presenciais, além da sobrecarga de trabalho;



>>> Continuação da análise conjunta do desempenho - objetivo estratégico PA4

Principais resultados alcançados:

- Captação e divulgação de cerca de 100 oportunidades de emprego para concluintes e egressos, com contratação específica de 30 egressos por um grande grupo comercial;
- Promoção do Start – Evento de Promoção do Estágio no IFRN;
- Campanha virtual de comunicação visual dos perfis profissionais dos cursos do IFRN;
- Captação de R\$1.000.000,00 para projeto da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (IFSOL) junto à Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva do Ministério da Cidadania.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O desconhecimento de boa parte das empresas sobre o Programa de Aprendizagem do IFRN ainda é um dificultador para prospecção de vagas;
- A restrita participação de coordenadores de Extensão nas capacitações da ASREMT dificulta a apropriação dos conhecimentos e práticas da gestão das relações com o mundo do trabalho.

Desafios futuros:

- Estruturar organizacionalmente a área Relações com o Mundo do Trabalho na Reitoria e nos campi, em especial no Campus Natal-Zona Leste;
- Expandir as capacitações promovidas pela PROEX-ASREMT, elevando a participação de professores orientadores de prática profissional e estudantes e alcançando supervisores, monitores e gestores do mundo do trabalho;
- Fortalecer os Núcleos de Extensão e Prática Profissional - NEPP e os núcleos da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários (IFSOL), garantindo sua regulamentação e a possibilidade de fomento do próprio campus e captação de recursos externos;
- Manter a realização sistêmica do Start - Evento de Promoção do Estágio no IFRN e ampliar a realização de edições locais em 100% dos campi;
- Ampliar a participação dos *campi* na política de acompanhamento de egressos e no uso dos dados para retroalimentação curricular nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

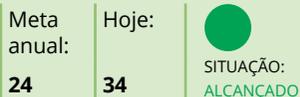
Riscos identificados:

- A continuidade da pandemia de covid-19 pode dificultar a realização de visitas presenciais, o estreitamento das relações com o mundo do trabalho e a prospecção de oportunidades;
- A captação de vagas de Estágio, Aprendizagem e Emprego pode enfrentar entraves em razão das crises sanitária e econômica e do distanciamento entre o IFRN e as organizações e instituições públicas e privadas do mundo do trabalho no contexto pandêmico;
- A permanência de fragilidades no acompanhamento dos estagiários e dos jovens aprendizes, por parte dos gestores e dos professores orientadores, pode desencadear irregularidades na implementação de estágios e aprendizagens;
- A falta ou a rotatividade de servidores dedicados às relações com o mundo do trabalho, sobretudo para a parte administrativa e de orientação técnica, pode constituir risco à implementação desses programas;
- Intercorrências na implementação de políticas e ações ligadas a área por necessidade de maior adesão de agentes de Extensão às capacitações promovidas pela ASREMT ou afins.

Objetivo estratégico: PA5 - Fortalecer o desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação voltados à transferência de tecnologia social

INDICADORES

NRPI - Quantidade de ativos de propriedade intelectual e parcerias realizadas como resultado de inovação tecnológica*



PPI - Quantidade de projetos de pesquisa e inovação*



QPPE - Quantidade de projetos de pesquisa e inovação com parcerias com entidades externas*



* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

PA	PB	PC	PE
----	----	----	----

Progresso: 100%

 Não alcançado  Parcialmente alcançado  Alcançado  Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA5

Principais resultados alcançados:

- 602 projetos executados com a participação de 1.144 discentes, 442 docentes e 10 técnicos administrativos;
- 34 depósitos e/ou registros de propriedade intelectual, sendo 5 patentes depositadas, 25 *softwares* registrados, 2 transferências de tecnologia, 1 marca e 1 patente concedida.
- 65 servidores capacitados em conhecimentos básicos em propriedade intelectual e redação de patentes, oferecido pelo Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), com impacto no crescimento do indicador frente à meta.
- 44 projetos com captação externa realizados via 4 editais com fomento de bolsas do CNPQ e o Edital nº 21/2021 - Seleção de Bolsistas para Desenvolvimento Tecnológico em Parceria com a SESAP-RN e PM-RN.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O corte de recurso de 2021 foi um dos fatores determinantes para que os indicadores do projeto estratégico PA-5 não obtivessem melhores resultados;

Desafios futuros:

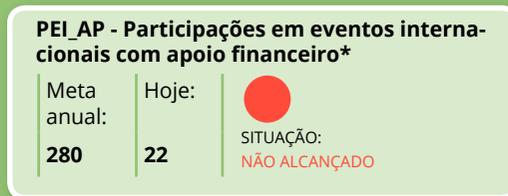
- Incorporar ao NIT um agente de prospecção de parcerias com o objetivo de captar recursos para pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com empresas dos setores produtivos.

Riscos identificados:

- Os constantes contingenciamentos e cortes financeiros podem dificultar a execução de algumas atividades e impossibilitar o alcance de melhores resultados nos indicadores.

Objetivo estratégico: **PA6 - Ampliar a produção e a publicação científica, cultural, artística e tecnológica**

INDICADORES



* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

CC	GC	PA	PB	PB	PE
----	----	----	----	----	----

Progresso: 75,65%

 Não alcançado  Parcialmente alcançado  Alcançado  Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA6

Principais resultados alcançados:

- Publicação de 510 artigos e aceite de outros 41 produzidos por pesquisadores da Instituição;
- Lançamento de 40 livros e fomento à publicação de 27 novas obras, com parcerias para coedições com outras instituições e editoras, nacionais e duas internacionais;
- Consultoria em gestão estratégica e fomento de editoração para as 10 revistas científicas do IFRN, com retorno de dois periódicos que estavam inativos;
- Divulgação das produções técnico-científicas do IFRN por meio de ações nas redes sociais, capacitação de servidores e ações de extensão;
- Construção da Política Institucional da Memória e dos Equipamentos Artístico-Culturais, com realização do I Fórum de Memória e Patrimônio Cultural.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- As condições da pandemia limitaram a participação presencial dos servidores em eventos científicos, o que impactou negativamente no indicador relacionado à participação em eventos internacionais com apoio financeiro. Em contrapartida, houve um aumento significativo no número de eventos realizados, possivelmente, pela possibilidade da realização de eventos virtuais de diversas naturezas;
- Os cortes orçamentários inviabilizaram a impressão dos livros publicados pela Editora por meio de editais; sendo possível apenas a disseminação no formato de livro eletrônico no repositório institucional.



>>> Continuação da análise conjunta do desempenho - objetivo estratégico PA6

Desafios futuros:

- Criação e implementação de uma Política Institucional de Comunicação e Divulgação científica;
- Reestruturação da Coordenação da Editora com implementação de três assessorias para Divulgação Científica, Eventos Técnico-científicos e Periódicos Científicos e Bases de Dados;
- Ampliação dos canais e produtos para divulgar ações técnico-científicas desenvolvidas no IFRN, na comunicação interna e externa, em parceria com a Asce;
- Acompanhamento da qualidade e da periodicidade das publicações dos periódicos do IFRN, com a finalidade de aumentar o percentual de áreas temáticas com Qualis superior ou igual a B2 em periódicos institucionais.

Riscos identificados:

- A execução das ações relacionadas à produção e a publicação científica, cultural, artística e tecnológica pode ser prejudicada pelos contingenciamentos financeiros e pela limitação de recursos humanos. Atualmente, a Coordenação da Editora (Coedi), responsável por essa dimensão dentro da Propi, dispõe apenas de um revisor, um diagramador e dois estagiários.

Objetivo estratégico: **PA7 - Consolidar a oferta de pós-graduação**

INDICADORES

APIs - Quantidade de ativos de propriedade intelectual e parcerias realizadas como resultado de inovação tecnológica - PPG stricto*

Meta anual:	Hoje:	
1	0	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

DTs - Número de dissertações e teses - PPG stricto*

Meta anual:	Hoje:	
65	61	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

TCCI - Número de TCCs - PPG lato*

Meta anual:	Hoje:	
481	555	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

ITCDI - Índice de Titulação do Corpo Docente - PPG lato*

Meta anual:	Hoje:	
4.3	4.4	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

ITCDs - Índice de Titulação do Corpo Docente - PPG stricto*

Meta anual:	Hoje:	
3.0	4.7	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

IPTCs - Indicador Acumulado de Publicações técnico-científicas - PPG stricto*

Meta anual:	Hoje:	
11.5	4.8	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

PA	PB	PD	PE
----	----	----	----

Progresso: 65,69%

 Não alcançado
  Parcialmente alcançado
  Alcançado
  Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA7

Principais resultados alcançados:

- Superação da meta do indicador de Trabalhos de Conclusão de Curso da pós-graduação *Lato Sensu*;
- Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* alcançaram um total de 61 dissertações, o que representa uma leve redução em relação à meta.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Elevada carga-horária de regência de aula nas demais modalidades de ensino;
- Cenário pandêmico, que impediu a defesa das dissertações e teses no tempo previsto regimentalmente, ampliando para um semestre pelo normativo da CAPES;
- Falta de orientação sobre produtos técnicos e/ou tecnológicos e sobre propriedade intelectual nos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*;

Desafios futuros:

- Regulamentação interna para fortalecimento da pós-graduação *stricto sensu* face às exigências das agências de fomento nacionais e internacionais;
- Melhor atendimento das demandas de pesquisa e inovação oriundas das pós-graduações *lato sensu*;

Riscos identificados:

- Ausência de setor sistêmico dedicado exclusivamente às demandas da pós-graduação *Lato Sensu*;
- Ausência de normativos internos que permitam condições de trabalho mais adequadas aos docentes credenciados a programas de pós-graduação *Stricto Sensu*.

Objetivo estratégico: PA8 - Fortalecer as atividades de assistência estudantil

INDICADORES

Vul_q_dis - Percentual de alunos com perfil de vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos programas - alunos afrodescendentes, indígenas e quilombolas + NEE e transtornos funcionais específicos*

Meta anual:	Hoje:	SITUAÇÃO:
25%	39%	ALCANÇADO

Carac_dis - Percentual de alunos com caracterização atualizada*

Meta anual:	Hoje:	SITUAÇÃO:
89.4%	88.2%	ALCANÇADO

RFP - Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar

Meta anual:	Hoje:	SITUAÇÃO:
-	-	INDICADOR DE ACOMPANHAMENTO

Faixa (salários mínimos)	Percentual
Até 0.5 (exclusivo)	61.83 %
Entre 0.5 e 1 (exclusivo)	22.39 %
Entre 1 e 1.5 (exclusivo)	7.54 %
Entre 1.5 e 2 (exclusivo)	2.68 %
Entre 2 e 2.5 (exclusivo)	1.69 %
Entre 2.5 e 3 (exclusivo)	0.72 %
Maior ou igual que 3	3.15 %

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

AA AB AC

● Não alcançado ● Parcialmente alcançado
 ● Alcançado ● Não informado/Não se aplica

Progresso: 99,86%

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO PA8

Principais resultados alcançados:

- Foram atendidos 25.185 estudantes em 2021, superando a meta de 24.093 estudantes atendidos nas ações e programas de assistência estudantil, em concomitância com à superação da meta do indicador “Vul_q_dis - “Percentual de alunos com perfil de vulnerabilidade socioeconômica atendidos nos programas (alunos afrodescendentes, indígenas e quilombolas + NEE e transtornos funcionais específicos)” em 14 pontos percentuais;
- Entrega de kits de alimentação (cestas básicas) aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme previsão em legislação correspondente a esse programa específico, com 11.189 estudantes contemplados;
- Oferta dos auxílios digitais emergenciais: Auxílio para aquisição de equipamento eletrônico; Auxílio para contratação de serviço de internet e Auxílio para aquisição de material didático, contemplando 4.747 estudantes.
- Demais programas da assistência estudantil: PAFE (Apoio à Formação Estudantil) com 865 estudantes atendidos; Alimentação Estudantil (2815 estudantes atendidos); Auxílio Moradia (52 estudantes atendidos); e ações em Saúde (2960 estudantes atendidos).

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Apesar de a meta ter sido alcançada, a disponibilidade orçamentária existente não permitiu que estudantes que se encontram em “demanda reprimida” fossem atendidos nos programas de Auxílio Digitais Emergenciais para acompanhamento do Ensino Remoto.



Desafios futuros:

- A continuidade de programas de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para acompanhamento do ensino remoto em decorrência do cenário pandêmico de covid-19;

Riscos identificados:

- Crescimento nos índices de evasão escolar e retenção, comprometendo o objetivo primordial da política de assistência estudantil defendido pelo PNAES, decreto 7.234/2010.



2.3.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA GESTÃO E INFRAESTRUTURA

Para melhorar nossos processos acadêmicos, que aspectos da gestão e da infraestrutura do IFRN são considerados críticos, e deveremos aperfeiçoar?



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI1

Principais resultados alcançados:

- Indicação de áreas estratégicas com maiores riscos identificados como fator otimizador dos resultados esperados da implementação do processo de gestão de riscos;
- Identificação preliminar de 78 riscos de eventos danosos em processos organizacionais das áreas estratégicas *gestão de pessoas, planejamento, tecnologia da informação, administração e pesquisa e inovação*.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Períodos de descontinuidade da rotina de reuniões e processos de trabalho de elaboração de propostas de normativos e de desenvolvimento de solução computacional para a gestão de riscos devido às necessidades de afastamento social decorrentes das restrições impostas pela pandemia da covid-19, causando atrasos no processo criativo inerente às atividades de retaguarda próprias das fases iniciais de implantação de novas políticas institucionais

Desafios futuros:

- Implementar, em consonância com a Política de Gestão de Riscos, a Gestão de Processos, racionalizando e facilitando o mapeamento dos riscos, alinhando a estratégia com a missão;
- Operacionalizar o processo de gestão de riscos em ferramenta computacional, proporcionando a integração de diversos agentes "proprietários" de riscos transversais a todas as Unidades do IFRN, proporcionando eficiência na etapa de monitoramento integrado e consolidação dos resultados;
- Fortalecer o Programa de Integridade Pública coordenado pela Unidade de Gestão de Integridade do IFRN (UGI) com a identificação, avaliação e tratamento de riscos de quebra de integridade por ilícitos éticos e criminais nos mesmos processos organizacionais monitorados pelo NGRIS.

Riscos identificados:

- Inexistência de segurança razoável ao atingimento dos objetivos organizacionais sem a efetividade do processo de gerenciamento de riscos, possibilitando desalinhamento entre a estratégia e a missão institucional.

Objetivo estratégico: **GI2 - Implementar a Gestão de Processos**

INDICADORES

PGPr - Percentual de criação e implantação da Política de Gestão de Processos*

Meta anual:	Hoje:	
30.0%	0.0%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

DA	SB	SD	TA
----	----	----	----

Progresso: 0.0%

 Não alcançado  Parcialmente alcançado  Alcançado  Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI2

Principais resultados alcançados:

- Análise interna para atingir metas da Gestão de Processos
- Definição de comitê para implementar a Gestão de processos
- Reestruturação de equipe do comitê de Gestão de Processos
- Amadurecimento da metodologia de trabalho institucional para gestão de processos .

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Definir comissão Central
- Definir metodologia para a Gestão de Processos.
- Definir normatização de trabalho
- Infraestrutura
- Equipe necessária (funções)

Desafios futuros:

- Desenvolver o plano institucional para o gerenciamento de processos;
- Desenvolver normatização para o COGIP;
- Planejar ações institucionais para o mapeamento; monitoramento e aprimoramento dos processos sistêmicos;
- Oferecer treinamento, acompanhamento e apoio as comissões nos campi.
- Estabelecer relação com o NUCLEO DE GESTÃO DE RISCOS – NGRIS.

Riscos identificados:

- Metodologia alinhada aos modelos institucionais
- Pessoal qualificado para execução
- Infraestruturas de apoio
- Formação continuada para aprimoramento dos processos
- Institucionalização do setor para esse fim

INDICADORES

Objetivo estratégico: **GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores**

ADP - Percentual de servidores ativos afastados por acidentes ou doenças profissionais**

Meta anual:	Hoje:	
2%	0%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

COMP - Percentual de servidores com competências mapeadas*

Meta anual:	Hoje:	
15%	37%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

ICCEM - Índice de Capacitação em competências estratégicas mapeadas*

Meta anual:	Hoje:	
50%	123%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

ITCD (TCU) - Índice de Titulação do Corpo Docente*

Meta anual:	Hoje:	
4.2	4.3	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

TS_15mais - Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - acima 15 dias**

Meta anual:	Hoje:	
14%	6%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

TS_ate15 - Percentual de servidores ativos afastados para tratamento de saúde - até 15 dias**

Meta anual:	Hoje:	
28%	11%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

DA	DC	SA	SB	SC	SD	TA	XB	XD
----	----	----	----	----	----	----	----	----

Progresso: 100%

Não alcançado Parcialmente alcançado Alcançado Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI3

Principais resultados alcançados:

- Participação de 3.079 servidores em ações de desenvolvimento previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN;
- Edital de movimentação para composição da força de trabalho com preenchimento de 06 vagas;
- Convênio com a UFERSA para oferta de vagas para Mestrado em Administração;
- Convênio com a UNIMAR/ CESAA para oferta de vagas para Doutorado em Direito;
- Editais para oferta de vagas em pós-doutorados internacionais em parceria com PROPI/ASERI;

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Contratação de empresa para executar o serviço de digitalização do legado de pastas funcionais físicas do IFRN.



Principais resultados alcançados:

- Redução expressiva no número de afastamento para tratamento de saúde de servidores, refletindo, portanto, no alcance da meta estabelecida, garantindo em uma eficiência dos serviços prestados por parte dos servidores.;
- Orientação aos Diretores Gerais, Pró-reitores e Diretores sistêmicos pela CODEPE para planejamento e execução das ações de desenvolvimento;
- Divulgação de edital de movimentação para composição da força de trabalho;
- Diálogo constante com a PROPI para prospecção de novas parcerias para ofertar cursos de pós-graduação aos servidores do IFRN.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Falta de adesão por parte dos servidores nas ações de QVT e suas comissões, ou mesmo uma destinação de uma força de trabalho inferior a necessária para execução ações;

Desafios futuros:

- Realizar estudo sobre a dimensionamento da força de trabalho da Reitoria;
- Atualizar normativos vigentes e disponibilizar em base de consulta para as unidades de gestão de pessoas;
- Executar as etapas necessárias à centralização das aposentadorias, pensões civis por morte, auxílio-funeral e demandas judiciais para o INSS;
- Digitalizar todo o legado de pastas funcionais físicas do IFRN para inclusão no SIGEPE/AFD;
- Ampliar ofertas de ações de QVT em todos os *Campi* do IFRN

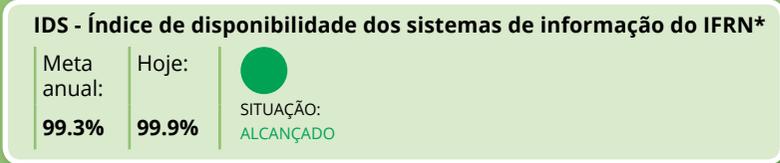
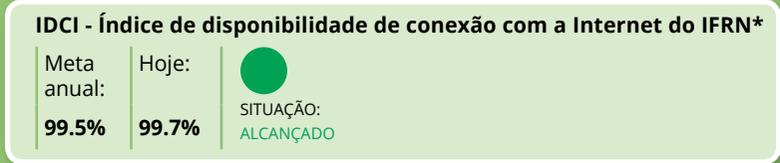
Riscos identificados:

- Execução inapropriada do recurso de capacitação pelos *campi*, destinando-o a outras finalidades;
- Falhas na interpretação da legislação na análise de processos pela falta de orientações normativas atualizadas;
- Perda de prazo nos processos de progressão funcional em virtude da falta de sistema de controle de interstícios.
- Não conclusão da inclusão do Assentamento Funcional Digital, bem como das pendências de atualização de fundamento legal de concessão de aposentadoria registrados no SIAPE, para atender o processo de centralização das demandas no prazo estabelecido pelo INSS;
- Não execução dos recursos descentralizados aos *Campi* no exercício vigente.



Objetivo estratégico: **GI4 - Consolidar a gestão de TI**

INDICADORES



* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

TA	TB	TC	TD
----	----	----	----

Progresso: 100%

Não alcançado Parcialmente alcançado Alcançado Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI4

Principais resultados alcançados:

- Implantação da arquitetura de armazenamento de dados e histórico com suporte a análise a grandes volumes de informação e entrega de resultados, através do projeto Aplicação de Tecnologias Disruptivas, iniciado em 2021 e em andamento;
- Concluído o módulo de integração no projeto de Contratação do Desktop Virtual, ainda em desenvolvimento;
- No projeto de Execução do PDTI, destaca-se a implantação do Comitê de Governança Digital e a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, assim como o Plano de Transformação Digital do IFRN.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Necessidade de reordenamento das prioridades institucionais, assim como necessidade de revisão de metas e propostas associadas aos Projetos Estratégicos;
- Indisponibilidade orçamentária, em especial de recursos de capital, para atuar na renovação do parque de ativos do IFRN.

Desafios futuros:

- Garantir o funcionamento da área de Segurança da Informação;
- Cumprir as metas propostas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Estruturar os NOCs dos *campi* do IFRN integrantes da InfoviaPotiguar;
- Garantir o funcionamento dos Editais de Projetos de TI;
- Realizar levantamento e automação de rotinas operacionais de TI.

Riscos identificados:

- Limitações na construção de normativos na área de governança;
- Descontinuidade do processo de gestão;
- Incerteza orçamentária;
- Flutuação de normativos legais;
- Eventual evasão da força de trabalho.

Objetivo estratégico: **GI5 - Implantar a gestão de infraestrutura**

INDICADORES

I&M - Implantação dos Planos de inspeção e manutenção preventiva das edificações (I&M)*

Meta anual:	Hoje:	
22%	9%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

PDInfra - Implantação dos Planos Diretores de Infraestrutura (PDInfra)*

Meta anual:	Hoje:	
26%	9%	SITUAÇÃO: NÃO ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

GA GB GC MA

Progresso: 35,88%

 Não alcançado

 Parcialmente alcançado

 Alcançado

 Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO GI5

Principais resultados alcançados:

- Formação da Comissão Central responsável pela implantação da Gestão de Infraestrutura, para desenvolvimento de estratégias e diretrizes gerais para auxiliar cada *campus* a desenvolver seus próprios Planos de Inspeção e Manutenção e Plano Diretor de Infraestrutura.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Grande volume de demandas no qual os servidores da DIENG estão submetidos interfere no desenvolvimento das atividades relacionadas a elaboração e implementação dos planos.
- Poucas visitas *in loco* nas unidades, pelas comissões, para os levantamentos iniciais necessários à elaboração dos planos diretores de infraestrutura e também para e laudos de inspeção que são a base dos planos de manutenção.

Desafios futuros:

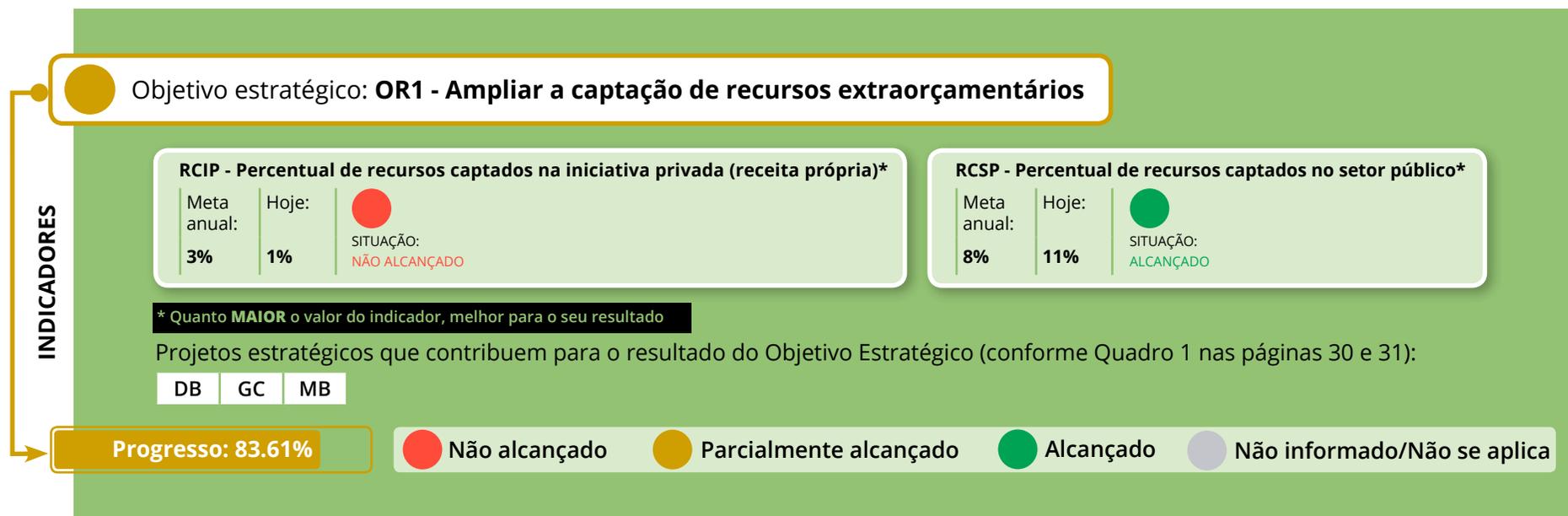
- Garantir o envolvimento dos campi nos trabalhos de elaboração dos planos, com alinhamento de expectativas junto à gestão sistêmica;
- Priorizar as atividades da comissão para elaboração dos planos.

Riscos identificados:

- Cumprimento do objetivo comprometido, pela ausência de priorização das atividades ligadas à elaboração, execução e acompanhamento dos planos diretores e de manutenção.
- As reduções orçamentárias que vêm ocorrendo ano após ano possivelmente comprometerão os gastos necessários para a elaboração de um Plano Diretor completo por *campus*, com levantamento topográfico, estudos da vegetação, *as built*, dentre outras necessidades.

2.3.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PERSPECTIVA ORÇAMENTO

Para alcançar nossa visão e promover a melhoria das demais perspectivas, que estruturas orçamentárias são consideradas críticas e deveremos seguir?



ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO OR1

Principais resultados alcançados:

- Execução de projeto para o monitoramento de ações de supervisão ocupacional e perfil socioeconômico do INCRA no Estado;
- Execução do projeto PRATU - Central de Capacitação e Comercialização de Produtos Provenientes de Assentamentos para o Desenvolvimento Econômico do Estado;
- Investimento de R\$ 1,4 milhões para obras do Campus Jucurutu e de R\$ 400 mil para obras no anfiteatro e rampa de acesso do *campus* Natal Cidade Alta.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A arrecadação com receitas provenientes de aluguel de espaço físico concedido e com locação de salas para processos seletivos foi impactada pela pandemia devido à suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais.



Desafios futuros:

- Ampliar a captação de recursos em parceria com instituições privadas e pertencentes a outros entes federativos através do recolhimento via GRU;
- Celebrar Termos de Execução Descentralizada para captação de recursos orçamentários de outras instituições da administração pública federal;
- Realizar convênios com órgãos e instituições vinculados a outros entes federativos, além de parcerias com a iniciativa privada para execução de projetos de extensão e pesquisa, bem como para aumento da arrecadação própria na instituição via institucionalização do Escritório de Projetos.

Riscos identificados:

- Estrutura administrativa inadequada para a correta gestão deste objetivo estratégico, devido à falta de estrutura na Pró-reitoria de Administração e política de gestão que fomente o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão e a captação de recursos;
- Elevada influência dos empenhos inscritos em restos a pagar para o indicador RCSP devido à morosidade na movimentação de crédito e execução orçamentária e financeira.



INDICADORES

Objetivo estratégico: **OR2 - Garantir a eficiência do gasto público**

GCA - Gastos Correntes por Aluno*

Meta anual:	Hoje:	
20034.4	18008.5	SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

GI (TCU) - Percentual de Gastos com Investimentos*

Meta anual:	Hoje:	
3.2%	2.9%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

GOC (TCU) - Percentual de Gastos com outros Custeios**

Meta anual:	Hoje:	
17.2%	8.9%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

GP (TCU) - Percentual de Gastos com Pessoal**

Meta anual:	Hoje:	
71.0%	88.4%	SITUAÇÃO: PARCIALMENTE ALCANÇADO

IGCC - Índice de Gastos com Contratos Continuados**

Meta anual:	Hoje:	
67%	49%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

IGER - Índice de geração de energia a partir de fontes renováveis*

Meta anual:	Hoje:	
27.8%	81.8%	SITUAÇÃO: ALCANÇADO

* Quanto **MAIOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado
 ** Quanto **MENOR** o valor do indicador, melhor para o seu resultado

Projetos estratégicos que contribuem para o resultado do Objetivo Estratégico (conforme Quadro 1 nas páginas 30 e 31):

DC	GA	GC	MA	MC	SA	SB	SD
----	----	----	----	----	----	----	----

Progresso: 96,54%

Não alcançado Parcialmente alcançado Alcançado Não informado/Não se aplica

ANÁLISE CONJUNTA DO DESEMPENHO - OBJETIVO ESTRATÉGICO OR2

Principais resultados alcançados:

- Percentual de gastos com investimentos próximo ao planejado;
- Gastos com despesa de pessoal superaram o esperado e percentual de gastos com custeio abaixo do previsto;
- Gastos correntes por aluno foram inferiores ao previsto;
- Aumento significativo na participação da geração de energia elétrica a partir das usinas fotovoltaicas em relação ao consumo de energia elétrica nas unidades da instituição.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Crescimento vegetativo da folha de pagamento e orçamento com tendência de queda para despesas discricionárias contribuem para um percentual alto nos gastos com pessoal e baixo em custeio e investimentos, o que impacta de forma distinta os indicadores.



Desafios futuros:

- Estruturação adequada para fomentar a celebração de parcerias com outras instituições visando a captação de recursos;
- Otimização dos gastos em infraestrutura e mão de obra especializada, contemplando a expectativa de queda no orçamento para despesas discricionárias previstas na LOA;

Riscos identificados:

- Ausência de cenários alternativos, *a priori*, no planejamento institucional para lidar com eventuais contingenciamentos orçamentários;
- Tendência de redução no orçamento para o funcionamento e investimentos na LOA do IFRN.

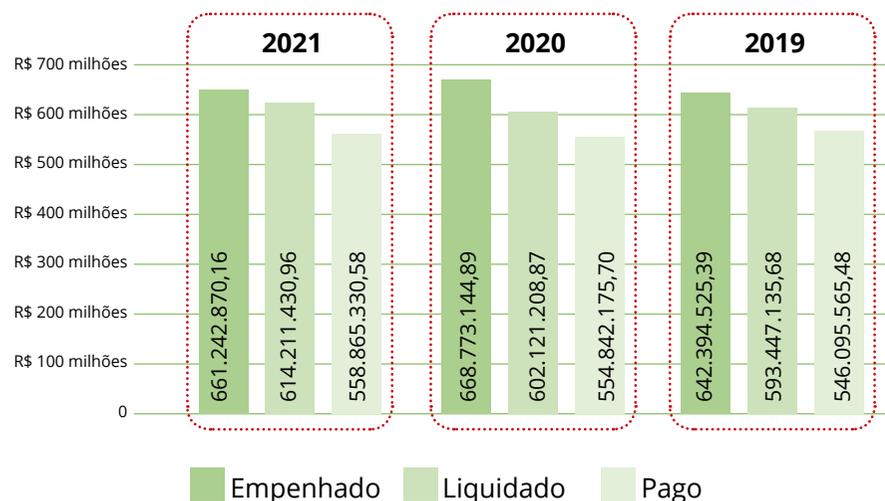


2.4. ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

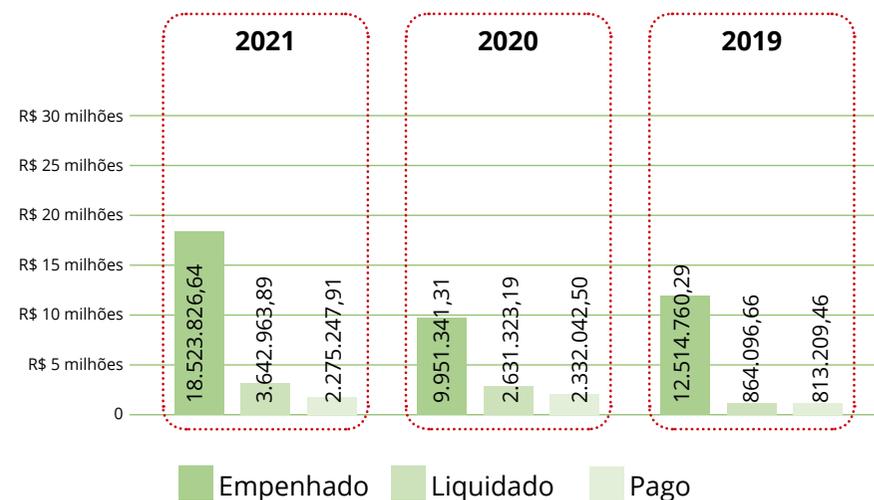
2.4.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PERFIL DO GASTO DO IFRN

DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (LOA) - EM R\$



DESPESAS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$



ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DO GASTO:

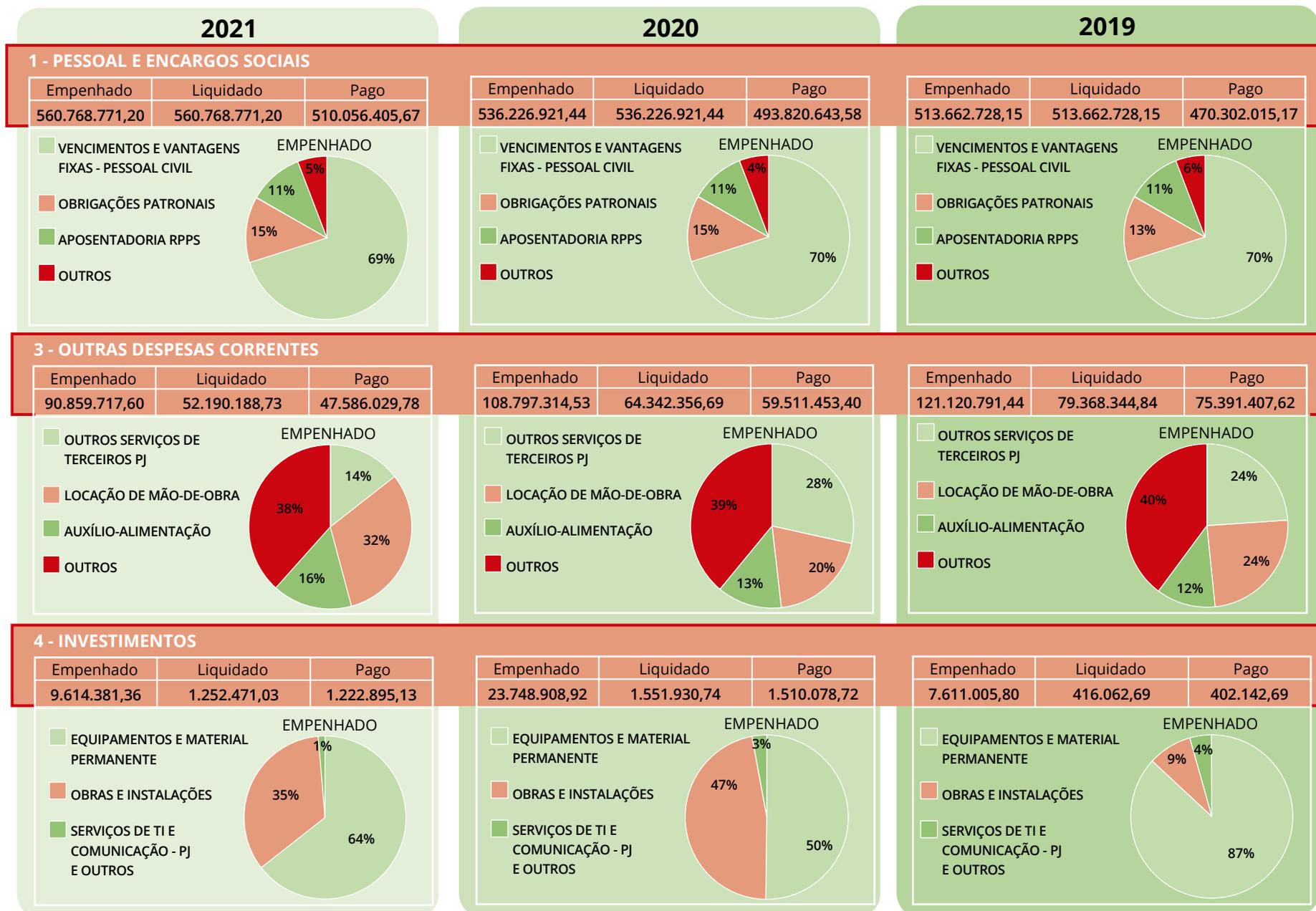
O orçamento empenhado na instituição em 2021 foi inferior em aproximadamente 1% em comparação ao ano anterior, consequência da redução no volume gasto em custeio e investimentos. O orçamento destinado para despesas discricionárias sofreu variação negativa de aproximadamente 24% (R\$ 32 milhões), enquanto o crescimento vegetativo da folha de pagamentos dos servidores ativos, inativos e profissionais temporários foi cerca de 4% (R\$ 24 milhões) em relação a 2020.

Já o montante de recursos de outras instituições da administração pública federal executados pelo IFRN aumentou aproximadamente 86% em relação ao exercício anterior, tratando-se de projetos realizados em parcerias. A gerência sobre esse tipo de recurso possui incerteza, pois depende da existência de parceiros interessados em desenvolverem projetos em conjunto com a Instituição. Nos últimos 3 anos, a execução desses

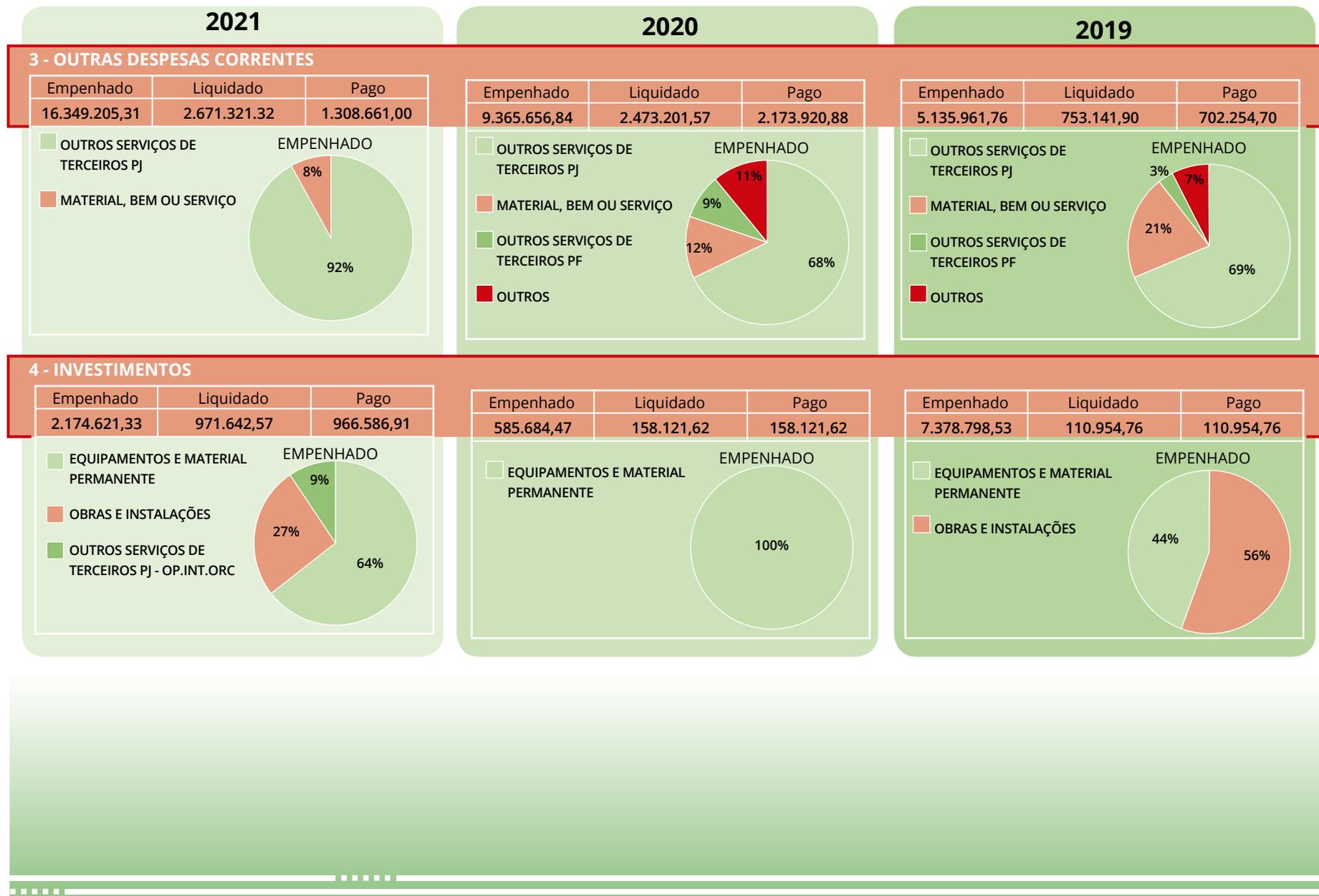
recursos apresentou oscilação em seu volume disponibilizado, saltando de R\$ 12 milhões em 2019 para R\$ 9 milhões em 2020 e depois para R\$ 18 milhões em 2021.

Em relação à gerência na inscrição de empenhos em restos a pagar em 2021, o saldo inscrito em restos a pagar não processados (diferença entre o empenhado e o liquidado) reduziu em aproximadamente R\$ 12 milhões em relação a 2020, somando um montante de R\$ 61 milhões. Em 2020, o montante foi de R\$ 73 milhões e, em 2019, de R\$ 61 milhões. A execução orçamentária e financeira foi impactada principalmente pela pandemia, que provocou a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais, bem como de alguns serviços contratados, e pela revisão no planejamento institucional, com a demora na implementação da regionalização das contratações a partir de núcleos de compras e contratações.

DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (LOA) - EM R\$



DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$



DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (LOA) - EM R\$

	2021			2020			2019		
	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
20TP	407.276.616,56	407.276.616,56	357.946.165,73	387.826.860,61	387.826.860,61	346.144.895,62	381.855.309,68	381.855.309,68	339.190.319,79
09HB	78.886.773,86	78.886.773,86	78.886.773,86	76.967.784,00	76.967.784,00	76.967.784,00	64.803.323,80	64.803.323,80	64.803.323,80
0181	74.605.380,78	74.605.380,78	73.223.466,08	71.432.276,83	71.432.276,83	70.707.963,96	67.004.094,67	67.004.094,67	66.308.371,58
20RL	52.570.739,89	17.131.797,08	16.328.242,52	68.242.454,49	20.938.158,83	19.871.985,15	71.192.119,62	35.097.033,19	34.668.076,68
212B	18.727.840,38	18.727.840,38	16.971.470,60	19.336.703,56	19.336.703,56	17.887.281,36	24.153.575,64	24.153.575,64	22.148.401,05
2994	18.369.847,51	9.494.493,39	8.055.651,42	20.279.300,66	16.753.823,68	15.045.476,87	20.494.970,96	12.592.620,80	11.667.363,94
2004	7.302.482,90	7.302.482,90	6.679.763,76	7.674.015,79	7.229.324,79	6.624.246,90	7.144.187,22	7.144.187,22	6.546.416,97
20RG	1.734.186,00	342.756,10	342.756,10	14.209.093,63	1.326.373,08	1.284.521,06	2.898.951,62	38.278,11	24.358,11
4572	1.690.091,28	364.378,91	352.129,51	2.737.681,32	265.279,49	263.396,78	2.769.672,18	680.392,57	660.613,56
00PW	78.911,00	78.911,00	78.911,00	54.823,00	32.473,00	32.473,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00
216H	0,00	0,00	0,00	12.151,00	12.151,00	12.151,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00

DESPESA POR PROGRAMA E AÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EXTRAORÇAMENTÁRIO) - EM R\$

	2021			2020			2019		
	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
211A	7.723.259,20	0,00	0,00	3.218.173,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15R4	1.817.630,00	971.642,57	966.586,91	287.929,51	0,00	0,00	5.880.494,53	110.954,76	110.954,76
219U	1.584.078,11	229.742,50	229.742,50	132.833,34	0,00	0,00	1.498.304,00	0,00	0,00
00PI	1.240.315,32	302.652,18	302.652,18	1.146.177,11	374.311,75	374.311,75	1.065.548,57	6.915,30	6.915,30
8873	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21B4	800.000,00	800.000,00	0,00	1.543.165,20	1.475.021,20	1.175.740,51	0,00	0,00	0,00
215F	701.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8708	650.203,91	540.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21AR	599.958,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15OP	499.255,32	0,00	0,00	499.800,00	0,00	0,00	417.265,80	0,00	0,00
20RK	354.800,00	241.866,66	241.866,66	1.813,58	391,90	391,90	26.673,17	26.673,17	0,00
20RJ	302.778,00	298.076,25	298.076,25	292.583,00	272.501,58	272.501,58	313.219,97	184.828,60	184.828,60
210U	270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20RL	259.543,69	1.580,81	1.580,81	0,00	0,00	0,00	5.748,13	5.748,13	0,00
210T	223.390,32	16.800,00	16.800,00	93.352,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20VB	203.158,60	203.158,60	203.158,60	0,00	0,00	0,00	527.591,94	0,00	0,00
218A	156.991,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20JO	100.000,00	0,00	0,00	107.631,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0487	25.950,00	25.950,00	6.910,00	0,00	0,00	0,00	17.375,27	13.434,37	12.837,87
4572	8.944,32	8.944,32	5.324,00	10.222,08	0,00	0,00	787,76	787,76	212,96
20U9	2.550,00	2.550,00	2.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	508.012,08	0,00	0,00
20RH	0,00	0,00	0,00	662.936,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20RW	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363.405,75	173.421,25	156.126,65
20V8	0,00	0,00	0,00	115.863,33	115.863,33	115.863,33	341.333,32	341.333,32	341.333,32
214V	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.549.000,00	0,00	0,00
21C0	0,00	0,00	0,00	538.859,23	393.233,43	393.233,43	0,00	0,00	0,00
8636	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

O orçamento do IFRN aprovado na LOA dividido por grupo de despesa segue comportamento distinto. O total executado no grupo de despesa “gastos de pessoal” segue uma tendência de crescimento, passando de R\$ 513 milhões em 2019 para R\$ 536 milhões em 2020 e depois para R\$ 560 milhões em 2021, fruto do crescimento vegetativo com a folha de servidores ativos e do aumento no número de aposentadorias que eleva a quantidade de inativos. Essa tendência impacta no total empenhado de recurso orçamentário aprovados na LOA e vinculados à unidade orçamentária do IFRN (26435), porém não foi suficiente para seguir com a tendência de crescimento do orçamento total, passando de R\$ 642 milhões em 2019 para R\$ 668 milhões em 2020 e reduziu para R\$ 661 milhões em 2021.

Os demais grupos de despesa apresentaram comportamento de redução no total empenhado. Para o grupo de despesa “outras despesas cor-

rentes”, houve uma redução no montante empenhado de aproximadamente R\$ 17 milhões em 2021 em relação ao exercício de 2020 e de R\$ 30 milhões em relação a 2019. Essa diminuição foi mais impactada pela redução no total destinado ao funcionamento e manutenção da instituição (Ação 20RL), devido a valor aprovado na LOA 2021 ser inferior em relação aos exercícios anteriores, e na ação voltada para pagamento de benefícios aos servidores (212B), tendo em vista a suspensão das atividades presenciais por causa da pandemia.

Para o grupo de despesa “investimentos”, o total empenhado em 2021 representa uma redução de R\$ 14 milhões em relação a 2020 e aumento de R\$ 2 milhões em relação a 2019. Essa variação está relacionada com a liberação de emendas parlamentares individuais e de bancada previstas na LOA para a unidade orçamentária do IFRN, e é sensível ao cenário político de cada ano.

DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS:

DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
<ul style="list-style-type: none"> • Ajustar o planejamento institucional a uma realidade de orçamento mais restrito para o funcionamento e manutenção das unidades (gastos com custeio); • Ajustar o planejamento institucional às incertezas relativas ao orçamento aprovado e disponibilizado (necessidade de aprovação do legislativo para utilização de parte do orçamento); • Melhorar o planejamento de contratações, gestão de contratos e gestão de materiais; • Otimizar a força de trabalho disponível, considerando servidores, profissionais temporários e terceirizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Regionalizar as contratações, a partir de núcleos, conforme Plano de Centralização de Contratações Públicas aprovado; • Institucionalizar o teletrabalho parcial para os servidores lotados em setores vinculados à Proad e às Diads; • Socializar dados sobre o orçamento e contratações para que a comunidade discente também participe do acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos <i>Campi</i> junto às Diads.

2.4.2 GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL: A Gestão de Pessoas do IFRN é órgão seccional, subordinada ao órgão setorial na área de pessoal no MEC, que é a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP/MEC, a qual é subordinada ao órgão central do SIPEC, a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. A legislação que trata do regime jurídico único dos servidores é a Lei nº 8.112/90 e todas as demais legislações expostas na área do CONLEGIS, que é de competência do órgão central do SIPEC. No que se refere às formas de atendimento aos requisitos legais da Instituição, em matéria de gestão de pessoas, são utilizadas as Resoluções do CONSUP,

orientações do CODIR e a regulamentação interna específica segue as Notas Técnicas, Notas Informativas e Orientações Normativas, as quais estão disponíveis no site institucional. No âmbito do IFRN, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGPE) conta com o apoio da Assessoria de Gestão e Gerenciamento de Riscos (ASGRIS), Assessoria de Legislação (ASSEL), Assessoria de Publicação e Registro (ASSPUB), assim como da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CODEPE), Coordenação de Geral de Cadastro e Pagamento (COGCAP), Coordenação de Assistência de Atenção à Saúde do Servidor (COASS) e Coordenação de Administração de Pessoal (COADPE).

FORÇA DE TRABALHO

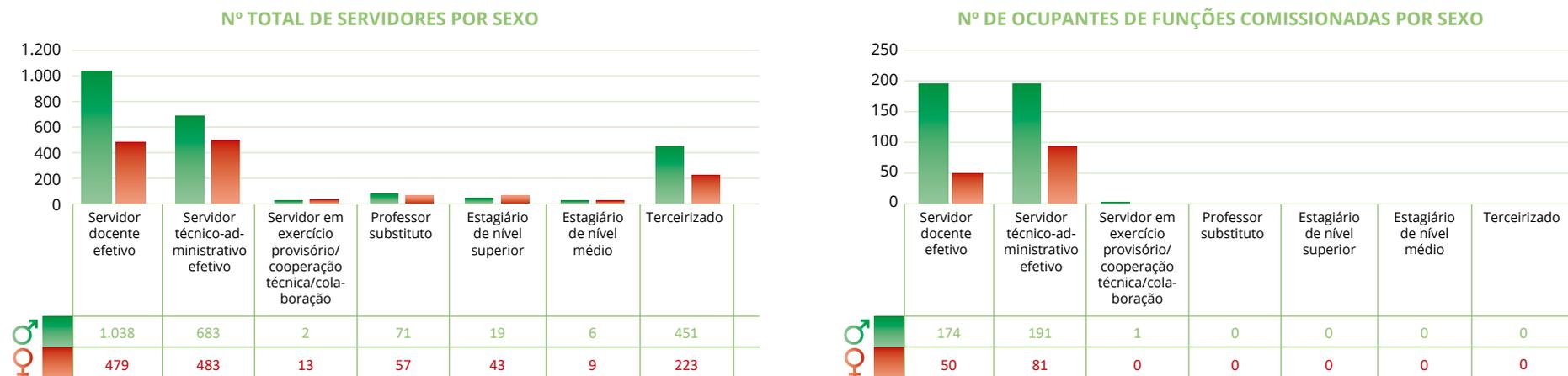


Figura 7 - Servidores por sexo

Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

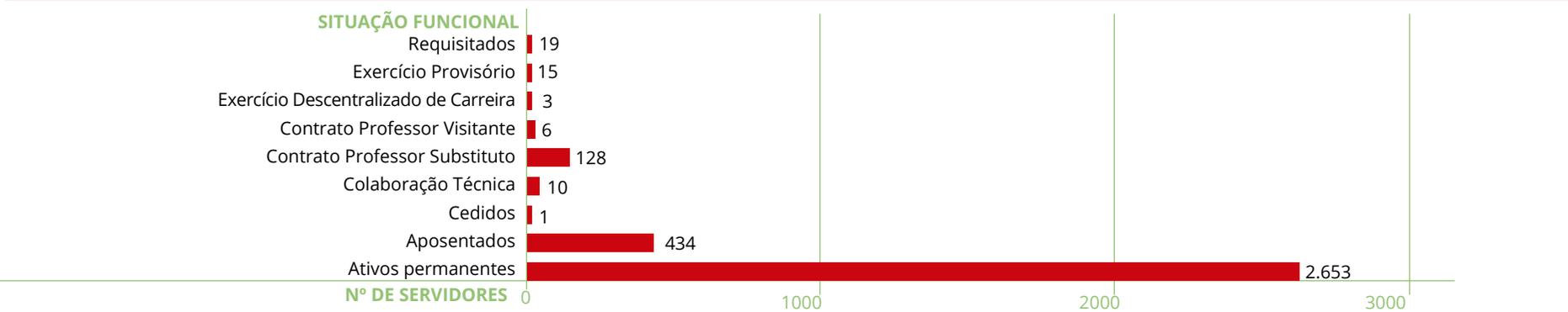


Figura 8 - Servidores por situação funcional

Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

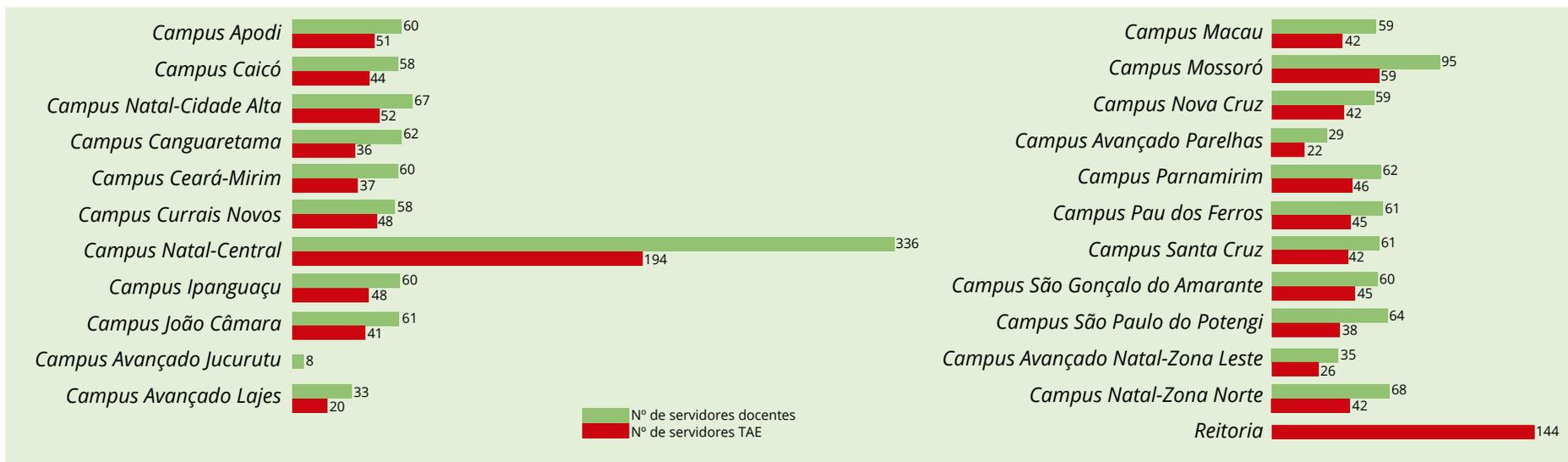


Figura 9 - Servidores por unidade

Fonte: Suap Gestão de Pessoas.

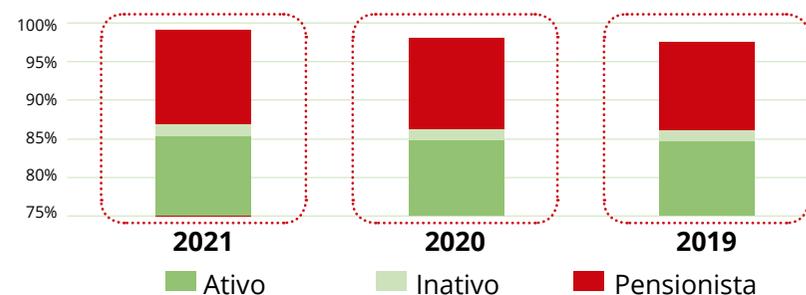
ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

O recrutamento e a alocação de pessoas no IFRN são realizados através de concurso público, redistribuição, remoção interna e de processos seletivos simplificados. O concurso público é regido pela legislação federal pertinente à área, em especial o Decreto nº 6.944/2009 e a Portaria nº 450/2002-MPOG. Já o provimento por redistribuição é instituído previsto nos Art. 18 e Art. 37 da Lei nº 8.112/90. O processo de remoção interna ou remanejamento, por sua vez, é normatizado internamente pela Resolução nº 07/2014-CONSUP/IFRN e suas posteriores alterações. Os processos seletivos para contratação de professores substitutos e visitantes são normatizados pela Lei nº 8.745/1993 e por notas técnicas elaboradas e emitidas pela DIGPE. No ano de 2021, não foi realizado nenhum concurso público. O preenchimento de eventuais vagas se deu por meio de processos de redistribuição por reciprocidade, além do aproveitamento de candidatos aprovados em concursos públicos realizados por outras instituições da Rede Federal. Para suprir a ausência de professores afastados para capacitação/qualificação ou para tratamento de saúde, foram realizados, pelos *campi*, processos seletivos para contratação de professores substitutos, além dos processos seletivos para contratação de professor visitante, regidos pela mesma legislação.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Despesa com pessoal	2021	2020	2019
Ativo	R\$ 407.276.616,56	R\$ 387.826.860,61	R\$ 381.855.309,68
Inativo	R\$ 63.203.981,59	R\$ 60.836.597,72	R\$ 56.859.107,40
Pensionista	R\$ 481.881.997,34	R\$ 459.259.137,44	R\$ 448.859.404,35

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

O aumento da despesa de pessoal ativo pode se justificar pelas progressões, promoções e acelerações previstas nas carreiras de técnico administrativo e docente, bem como pelos provimentos que aumentam o quantitativo de servidores, ainda que a distribuição de códigos de vagas pelo Ministério da Educação para o Instituto Federal do Rio Grande do Norte tenha diminuído nos últimos anos.

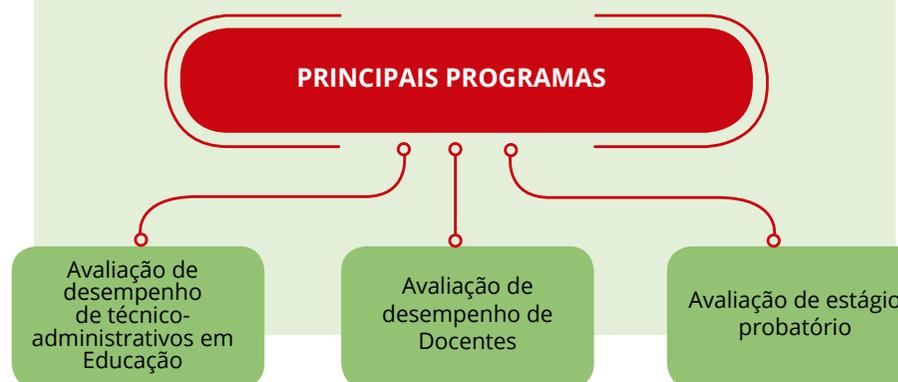
Em relação ao aumento de despesas de pessoal relativo a inativos, este decorreu do acréscimo de 17 novas aposentadorias no ano de 2021. Já o aumento de despesas de pessoal referente a pensionistas foi decorrente da instituição de 12 (doze) novas pensões civis por morte.

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos é regida por: a) Lei nº 11.091/2005, que trata do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, regulamentada pelo Decreto nº 5.825/2006, com nova redação dada pela Lei nº 11.784/2008; e b) Resolução nº 15/2007-CD/CEFET-RN, de 27 de junho de 2007, que regulamenta a Avaliação de Desempenho. Essa avaliação é realizada por meio do *Suap*, que envia mensagem de notificação aos servidores sobre a necessidade de resposta aos formulários de autoavaliação, bem como de avaliação de membro da equipe e dos pares, quando for o caso. No que concerne aos servidores docentes, regidos pela Lei nº 12.772/2013, a avaliação de desempenho é regulamentada pela Resolução nº 06/2014-Consup. É premente a necessidade de revisão dos normativos que tratam da avaliação de desempenho para fins de progressão funcional, especialmente a avaliação docente, no âmbito do IFRN, entretanto, em virtude da pandemia e do déficit de pessoal na equipe da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CODEPE), esta demanda será considerada como um desafio futuro para implementação das ações de melhoria.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM NÚMEROS

Quantidade de servidores avaliados em 2021	1.260
Quantidade de aprovados em 2021	129
Quantidade de reprovados em 2021	1
Quantidade de servidores que concluíram o estágio probatório	175



REMUNERAÇÃO

Conforme estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596/1987; contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745/1993; e Lei nº 12.772/2012, que altera a remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação, a remuneração inicial das categorias ocorre como descrita a seguir:

Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

- Dedicção Exclusiva: R\$ 4.472,64
- 40 horas: R\$ 3.130,85
- 20 horas: R\$ 2.236,32

Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação:

- Nível A: R\$ 1.326,72
- Nível B: R\$ 1.606,41
- Nível C: R\$ 1.945,07
- Nível D: R\$ 2.446,96
- Nível E: R\$ 2.744,57

OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

As constantes atualizações relativas aos normativos e às legislações que regem o serviço público, assim como a rotatividade de servidores entre os *campi*, afetam e justificam a necessidade de formação contínua desses profissionais em seu fazer diário, sejam estes ocupantes ou não de cargo de gestão.

No que diz respeito à igualdade de oportunidades para o desenvolvimento do servidor, a Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN, aprovada pela Resolução nº 34/2019-CONSUP/IFRN, homologada pela Resolução nº 39/2019-CONSUP/IFRN e posteriormente atualizada pela Resolução nº 18/2021-CONSUP/IFRN prevê que as oportunidades sejam concedidas de maneira equânime e, para isso, as estratégias adotadas para promover o desenvolvimento dos servidores são variadas, a depender do objetivo ao qual se destinem (aperfeiçoamento ou qualificação).

A fim de garantir a utilização adequada do recurso de capacitação e, conseqüentemente, a participação do maior número de servidores nas ações de desenvolvimento, a política favorece a realização de eventos locais que possam oportunizar o aperfeiçoamento do servidor sem que este tenha que se deslocar do seu ambiente de trabalho. No ano de 2021, a equipe da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal conduziu reuniões de orientação para realização de ações de desenvolvimento pelos *campi* e pelas unidades sistêmicas da Reitoria com a participação

de representantes das Coordenações de Gestão de Pessoas e da Direção Geral, no âmbito dos *campi*, das Pró-reitorias e Diretorias sistêmicas, na Reitoria. Essa iniciativa garantiu a execução de 100% do recurso destinado ao desenvolvimento de servidores pelo IFRN.

Além disso, o advento do trabalho remoto em virtude da pandemia de covid-19 trouxe a oportunidade de desenvolvimento de ações de capacitação remotas síncronas e assíncronas realizadas em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em Rede, assim como o desenvolvimento de ações à distância relativas ao Projeto de Mapeamento de Competências Socioemocionais no âmbito do IFRN e do e do Projeto de Desenvolvimento de Pessoal do IFRN (Prodesp), o que oportunizou a participação de 3.079 servidores do IFRN em 212 ações de desenvolvimento executadas, totalizando uma carga horária de 19.014 horas de capacitação ofertadas.

Dito isso, espera-se que o IFRN garanta, para o ano de 2022, a disponibilidade orçamentária para viabilizar a oferta dos eventos locais, sejam presenciais ou à distância, que possam oportunizar a participação de um maior número de servidores, inclusive com a parceria da Enap, além de proporcionar a participação de servidores em eventos externos, quando for necessário. Esta garantia de recurso permite que o IFRN se consolide como instituição reconhecida na Rede Federal pelos seus investimentos na área de desenvolvimento de pessoal.

No que tange às oportunidades de ocupar cargos de gestão, 100% dos cargos gerenciais do IFRN são tradicionalmente ocupados por servidores efetivos da própria Instituição, sendo dada prioridade a estes para a ocupação dos cargos, considerando-se a vivência e a experiência em educação profissional. A rotatividade de servidores entre os *campi* também afeta a mobilidade dos ocupantes dos cargos de gestão, havendo sempre a necessidade de substituições e conseqüente formação de novos gestores. No ano de 2021, foram ofertadas turmas presenciais e remotas do Workshop de Desenvolvimento Pessoal com foco nos gestores dos *campi* e da Reitoria, a fim de promover o autoconhecimento e a correlação dos seus perfis comportamentais individuais com os perfis esperados para o exercício de cada cargo/função.

PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO - QVT

Atividades (físicas, palestras, campanhas de saúde, etc.) realizadas em benefício da saúde dos servidores, estagiários e terceirizados no âmbito do IFRN

AÇÕES EMPREENDIDAS	Nº DE PARTICIPANTES
Eixo Estilo de Vida	885
• Confraternização de final do ano	
• Café da Tarde com Música	
• Meditação	
• Roda de conversa Empoderamento e liderança: vamos conversar sobre o protagonismo feminino?	
• Campanha dia do amigo	
• Aniversariantes do mês	
• Encontro virtual para culinária , e Culinária FIT	
• Ciclo de Palestras sobre Gestão Financeira e Minicurso sobre Educação e aplicações financeiras	
• Doação mensal de alimentos, produtos e/ou financeira a grupos em situação de vulnerabilidade social, inclusive aos terceirizados que trabalham no <i>campus</i>	

Eixo Saúde Integral	1.464
• Boletins interativos	
• Folhetim nutricional	
• Ginástica laboral	
• Oficina de saúde vocal	
• Curso de redução de estresse com base em atenção plena	
• Instituição do programa da ginástica laboral em casa, orientando sobre o tema e sobre ergonomia.	
• Corrida quatro estações	
• Palestra saúde mental	
• Campanhas informativas de conscientização sobre processo de saúde/doença	
• Orientação sobre programas personalizados de exercício físico	
• Criação de grupo para a vivência de corrida de rua	
• Alimentação saudável (importância do consumo equilibrado de nutrientes)	



AÇÕES EMPREENDIDAS	Nº DE PARTICIPANTES
Eixo Política Organizacional	1.752
• Oficina - Gestão de Tempo, Produtividade & Bem-Estar	
• Jornal da QVT (divulgações e dicas sobre todos os eixos, conforme demandas levantadas no diagnóstico)	
• Ergonomia	
• Pesquisa-ação junto aos setores com utilização da ferramenta IAQVT	
• Palestra - Trabalho remoto e autocuidado	
• Desenvolvimento de uma plataforma virtual para publicação de conteúdos nas temáticas de saúde integral, estilo de vida e política organizacional	
• Aquisição de kits ergonômicos	
• Elaboração de normativa de retorno gradual dos espaços esportivos para os servidores	
• Acolhimento de servidores novatos aos Campus	
• Jornal do servidor - Criação de Newsletter para divulgação de ações do projeto e dicas de saúde	
• Avaliação dos espaços de trabalho e reestruturação	

Mesmo diante do cenário pandêmico, as ações QVT em seus eixos foram bem satisfatórias. No entanto, alguns *campi* registraram a necessidade de uma adaptação para uma formatação remota, ou até mesmo híbrida, de acordo com as fases de retorno presencial em que cada um se encontrava. O ideal seria o retorno 100% presencial, como em anos anteriores ao cenário atual. Foram apontados, em alguns *campi*, a preocupação com a saúde mental dos servidores e os impactos do trabalho remoto no fazer institucional.

Os desafios foram muitos, neste cenário vivenciado, a desmobilização de alguns grupos de QVT atuantes, ou mesmo as dificuldades na formação de grupos de QVT e a diminuta força de trabalho que os *Campi* possuem. Mesmo assim, percebendo a relevância desta área, muitos *campi* registram a importância no melhoramento nas ofertas de ações na área de QVT, bem como buscam ampliar as ofertas em outros eixos que não foram possíveis ofertar, visto que se possui uma boa perspectiva de melhoria do quadro pandêmico no estado do Rio Grande do Norte.



ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO

As ações de capacitação adotadas pelo IFRN estão norteadas pela Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN, aprovada pela Resolução nº 34/2019-Consup/IFRN e homologada pela Resolução nº 39/2019-Consup/IFRN, posteriormente atualizada pela Resolução nº 18/2021-CONSUP/IFRN, que tem como alguns de seus objetivos: promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação do IFRN; estabelecer objetivos e metas institucionais, tendo como referência o PDI, para o planejamento das ações de desenvolvimento; nortear o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência; preparar os servidores para as mudanças de cenários internos e externos ao IFRN; e ofertar ações de desenvolvimento de maneira equânime aos servidores.

Essa Política de Desenvolvimento de Pessoas do IFRN tem como norte a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP) da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, regulamentada através do Decreto nº 9.991/2019, posteriormente alterado pelo Decreto nº 10.506/2020, assim como a Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21/2021, que estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da

Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991/2019.

A DIGPE, por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (Codepe), é responsável pela coordenação, planejamento, controle e avaliação de todas as ações de desenvolvimento de pessoal. Em conjunto com os setores de gestão de pessoas dos *campi*, operacionaliza as ações com a execução de eventos locais e externos, sejam de capacitação ou acadêmicos.

No ano de 2021, a equipe da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal conduziu reuniões de orientação para realização de ações de desenvolvimento pelos *Campi* e pelas unidades sistêmicas da Reitoria com a participação de representantes das Coordenações de Gestão de Pessoas e da Direção Geral, no âmbito dos *campi*, e das Pró-reitorias e Diretorias sistêmicas, na Reitoria. Essa iniciativa garantiu a execução de 100% do recurso destinado ao desenvolvimento de servidores pelo IFRN.

Dentre as ações de capacitação, destaca-se o XII Encontro de Gestão de Pessoas do IFRN na modalidade remota, no período de 17 a 25 de novembro de 2021, viabilizando a participação de 115 servidores que atuam na área de Gestão de Pessoas na Reitoria e nos 22 *campi* do IFRN.



CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS

NÚMERO DE SERVIDORES CAPACITADOS 3.079

TOTAL DE HORAS DE CAPACITAÇÃO 19.014

CUSTOS DE CAPACITAÇÃO R\$ 1.457.770,69 (ações de desenvolvimento) + R\$ 498.720,59 (diárias e passagens)

PRINCIPAIS PROGRAMAS

Convênio com UFRN:

- Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de Software
- Convênio no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática
- Programa Pós-Graduação em Gestão Pública

Convênio com a UERN

- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação - PPGCC (Mestrado)
- Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - PPCL (Mestrado)
- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais - PPGSSDS
- Programa de Pós-Graduação em Educação - POSEDUC (Mestrado)
- Programa de Pós-Graduação em Física - PPGF (Doutorado)
- Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade - PPGSS (Mestrado)
- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas - Mestrado - PPGCISH
- Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL (Doutorado)
- Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido - PLANDITES
- Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGE (Mestrado)

Convênio com a Universidade do Minho:

- Doutorado (Escolas de Educação, Ciências Sociais, Engenharias e Ciências)
- Mestrado (Ciências da Educação)

Convênio com a UFRSA

- Programa de Pós-graduação em Administração (Mestrado em Administração)

Convênio com a UNIMAR/ CESAA

- Programa de Pós-graduação em Direito (Doutorado em Direito)

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

Principais desafios

- Atualização de normativos e ferramentas/sistemas vinculados a área de Desenvolvimento de Pessoas, acompanhamento de novos normativos vigentes e recentes políticas de gestão do IFRN;
- Oferta de ações de desenvolvimento de pessoas que oportunizem a capacitação de servidores de todos os *campi* e Reitoria;
- Realização de ações em parceria com o projeto de mapeamento de competências socioemocionais;
- Formalização de novos convênios, a fim de oportunizar a elevação da qualificação dos servidores do IFRN através da participação em programas de pós-graduação;
- Alinhamento das ações de desenvolvimento com as competências mapeadas.

Ações futuras

- Oferta de novos editais de movimentação para compor força de trabalho;
- Realização de editais de remanejamento interno para técnicos-administrativos;
- Realização de estudo e dimensionamento da força de trabalho na Reitoria;
- Fortalecimento da cultura de planejamento das ações de desenvolvimento nos *campi* e na Reitoria.



2.4.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

O IFRN atende aos requisitos legais para execução de suas licitações e contratos, sendo os principais normativos os que seguem: Leis nºs. 8.666/93, 10.520/2002 e 12.462/2011; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto nº. 7.892/2013; diversas Instruções Normativas editadas pela SLTi, a

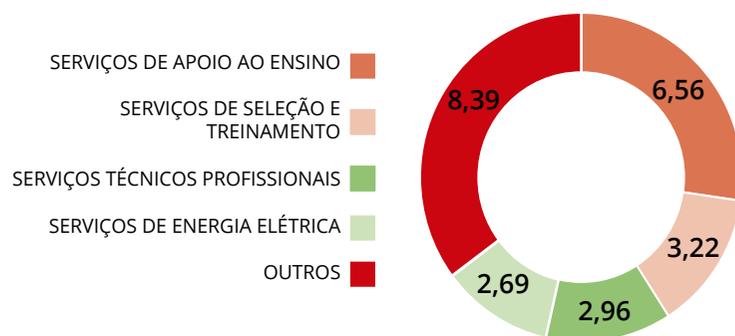
exemplo da mais recente, que trata das contratações de serviços continuados, a IN nº 05/2017. Quanto aos órgãos de controle, são editados normativos, a exemplo de Acórdãos do TCU e Portarias da AGU, com o objetivo de esclarecer dúvidas a respeito das interpretações legais.

PERFIL DOS GASTOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS

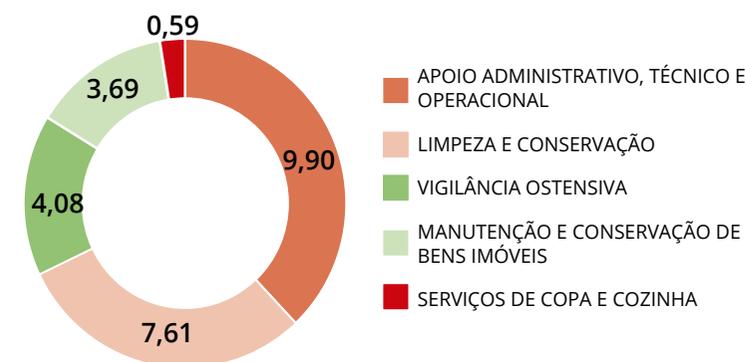
Principais gastos por tipos de despesas



Outros serviços de terceiros (PJ) (em R\$ milhões)



Locação de mão de obra (em R\$ milhões)



PRINCIPAIS CONTRATOS DE FUNCIONAMENTO

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALOR GASTO EM 2021 (R\$)
Funcionamento/ unidade administrativa	Apoio administrativo, técnico e operacional	ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados GI5 - Implantar a gestão de infraestrutura OR2 - Garantir a eficiência do gasto público	9.128.470,16
	Manutenção e conservação de bens imóveis		3.460.797,48
	Limpeza e conservação		7.486.926,44
	Aquisição de material de consumo		5.150.567,46
	Vigilância ostensiva		4.077.428,36
	Passagens aéreas		156.571,69
	Manutenção e conservação de veículos		482.938,51
	Locação de máquinas e equipamentos		73.322,36
	Serviços gráficos e editoriais		112.863,05
	Serviços de copa e cozinha		593.241,83
	Serviços técnicos profissionais		361.068,95
	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		662.553,56
	Serviços de telecomunicações		82.526,97
	Seguros em geral		163.762,90
Comunicação de dados e redes em geral	33.774,02		
Assistência ao estudante	Fornecimento de alimentação	PA8 - Fortalecer as atividades de assistência estudantil	65.098,40
Capacitação de servidores	Passagens aéreas	GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores OR2 - Garantir a eficiência do gasto público	156.571,69
Tecnologia da Informação	Comunicação de dados e redes em geral	GI4 - Consolidar a gestão de TI	33.774,02
	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - PJ		2.666.419,70

CONTRATAÇÕES DIRETAS

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALOR GASTO EM 2021 (R\$)
Funcionamento/unidade administrativa	Serviços técnicos profissionais	ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados GI5 - Implantar a gestão de infraestrutura OR2 - Garantir a eficiência do gasto público	823.428,71
	Manutenção e conservação de bens imóveis		231.910,65
	Limpeza e conservação		121.196,59
	Apoio administrativo, técnico e operacional		1.768.977,67
	Serviço de energia elétrica		2.686.882,73
	Serviço de seleção e treinamento		362.875,30
	Serviço de água e esgoto		638.190,92
	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		188.657,67
	Assinatura de periódicos e anuidades		162.894,15
Assistência ao estudante	Mercadoria para doação	PA8 - Fortalecer as atividades de assistência estudantil	738.621,88
Capacitação de servidores	Serviços de apoio ao ensino	GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores	6.553.411,80
Tecnologia da Informação	Serviços técnicos profissionais	GI4 - Consolidar a gestão de TI	2.029.870,45



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

PRINCIPAIS DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
<p>LICITAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos servidores considerando a aprovação e implementação da nova Lei de licitações, inclusive no quesito prático devido à atualização dos módulos do sistema Comprasnet; • Necessidade de atualização constante devido à mudança periódica da legislação; • Acompanhamento/levantamento das contratações diretas, a fim de evitar o fracionamento e facilitar auditoria, considerando que cada <i>campus</i> realiza suas próprias contratações; • Padronização dos processos de compras e contratações; • Institucionalizar o plano de centralização das compras e coordenar as ações de contratações junto aos Polos; • Celeridade nos pregões de terceirização devido às impugnações e recursos. • Adequar o calendário de compras e contratações a regionalização nas contratações a partir dos núcleos; • Acompanhar as Atas de Registro de Preços vigentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidação da implantação das coordenações de compras e licitações; • Monitoramento do desempenho dos processos de compras e licitações; • Catalogação e divulgação de processos de referência para servir de exemplo; • Padronização dos pregões SRP com cota reservada ME/EPP; • Categorização das compras e contratações para facilidade de controle e auditoria; • Criação de fluxograma para padronização das atividades, documentos e rotinas realizadas no setor; • Implantação de controles automatizados para acompanhamento no Comprasnet, controle de contratações no Suap, controle das atas vigentes e padronização dos itens de materiais licitados pelo IFRN; • Criação de rotinas para o almoxarifado virtual.
<p>CONTRATOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Padronizar rotinas e procedimentos, fornecendo subsídios para avaliação do acompanhamento dos contratos, possibilitando a adoção de estratégias para a obtenção de melhores resultados; • Orientar e supervisionar a execução contratual junto às unidades administrativas, identificando eventuais falhas cuja culpa decorram, a princípio, da contratada; • Promover a assinatura dos contratos e seus aditamentos de forma eletrônica pelas partes; • Proceder atualizações no módulo Suap visando a melhoria do sistema no acompanhamento dos contratos; • Controlar em tempo real os saldos dos Empenhos emitidos para fins de abarcar as despesas decorrentes da execução contratual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar manuais, notas técnicas e fluxogramas relativos à contratação; • Promover o cadastramento de Empresas no Suap, para assinatura eletrônicas e movimentação processual; • Identificar as potenciais melhorias e requerer via chamando para a área técnica; • Criar setor específicos para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos; • Utilizar os meios de controle unificados como o Comprasnet 4.0, além de criar rotinas intersetores.

2.4.4 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

Com relação à gestão do patrimônio institucional, o IFRN cumpre toda a legislação vigente quanto a aquisição via certames licitatórios, em cumprimento à Lei nº 8.666/76 e demais normativos. Para efetivar o controle patrimonial, a instituição dispõe de módulo no *Suap* que acolhe o registro de todos os itens com os respectivos tombamentos, depreciações, transferências e baixas. A conciliação desses registros é realizada mensalmente, com os saldos registrados no SIAFI.

Em relação à gestão de infraestrutura, o IFRN, ao desenvolver seus projetos arquitetônicos, adota critérios de sustentabilidade, baseando-se na Lei nº 12.349/2010, que tem a finalidade protecionista e de desenvolvimento nacional, incluindo o desenvolvimento sustentável como diretriz governamental. A instituição segue priorizando as contratações públicas sustentáveis, conforme Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Fundamenta-se ainda nas diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais normas vigentes. Com relação aos orçamentos dos projetos, estes são preparados de acordo com o

disposto no Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. No tocante à gestão da infraestrutura, o IFRN visa garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, normatizada pelo Decreto 5.296/2004. Além disso, todos os projetos devem estar de acordo com as normas técnicas da ABNT aplicáveis, reunidas na NBR 5090, que tem como foco a acessibilidade em um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações.

No que diz respeito à gestão patrimonial dos imóveis da instituição, a criação de uma comissão central com foco na avaliação, regularização, atualização cadastral e inventário dos imóveis do IFRN está em atividade no intuito de diagnosticar e buscar adequação às normatizações da gestão do patrimônio imobiliário, em especial no que diz respeito adequação e aprimoramento dos Laudos de Avaliação de Imóveis, necessidade imposta pela Instrução Normativa nº 5, de 28 de novembro de 2018.



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Tipo de investimento: OBRA - Valor investido em 2021: R\$ 4.711.845,59

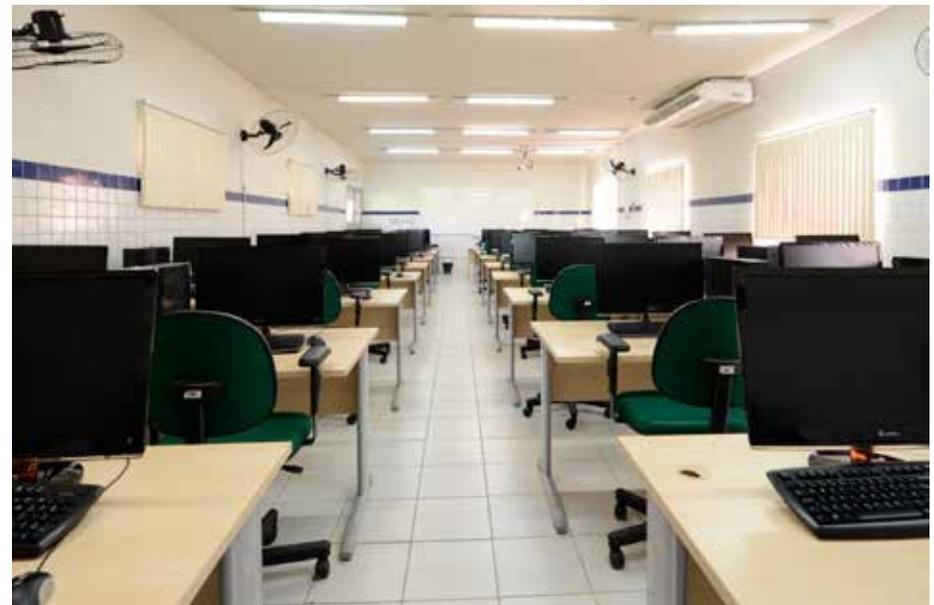
DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO ESPERADO
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de sala de aula e laboratório – <i>Campus</i> Parnamirim, <i>Campus</i> João Câmara; • Construção de garagem coberta para veículos oficiais e cobertura para arquibancada da piscina – <i>Campus</i> Canguaretama; • Construção do <i>Campus</i> Jucurutu; • Ampliação e reforma do refeitório – <i>Campus</i> Currais Novos; • Obras de acessibilidade - <i>Campus</i> Natal-Central; • Reforma do auditório, sala de danças e acessibilidade entre os blocos – <i>Campus</i> Zona Norte; • Construção dos banheiros e acesso de pedestres a quadra coberta - <i>Campus</i> Avançado Lajes • Construção de laboratório para o Centro de Mineralogia; • Construção do anfiteatro e rampa de acesso - <i>Campus</i> Cidade Alta (Unidade Rocas); • Construção de curral de manejo rotativo para bovinos de leite e de corte – <i>Campus</i> Ipangaçu. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da Construção do <i>Campus</i> Avançado Jucurutu; • Melhora na acessibilidade dos <i>Campi</i> Natal Central e Cidade Alta; • Consolidação do Centro de Mineralogia do <i>Campus</i> Currais Novos; • Ampliação da disponibilidade de laboratórios para aulas e pesquisas científicas; • Adequação da quantidade de salas de aula à ampliação da oferta de vagas.

Tipo de investimento: EQUIPAMENTOS - Valor investido em 2021: R\$ 6.746.918,42

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO ESPERADO
<ul style="list-style-type: none"> • Atualização do parque computacional dos <i>campi</i>; • Equipamentos para laboratórios e outros ambientes nos <i>campi</i>; • Aparelhos de refrigeração para as salas acadêmicas e administrativas e eletrodomésticos para diversos ambientes nos <i>campi</i>; • Mobiliário geral para os <i>campi</i>; • Equipamentos médicos e odontológicos nos <i>campi</i>; • Equipamentos para áudio, vídeo e foto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da infraestrutura de TI da instituição ofertando um melhor as atividades acadêmicas e administrativas; • Melhora do ambiente com a renovação de mobiliário para as diversas atividades laborais; • Consultórios médico-odontológicos com equipamentos necessários para seu efetivo funcionamento.

Tipo de investimento: VEÍCULOS - Valor investido em 2021: R\$ 0,00

<ul style="list-style-type: none"> • Não houve investimento
--



AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO/DE ROTINA	IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS
<p>ES1 – Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados</p> <p>ES4 – Fortalecer as políticas inclusivas e afirmativas</p> <p>PA1 – Consolidar a oferta nos diversos níveis e modalidades de ensino</p> <p>PA2 – Estabelecer a Educação à Distância</p> <p>PA8 – Fortalecer as atividades de assistência estudantil</p>	<p>AC – Rotinas de Atividades Estudantis (AC.2994.171169.4)</p> <p>EC – Rotinas do Ensino (EC.20RL.171168.4)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Garantia da permanência e êxito dos estudantes nos diversos níveis e modalidades de ensino nos <i>campi</i> do IFRN. 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de atender a “demanda reprimida”, exigindo um aumento neste investimento para que assim seja possível ter uma maior proporcionalidade no número de estudantes beneficiados; Cumprimento da Função social do IFRN.
<p>OR1 – Ampliar a capacitação de recursos extraorçamentários</p> <p>ES2 – Fortalecer a sustentabilidade</p> <p>ES4 – Fortalecer as políticas inclusivas e afirmativas</p> <p>GI5 – Implantar a gestão de infraestrutura</p> <p>OR2 – Garantir a eficiência do gasto público</p>	<p>DB - Reserva Técnica e Emendas Parlamentares (DB.20RL.171168.4, DB.20RG.171167.4)</p> <p>GA - Planos Diretores de Infraestrutura do IFRN – PDInfra (GA.20RG.171167.4)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Viabilização do funcionamento de laboratórios do Centro de Referência em Tecnologia Mineral; Melhoria na acessibilidade, - <i>Campus</i> Natal Central; Melhoria do refeitório do <i>Campus</i> Currais Novos; Construção de anfiteatro e rampa de acesso no <i>Campus</i> Natal Cidade Alta; Melhoria no ambiente de prática esportiva Melhoria da infraestrutura de tecnologia de informação; Conclusão de diversos Contratos de Obras de Construção, Ampliação e Obras de Acessibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de equipamentos possibilitará a realização de diversas atividades de pesquisa acadêmica; Garantia de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com a mobilidade reduzida; Adequação para recepção dos alunos de forma satisfatória durante as refeições; Melhoria na infraestrutura para realização de eventos culturais, esportivos e de aulas práticas; Foco no atendimento a missão e visão do IFRN, beneficiando alunos e ampliando a disponibilidade de ambientes acadêmicos de qualidade.
<p>OR1 - Ampliar a captação de recursos extraorçamentários</p>	<p>MB - Mapeamento de atividades com potencial de captação de receita própria (MB.20RL.171168.4)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de material permanente; Melhoria nas condições de uso de salas de aula, setores médicos, laboratórios e salas administrativas. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantia do atendimento aos normativos legais aplicáveis ao IFRN; Cumprimento da missão, visão e função social da Instituição, gerando valor à sociedade através das suas ofertas educacionais, com infraestrutura adequada para maximizar o êxito do processo ensino-aprendizagem.

LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

O IFRN não dispõe de locações de imóveis. Os imóveis utilizados foram doados ou estão cedidos pelos entes federativos ou adquiridos através de escritura pública de compra e venda. Em relação a equipamentos

locados, a instituição dispõe apenas de ilhas de impressão, com a locação de impressoras, objetivando reduzir gastos com manutenção de impressora e toner.

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES E DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Não houve desmobilização ou desfazimento de ativos em 2021.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
<p>PATRIMÔNIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a movimentação de patrimônio, através das requisições de transferências; • Manter atualizados os termos de responsabilidade dos servidores responsáveis por carga patrimonial, bem como a localização atual dos bens inventariados; • Sensibilizar a comunidade interna para colaborar com os trabalhos da comissão inventariante a fim de que possam executar os desígnios de portaria a contento da administração; • Registrar os itens pela numeração do tombo atribuída no momento de entrada do material e distribuir para os setores solicitantes conforme plano de aquisições; • Otimizar as aquisições de materiais a partir da regionalização por núcleos nas aquisições; • Executar o calendário de compras para materiais permanentes, conforme cronograma estabelecido; • Organizar fluxo interno e procedimentos para integrar Suap e Siads. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construir junto ao sistema informacional do órgão um mecanismo de controle mais eficaz quanto à responsabilidade atribuída aos servidores que detêm carga patrimonial; • Adaptar a logística de materiais para a regionalização das contratações, contemplando desde o planejamento da contratação até o recebimento de materiais, tombamento e distribuição para os locais de uso; • Elaborar uma sistemática, por meio de cronograma, para que sejam loteados os itens ociosos enquanto aguardam a baixa num período trimestral, ou de acordo com o tipo de material, ou de acordo com o valor do bem; • Atender as demandas de incorporação de materiais doados por outros CNPJs de acordo com a legalidade, objetivando o bom funcionamento das instalações da rede de ensino do IFRN, de acordo com os projetos a que se destinam; • Consolidar a gestão de suprimentos ao Plano de Centralização de Contratações Públicas (PCCP).

DESAFIOS

AÇÕES FUTURAS

INFRAESTRUTURA

- Intensificar os trabalhos da Comissão Central responsável pela implantação da Gestão de Infraestrutura;
 - Elaborar modelos do Plano Diretor de Infraestrutura e do Plano de Inspeção e Manutenção para servirem de referência para as demais unidades do IFRN na elaboração e implantação de seus próprios planos;
 - Dar continuidade aos trabalhos da Comissão de Gestão do Patrimônio Imobiliário do IFRN; e
 - Intensificar o diálogo entre Reitoria-Campus com vistas ao engajamento de ambas as partes para o cumprimento dos objetivos estratégicos sob responsabilidade da DIENG.
- Harmonizar de maneira mais eficiente o cumprimento das atividades obrigatórias mais urgentes rotineiramente desenvolvidas com o desenvolvimento das ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos que estão sob responsabilidade da DIENG;
 - Desenvolver a cultura de procedimentos técnicos mais uniformes com vista a eficiência no que diz respeito às soluções de engenharia e arquitetura implantadas (soluções técnicas semelhantes para problemas de mesma natureza);
 - Estimular a reestruturação do Projeto *Campus Verde*, de maneira que seus membros possam atuar efetivamente junto aos projetos estratégicos, contribuindo com a condução da elaboração dos planos de economia de água e energia, bem como com a execução das ações previamente planejadas.



2.4.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão de tecnologia da informação, enquanto dimensão estratégica, atua no planejamento, coordenação, execução e avaliação dos projetos e atividades relacionados a investimento, desenvolvimento, manutenção e segurança em tecnologia da informação.

A sua estrutura conta com a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI), com a Coordenação de Infraestrutura e Redes (COINRE), com a Coordenação de Sistemas de Informação (COSINF), com a Coordenação de Sistemas de Apoio à Administração e com Coordenação de Sistemas de Apoio ao Ensino, além da Assessoria de Governança (ASGTIC) e da Assessoria de Projetos de Tecnologia da Informação e Comunicação (ASPTEC).

Sob a direção da DIGTI, a gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação do IFRN desenvolve sua atuação no planejamento estratégico e operacional do Instituto, propõe políticas e diretrizes na área de tecnologia da informação e comunicação, supervisiona a implementação das políticas na área de tecnologia da informação e comunicação, coordena o desenvolvimento e a implantação dos sistemas de informação institucionais e a manutenção desses sistemas, gerencia os recursos de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Reitoria, representa o IFRN nos foros específicos da área, responsabiliza-se pela gestão e manutenção da política de segurança da informação, zela pela garantia da manutenção dos equipamentos e sistemas de informática do IFRN e executa outras ações de TIC em apoio às demais dimensões e áreas do IFRN.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

A governança de Tecnologia da Informação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal – SISIP trata dos mecanismos sob os quais são dirigidos e controlados a área de TIC, entendida como “ativo estratégico que suporta processos e negócios institucionais, mediante a conjugação de recursos, processos e técnicas utilizados para obter, processar, armazenar e fazer uso de informações”, buscando atingir as necessidades prioritárias e estratégicas da Instituição, mediante a elaboração de planos que incluem a estratégia e as políticas de uso de TIC no âmbito institucional, como o Plano Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação (PDTIC), o Plano de Transformação Digital (PTD) e o Plano de Dados Abertos (PDA).

Nesse contexto, o modelo de governança do IFRN é constituído por seu PDTIC, seu PTD, seu PDA e pelas resoluções e políticas estabelecidas pelo Conselho Superior (CONSUP) e pelo Comitê de Governança Digital do IFRN (CGD), sendo esses constituídos em conformidade com a legislação, normativos de órgãos superiores e normativos internos e consonância com as Estratégias de Governo Digital e com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN.

PDTIC/IFRN

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação, que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. Deve contemplar as necessidades de informação e serviços de TIC da organização, as metas a serem alcançadas, as ações a serem desenvolvidas e os prazos de implementação.

A elaboração e atualização regular do PDTIC pelos órgãos federais é uma previsão estabelecida no âmbito do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). O SISP agrega as atividades de planejamento, coordenação, organização, operação, controle e supervisão dos recursos de TIC dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A imprescindibilidade da existência do Plano pode ser observada na Instrução Normativa 01, de 04 de abril de 2019, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal, instituída pelo Ministério da Economia, por intermédio da Secretaria de Governo Digital, subordinada à Secretaria de Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital.

O PDTIC do IFRN foi constituído a partir do guia de PDTIC do SISP versão 2.0, de 01 de setembro de 2016; da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação 2016-2019; da Estratégia de Governo Digital 2020-2022; do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN, 2019-2026; e do processo de construção coletiva realizado pela Diretoria de Gestão e Tecnologia

da Informação, equipe de servidores de TIC da Reitoria e coordenadores e demais servidores de TIC dos *campi* do IFRN.

Algumas ações do PDTIC foram iniciadas em 2021, resultando no atingimento parcial das metas abaixo elencadas:

- M10- Manter os serviços de Videoconferência e Web conferência;
- M16- Garantir a manutenção e aquisição de *softwares* necessários para as atividades administrativas e fins do IFRN;
- M18- Manter atualizados os equipamentos de computação necessários aos ambientes administrativos e acadêmicos;
- M19- Manter atualizados os equipamentos de datacenter;
- M20- Estruturar solução de Desktops Virtuais;
- M22- Definir e formalizar o Plano de Capacitações do Pessoal de TIC;
- M24- Desenvolvimento de novas funcionalidades nos sistemas;
- M27- Prover de outsourcing de impressão;
- M29- Prover a infraestrutura das redes sem fio;
- M30- Prover o serviço de links de conectividade e internet institucionais;
- M31- Desenvolver projeto de padronização da infraestrutura de Data-center dos *campi*;
- M32- Implantar modelo de gestão de projetos para o desenvolvimento dos projetos no âmbito da DIGTI;
- M33- Normatizar o processo de gerenciamento de serviços de TIC.

CONFORMIDADE LEGAL (DIGTI)

Acerca dos aspectos relacionados à conformidade legal, a gestão de tecnologia da informação e comunicação (TIC) possui diversos mecanismos de conformidade legal, especialmente no que diz respeito às áreas de contratações de TIC e de segurança da informação. São leis, decretos, instruções normativas, orientações e guias da Secretaria de Governo Digital e resoluções internas que, de forma direta ou indireta, estão relacionados à gestão da tecnologia da informação. São requisitos de governança que existem para subsidiar as ações de gestão para o desenvolvimento das soluções de TIC para o suporte aos processos meio e fim da Instituição.

Destaques em 2021:

- A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que traz mudanças substanciais para a gestão de TIC, especialmente no que concerne à operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação, na qual a vigência dos contratos poderá ser de até 15 anos. Outro ponto concernente a essa lei é o suporte que a área de TIC deverá prover para a gestão de riscos e o controle preventivo no âmbito das licitações e contratações públicas. Essas mudanças passarão a vigorar após 2 anos da publicação da referida lei, no entanto, tais mudanças já passaram a impactar o planejamento das ações de TIC;
- Instituição da Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129 de 29 de março de 2021), que aborda, entre seus princípios e diretrizes, a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais; a disponibilização em plataforma única do acesso às informações e aos serviços públicos; a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos; o incentivo à participação social no controle da administração; a eliminação de exigências e formalidades; o apoio técnico aos entes federados para implantação e adoção de estratégias que visem à transformação digital da administração pública; e define direitos dos usuários da prestação digital de serviços públicos e cita os instrumentos necessários para as plataformas de governo digital de uso de cada ente federativo;
- Alterações substanciais na Instrução Normativa nº 01/2019, através da Instrução Normativa nº 31/2021, no que tange à necessidade de observar o regulamento que trata dos requisitos e procedimentos para aprovação de contratações de serviços e aquisições de TIC e para formação de atas de registro de preços para contratações de serviços de TIC; há necessidade de alinhamento das contratações de TIC às estratégias de governo digital (Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020); requisitos para a contratação de serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de portais na Internet; requisitos e obrigações quanto à segurança da informação e privacidade; e vários outros aspectos relacionados às fases de planejamento, seleção do fornecedor e fiscalização e gestão contratual;
- Guia de Requisitos e de Obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade, de março de 2021, para cumprimento da Lei Geral de

Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). Esse guia trata dos requisitos gerais de estruturação de segurança e privacidade, dos requisitos de segurança da informação e privacidade em essência, das ações de responsabilidade de empresas contratadas e dos aspectos relacionados à gestão contratual.

Nesse sentido, cabe destacar algumas ações no exercício de 2021 para fins de estabelecer a conformidade legal para com os documentos acima listados, assim como com outros documentos que compõem os mecanismos de governança digital no âmbito do Poder Executivo Federal:

Lei do Governo Digital (Lei 14.129 de 29 de março de 2021); Estratégias de Governo Digital;	Instrução Normativa nº 01/2019; guia de requisitos e de obrigações quanto à segurança da informação e privacidade
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação dos certificados digitais no IFRN; • Sistema para gestão de eventos institucionais; • Retomada da assessoria de governança; • Criação do comitê de governança digital; • Aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; • Aprovação do plano de transformação digital; • Implantação da gestão baseada em projetos; • 4.472 atendimentos prestados através da central de serviço; • Computador virtual e acesso remoto; • Capacitação para os <i>campi</i>: 40 servidores participaram de cursos à distância na Escola Superior de Redes. 	Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 (política de dados abertos do Poder Executivo Federal)
	<ul style="list-style-type: none"> • Retomada da assessoria de governança; • Condução de licitações sistêmicas (Outsourcing, Microsoft, Link de Dados e de Internet).
	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de dados abertos em fase de análise a aprovação.

PTD/IFRN

O Plano de Transformação Digital do IFRN busca otimizar e simplificar a relação entre IFRN e o cidadão atendido, com o objetivo de digitalizar completamente os serviços oferecidos à comunidade atendida pelo IFRN. Apresenta também quais os canais digitais que serão unificados e a interoperabilidade dos sistemas do IFRN com o cadastro base do cidadão (CBC).

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A ÁREA DE GOVERNANÇA EM TIC 2022

O ano de 2021 foi marcado pela reestruturação da área de governança de TIC, sendo estabelecidos os planos que integram a sua estrutura. No entanto, a execução desses planos e os aspectos culturais envolvidos, em especial quanto a instituição de um modelo de gestão por projetos, torna-se um desafio para o ano de 2022.

O PDTIC do IFRN apresenta metas desafiadoras, como a elaboração de vários normativos e políticas que serão necessárias à completa reestruturação do sistema de governança de TIC do IFRN, entre essas, a necessidade da atualização da política de segurança da informação; a instituição de uma política de *backup* estruturada e uma política de uso do e-mail institucional, entre outras que são muito importantes para o desenvolvimento da área de TIC e da instituição como um todo.

Somando-se a esses aspectos, torna-se necessária uma atenção especial aos novos modelos de documentos de planejamento nas áreas de compras e contratações, a fim de que as metas estabelecidas no PDTIC que dependem dessas contratações sejam alcançadas. Um aspecto igualmente importante a destacar é o da execução do plano de gestão de pessoas de TIC constante do PDTIC, assim como o seu acompanhamento.

Por fim, apresentamos um último destaque, que se trata do monitoramento dos planos de governança de TIC, assim como o alinhamento do cronograma de acompanhamento para fins de promover o alinhamento com o cronograma do relatório de gestão, para que esses sejam anexados ao mesmo ao final de cada exercício.

Assim, os principais desafios são:

- Instituição do modelo de gestão por projetos;
- Elaboração de normas e políticas internas de TIC;
- Melhoria do processo de planejamento de compras e contratações;
- Formação de equipes e capacitação;
- Monitoramento dos planos estratégicos de TIC;
- Alinhamento dos cronogramas dos planos de TIC com o planejamento anual da instituição.

GASTOS DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

Objetivo estratégicos atendidos	Projeto estratégico/ de rotina	Valor empenhado (R\$)
GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores GI4 - Consolidar a gestão de TI GI2 - Implementar a Gestão de Processos	TA - Aplicação de tecnologias disruptivas para apoio e aprimoramento da gestão	R\$ 0,00
ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados ES2 - Fortalecer a sustentabilidade GI4 - Consolidar a gestão de TI	TB - Contratação de Desktop Virtual	R\$ 0,00
GI4 - Consolidar a gestão de TI	TC - Suap Framework	R\$ 0,00
	TD - Execução do PDTI	R\$ 1.836.825,15

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI - 2021

Grupo de Despesa	Despesas empenhadas (R\$)	Despesas pagas (R\$)	Valor pago de RP em 2021 (R\$)
Investimento	999.671,00	0,00	441.711,44
Custeio	837.154,15	0,00	2.609.007,74
Total	1.836.825,15	0,00	3.050.719,18

Fonte: Tesouro Gerencial

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Nº Contrato	Objeto do contrato	Valores pagos em 2021 (R\$)
158/2017	Contratação da SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL para a prestação de serviços de manutenção dos datacenters da Instituição, com fornecimento de peças e serviços.	R\$ 179.948,90
089/2020	Contratação de serviço contínuo de subscrição de licenças educacionais do pacote Microsoft 365 Education A3.	R\$ 591.608,16
111/2015	Serviço ampliação e manutenção de rede de cabeamento	R\$ 748.012,77
022/2021	Aquisição de material permanente (Palo Alto), com fornecimento de solução de proteção de rede de dados com características de firewall de próxima geração (next generation firewall - ngfw), com suporte de 60 meses, solução de gerenciamento centralizado, serviços de instalação, configuração e treinamento de pessoal.	R\$ 744.000,00

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

Objetivo Estratégico	Principais iniciativas (sistemas e projetos)	Principais resultados (benefícios e impactos)
<p>GI3 - Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores</p> <p>GI4 - Consolidar a gestão de TI</p> <p>GI2 - Implementar a Gestão de Processos</p>	<p>TA - Aplicação de tecnologias disruptivas para apoio e aprimoramento da gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Construção da arquitetura de armazenamento de dados históricos e com suporte a análise em grandes volumes de dados.
<p>ES1 - Elevar a permanência e o êxito dos discentes dos cursos ofertados</p> <p>ES2 - Fortalecer a sustentabilidade</p> <p>GI4 - Consolidar a gestão de TI</p>	<p>TB - Contratação de Desktop Virtual</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento do módulo de agendamentos e sincronização de laboratórios virtuais; • Possibilidade de uso do acesso remoto a computadores físicos.
<p>GI4 - Consolidar a gestão de TI</p>	<p>TC - Suap <i>Framework</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de prova de conceito para implantação do Suap em nuvem pública; • Automatização do Farol de Desempenho.
	<p>TD - Execução do PDTI</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação dos certificados digitais para os cursos técnicos, FIC e de pós-graduação; • Melhorias no módulo de Gestão de Eventos e no Processo Eletrônico; • Realização de licitações sistêmicas (Outsourcing, Microsoft, Link de Dados e Internet); • Criação do comitê de governança digital; • Aprovação do PDTIC e do Plano de Transformação Digital; • Implantação da Gestão baseada em projetos; • Modernização da infraestrutura de firewall.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Com intuito de manter mecanismos e controles que possibilitem a efetiva proteção dos dados, informações e conhecimentos produzidos no IFRN, a DIGTI executa atividades em cooperação com a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) e instituições da Rede Federal para tratar e responder ameaças no contexto de segurança da informação.

Os incidentes e vulnerabilidades detectados pela RNP na rede acadêmica são registrados em um sistema denominado SGIS (Sistema de Gestão de Incidentes de Segurança) e notificações envolvendo a rede do IFRN são tratados e respondidos por meio deste sistema. No ano de 2021, a RNP não notificou os incidentes e não foi feito acompanhamento específico sobre eventuais registros.

Em colaboração com a RNP, a DIGTI faz parte de um projeto piloto que tem por objetivo a formalização de um Centro de Tratamento e Respostas a Incidentes de Segurança da Informação (CTIR ou CSIRT- *Computer Security Incident Response Team*). O CTIR/CSIRT é responsável por receber, analisar e responder as notificações relacionadas a incidentes de segurança em computação. No âmbito do IFRN, foi iniciado o processo de formalização da ETIR, a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos, que é a terminologia específica no âmbito do governo federal.

Cabe destacar a necessidade de revisão do Plano de Segurança da Informação, além de realizar ações de adequação das ações do IFRN para atender de forma integral a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

PRINCIPAIS DESAFIOS	AÇÕES FUTURAS
<ul style="list-style-type: none"> • Buscar a sustentabilidade dos serviços de TIC para apoio ao ensino, pesquisa, extensão e gestão em cenário híbrido; • Elevar a qualificação e a capacitação dos servidores que atuam na área de TIC; • Cooperar na implementação de ações para total aderência do IFRN à LGPD; • Ampliar a oferta de serviços digitais à comunidade acadêmica do IFRN; • Desenvolver projetos com a comunidade acadêmica, via edital, para modernização do Suap; • Disponibilizar o ambiente de Analytics do Suap; • Cumprir as metas previstas no PDTIC; • Reter os profissionais de TIC, em especial na Reitoria, em função da concorrência de mercado; • Buscar condições para o funcionamento dos NOCs do Campi do IFRN que irão integrar a Infovia Potiguar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar o Plano de Segurança da Informação; • Estruturar a área de Segurança da Informação; • Ampliar o Projeto do Desktop Virtual para atender 2000 estudantes; • Aprovar o Plano de Dados Abertos; • Monitorar a execução do PDTIC, assegurando sua revisão; • Automatizar rotinas de trabalho; • Estruturar o processo de contratações de TIC do IFRN; • Realizar processos licitatórios alinhados ao PDTIC e as demandas apontadas pelos campi do IFRN.

2.4.6 GESTÃO DE CUSTOS

CONFORMIDADE LEGAL

Em relação à conformidade, o IFRN atua na estreita observância ao sistema de custos do Governo federal, o que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Além disso, apresenta seus resultados, prioritariamente, com base nos sistemas governamentais (Siafi, Tesouro Gerencial, Siape, SIASS) e de administração integrada, como é o caso do Suap.

ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO

Área	Estimativa de custos
Áreas finalísticas (Ensino, pesquisa e extensão)	R\$ 3.004.447,55
Áreas de apoio (Demais)	R\$ 61.746.035,77

Fonte: Tesouro Gerencial

O cálculo dos custos de cada área foi feito tomando-se por base apenas os recursos relativos às despesas correntes (Grupo de Natureza de Despesa - GND 3), excluindo-se, portanto, as despesas com pessoal e investimento. Desse montante, foram deduzidas ainda as despesas de pessoal pagas com recursos do GND 3 (benefícios pagos aos servidores, como auxílio transporte, alimentação, etc). Para as áreas finalísticas, foram computadas as despesas nos projetos estratégicos e de rotinas das Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão. As despesas dos demais projetos foram computadas no custo das áreas de apoio.



ESTIMATIVA DE CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL (EM R\$)

Programa Governo		Ação	Projeto de Lei	Dotação inicial	Dotação atual	Empenhado	Liquidado	Pago	
5012	Educação Profissional e Tecnológica	20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	1.633.463,00	1.735.456,00	1.735.456,00	1.734.186,00	342.756,10	342.756,10
		20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	25.752.592,00	23.597.993,00	52.718.438,00	52.570.739,89	17.131.797,00	16.328.242,52
		2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	6.984.549,00	8.565.477,00	18.370.709,00	18.369.847,51	9.494.493,39	8.055.651,42
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	53.657.002,00	53.657.002,00	74.768.949,00	74.605.380,78	74.605.380,78	73.223.466,08
		09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	81.446.009,00	81.446.009,00	91.340.848,00	78.886.773,86	78.886.773,86	78.886.773,86
		2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependente	7.282.616,00	7.282.616,00	7.332.418,00	7.302.482,90	7.302.482,90	6.679.763,76
		20TP	Pessoal Ativo da União	134.598.956,00	134.598.956,00	408.821.414,00	407.276.616,56	407.276.616,56	357.946.165,73
		212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	24.211.252,00	24.211.252,00	24.243.416,00	18.727.840,38	18.727.840,38	16.971.470,60
		216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	5.320,00	5.001,00	12.469,00	0,00	0,00	0,00
		4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	832.000,00	782.080,00	1.950.080,00	1.690.091,28	364.378,91	352.129,51

Fonte: Tesouro Gerencial

RELACIONAMENTO ENTRE OS PROGRAMAS E RELEVÂNCIA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os programas governamentais apresentados anteriormente, através dos quais o IFRN obteve os recursos utilizados no ano de 2021, estão originalmente previstos na Lei nº 13.971/2019, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) do período de 2020 a 2023. Deste modo, eles estão apresentados também na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021. Os programas dividem-se em dois grandes grupos: 1 - programas de gestão e manutenção e operações especiais; e 2 - programas temáticos. A cada programa, correspondem uma ou mais ações.

Programas de gestão e manutenção e operações especiais

Programas de gestão e manutenção são descritos no art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.249 (Plano Plurianual) como aqueles que “expressam e orientam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental”. Já as operações especiais são definidas no art. 4, inciso XII, como “as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações do Governo federal, das quais não resulta um produto e não é gerada contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”. Os programas utilizados pelo IFRN já foram citados acima:

- 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais;
- 0910 - Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais;
- 5012 - Educação Profissional e Tecnológica;
- 0032 - Programa de gestão e manutenção do Poder Executivo.

Embora os recursos oriundos desses programas não sejam aplicados nos macroprocessos finalísticos do IFRN (aqueles relacionados ao atendimento das finalidades legais do Instituto), eles são fundamentais à manutenção da Instituição, uma vez que funcionam como suporte para a execução do programa temático (aquele que atende aos macroprocessos finalísticos). Dentro destes programas, estão incluídas as ações de pagamento de servidores ativos e inativos, bem como de auxílios e benefícios previstos em lei, atendendo ao princípio da legalidade. Essas ações ocupam a maior fatia do orçamento institucional e têm influência indireta no cumprimento dos objetivos institucionais, por exemplo, ao subsidiar

a força de trabalho que realiza atividades necessárias ao alcance dessas metas. Como exemplos de objetivos alcançados com o apoio indireto desses programas, pode-se citar: ministrar educação profissional, ministrar cursos de formação inicial e continuada, fomentar a pesquisa, desenvolver atividades de extensão e ofertar cursos superiores de tecnologia e bacharelado. Dentre as atividades com recursos oriundos dos programas supramencionados, podem ser citadas, por exemplo: o pagamento dos docentes que ministram as aulas e o pagamento dos servidores que trabalham no gerenciamento das ofertas de cursos, no desenvolvimento de ferramentas no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) e que auxiliam a gestão de bolsas de pesquisa e extensão.

Além disso, dentro dos programas de gestão e manutenção, está inclusa a ação “4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, sendo reconhecidamente uma das forças da instituição possuir professores e técnicos administrativos bem capacitados. A capacitação permite um melhor conhecimento do seu fazer, por parte dos servidores, garantindo melhores caminhos para a resolução dos problemas, culminando no alcance dos objetivos e finalidades e atendimento do princípio da eficiência.

Programas temáticos

São descritos no Art. 5º, inciso I, da Lei nº 13.971/2019 (Plano Plurianual) como aqueles que “expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade”. Além disso, os programas temáticos apresentam, dentre outros elementos, um objetivo constituinte. O programa temático com recursos repassados ao IFRN também foi descrito anteriormente:

- *2080 - Educação de qualidade para todos:* o objetivo deste programa está descrito no Plano Plurianual 2016-2019 como “Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.” Esse objetivo relaciona-se intimamente com os objetivos do

IFRN. Seus recursos são empregados diretamente nos macroprocessos finalísticos do IFRN (aqueles que garantem o ensino, pesquisa e extensão), fomentando suas políticas nessas áreas, além de permitirem as políticas de assistência estudantil e a gestão administrativa do Instituto. É, portanto, o programa cujos recursos apresentam maior versatilidade e heterogeneidade nas despesas. Por essa razão, vale lembrar as três ações componentes do programa que são aplicadas na instituição:

- *20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica*: seus recursos permitem a ampliação do espaço físico onde são executadas a maior parte das ações institucionais. Ter ambientes agradáveis, seguros e funcionais é um elemento fundamental para atingir os objetivos e finalidades institucionais;
- *20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica*: ação mais heterogênea, permite a organização dos processos seletivos para discentes, aquisição de material de consumo e equipamentos utilizados nas aulas e ambientes de apoio, bolsas de tutoria, monitoria e estágio, fomenta as ofertas de cursos de extensão, permite ainda a participação de discentes e docentes em eventos nacionais e internacionais, além de reformas e manutenção dos espaços físicos, dentre outras finalidades, consolidando o alcance de todos os objetivos e finalidades;
- *2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica*: permite a compra de equipamentos e materiais de consumo para serem utilizados pelos discentes, permite a oferta de bolsas de alimentação para estudantes e possibilita ainda a realização de aulas externas, dentre outras atividades, melhorando os índices de permanência e êxito discente, garantindo, portanto, a consolidação da oferta de vagas de educação profissional e tecnológica.

Programa finalístico: 5012 - Educação Profissional e Tecnológica

Seu objetivo é descrito no anexo I da Lei nº 13.971/2019 como “Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, em especial nos

cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando-se a oferta às demandas do setor produtivo”, perfeitamente alinhado à missão institucional. Os recursos repassados ao IFRN referentes ao programa finalístico se vinculam às seguintes ações orçamentárias:

- *20RG - Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*: seus recursos permitem a ampliação do espaço físico onde são executadas a maior parte das ações institucionais. Ter ambientes agradáveis, seguros e funcionais é um elemento fundamental para atingir os objetivos e finalidades institucionais;
- *20RL - Funcionamento das Instituições Federais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*: ação mais heterogênea, permite a organização dos processos seletivos para discentes, aquisição de material de consumo e equipamentos utilizados nas aulas e ambientes de apoio, bolsas de tutoria, monitoria e estágio, fomenta as ofertas de cursos de extensão, permite ainda a participação de discentes e docentes em eventos nacionais e internacionais, além de reformas e manutenção dos espaços físicos, dentre outras finalidades, consolidando o alcance de todos os objetivos e finalidades;
- *2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica*: permite a compra de equipamentos e materiais de consumo para serem utilizados pelos discentes e a oferta de bolsas de alimentação para estudantes. Possibilita ainda a realização de aulas externas, dentre outras atividades, melhorando os índices de permanência e êxito discente, garantindo, portanto, a consolidação da oferta de vagas de educação profissional e tecnológica.

Programa de gestão: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

Os recursos oriundos desses programas funcionam como suporte para a execução do programa finalístico. Dentro destes programas, estão incluídas as ações de pagamento de servidores ativos e inativos,

bem como de auxílios e benefícios previstos em lei, atendendo ao princípio da legalidade. Essas ações ocupam a maior fatia do orçamento institucional e têm influência indireta no cumprimento da missão institucional, por exemplo, ao subsidiar a força de trabalho que realiza atividades necessárias ao seu alcance. Entretanto, identifica-se relevância do programa de gestão para o alcance de 2 objetivos estratégicos do IFRN: GI3 – Aprimorar a eficiência dos serviços prestados pelos servidores e OR2 – Garantir a eficiência do gasto público, cujos indicadores de desempenho monitoram os gastos desse programa. Dentre as atividades com recursos oriundos do programa de gestão, podem ser citadas, por exemplo: o pagamento dos docentes que ministram as aulas, o pagamento

dos servidores que trabalham no gerenciamento das ofertas de cursos e no desenvolvimento de ferramentas no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap) e que auxiliam a gestão de bolsas de pesquisa e extensão. Além disso, dentro do programa de gestão, está inclusa a ação “4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, sendo reconhecidamente umas das forças da instituição possuir professores e técnicos administrativos bem capacitados. A capacitação permite um melhor conhecimento do seu fazer por parte dos servidores, garantindo melhores caminhos para a resolução dos problemas, culminando no alcance dos objetivos e finalidades e no atendimento ao princípio da eficiência.

	ALOCÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS	MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS
PRINCIPAIS DESAFIOS	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar o planejamento de 23 unidades em um planejamento institucional que seja sensível às necessidades e particularidades de cada <i>campus</i> e, ao mesmo tempo, uniforme; • Promover o equilíbrio entre os recursos orçamentários alocados aos <i>campi</i> avançados para ao seu funcionamento e a previsão orçamentária da matriz Conif para essas unidades. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construir instrumentos para mensuração de custos e, assim, ter condições de priorizar e cortar ações que precisam ser reforçadas ou descontinuadas; • Manter o equilíbrio financeiro do IFRN na perspectiva de indutora de desenvolvimento local, como parte de sua função social; • Regionaliza as contratações, a partir dos Núcleos, conforme Plano de Centralização de Contratações Públicas; • Consolidar o Almoxarifado Virtual para aquisição de materiais de consumo.
AÇÕES FUTURAS	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar o Plano de Contratações Anual de todas as unidades ao planejamento estratégico da instituição, a partir de uma coordenação sistêmica da Reitoria; • Otimizar os gastos nos <i>campi</i> avançados visando adequar os recursos alocados para a manutenção e funcionamento dessas unidades à realidade orçamentária disponibilizada pela rede (Setec). 	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar o fluxo interno entre Reitoria e os <i>Campi</i> para as aquisições via Almoxarifado Virtual; • Institucionalizar os núcleos regionais para contratações públicas e estruturar a Diretoria de Licitações para atuar sistemicamente no planejamento das contratações e coordenação dos referidos núcleos.

2.4.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRA

Os critérios adotados são aqueles estabelecidos na legislação, em especial na Instrução Normativa nº 01/2010, com o seu cumprimento em todos os processos licitatórios. Além disso, é feito um trabalho de orientação junto aos *campi*, para que sejam cumpridas as normas legais. Como exemplo, pode-se citar a orientação da necessidade de rigoroso acompanhamento por parte dos fiscais de contratos. Outrossim, é

obrigatória a assinatura de declaração de obediência aos critérios de sustentabilidade ambiental como parte da apresentação de proposta por empresa licitante, sendo esta declaração disponibilizada no ato da publicação. Ressalta-se ainda que, de acordo com a legislação, cabe aos setores demandantes definirem os critérios de sustentabilidade, mas sempre com as orientações da DILIC.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

RESÍDUO POLUENTE	RESULTADOS OBTIDOS
<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos como pilhas, baterias e resíduos eletrônico 	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição de coletores de pilhas de forma a realizar a coleta e destinação adequada de resíduos perigosos para o meio ambiente, conforme Resolução Conama nº 401/2008, Lei nº 12.305/2010 e demais normativos. Parte de equipamentos eletrônicos com defeitos são reaproveitados nos laboratórios apropriados em aulas práticas.
<ul style="list-style-type: none"> Resíduos hospitalares 	<ul style="list-style-type: none"> Acondicionamento adequado e contratação de empresas para transporte e destinação corretos de resíduos hospitalares, o que promove uma maior segurança para toda a comunidade.
<ul style="list-style-type: none"> Periféricos e demais componentes de Tecnologia da Informação 	<ul style="list-style-type: none"> Em alguns <i>campi</i> com cursos na área de informática, parte dos equipamentos eletrônicos com defeitos são reaproveitados nos laboratórios apropriados em aulas práticas.
<ul style="list-style-type: none"> Resíduos comuns 	<ul style="list-style-type: none"> Redução na geração de lixo. Separação dos resíduos em recicláveis e não recicláveis, em que o primeiro é destinado a coleta seletiva que pode ocorrer dentro do <i>campus</i> ou fora. Em alguns <i>campi</i>, ocorre a contrapartida em receber materiais acabados, como vassouras.
<ul style="list-style-type: none"> Efluentes Líquidos 	<ul style="list-style-type: none"> Adequação e melhorias nas estações de tratamento, eliminação de fossa, sumidouro, diminuição da quantidade de esgoto gerada que infiltra no solo ou vai para a rede coletora e reuso da água em irrigação. Acondicionamento adequado e contratação de empresas para transporte e destinação corretos de resíduos líquidos químicos.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

AÇÃO EMPREENDIDA	RESULTADOS OBTIDOS
<ul style="list-style-type: none"> Instalação/manutenção de coletores de água produzida pelo uso de aparelhos centrais de ar, capação de água proveniente dos bebedouros e de cisternas para captação de águas pluviais 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da disponibilidade de água para usos específicos nos <i>campi</i>
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção preventivas e corretivas em equipamentos de refrigeração (centrais de ar-condicionado e bebedouros) 	<ul style="list-style-type: none"> Os reparos de defeitos existentes, bem como revisão e substituições de peças preventivamente, propiciaram o adequado funcionamento desses equipamentos, proporcionando menor gasto energia elétrica
<ul style="list-style-type: none"> Instalação de equipamentos elétricos com selo Procel classe A e Substituição de lâmpadas Fluorescentes por lâmpadas de LED 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição dos custos de energia elétrica e as lâmpadas substituídas são acondicionadas e enviadas para o correto descarte
<ul style="list-style-type: none"> Redução do uso de copos descartáveis e papeis de impressão branco nos <i>campi</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Campanha de adoção de garrafas e copos reutilizáveis, diminuindo de material de difícil decomposição. Preferência pelo uso de papel de impressão recicláveis, diminuindo o uso de papel branco
<ul style="list-style-type: none"> Instalação/manutenção de painéis fotovoltaicos 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição dos custos de energia elétrica (participação em mais de 63% da energia fotovoltaica em relação a energia consumida na Instituição)
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção e funcionamento dos poços tubulares e dessalinizados 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção e limpeza dos poços tubulares e dessalinizados, aumentando a sua eficiência, bem como a produção de água
<ul style="list-style-type: none"> Produção de mudas de plantas nativas no viveiro, hortas e fruticultura irrigada para autoconsumo na merenda e experimentos em laboratório 	<ul style="list-style-type: none"> Menor dependência e aquisição de alimentos industrializados
<ul style="list-style-type: none"> Manutenção e reparos na rede hidráulica, incluindo tubulações e caixas de armazenamento e distribuição de água 	<ul style="list-style-type: none"> Diminuição de vazamentos e redução do consumo de água
<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da estação de tratamento de efluente 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da estação de tratamento de efluente para uso de irrigação em pastos e cultivos com redução de uso de água potável e de poços.
<ul style="list-style-type: none"> Instalação/manutenção de coletores de água produzida pelo uso de aparelhos centrais de ar, capação de água proveniente dos bebedouros e de cisternas para captação de águas pluviais 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da disponibilidade de água para usos específicos nos <i>campi</i>

OUTRAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

RESÍDUO	RESULTADOS OBTIDOS
Uso de resíduos de pó de café	O pó de café é utilizado como adubo para as plantações no <i>campus</i> , evitando o envio desse resíduo para aterros
Aquisição de <i>squeezes</i> e diminuição de materiais descartáveis	Redução no consumo de copos descartáveis, o que proporciona a otimização do uso de recursos naturais
Redução de materiais impressos	Economia na utilização de papeis, redução de materiais impressos, optando pelo digital
Conscientização e educação ambiental	Aumento de conscientização/educação ambiental com palestras, rodas de conversa e implantação de hábitos que ajudem a diminuir e racionalizar os gastos energéticos e hídricos
Reutilização de podas de arvores e outros materiais orgânicos	Produção de húmus que são utilizados como adubos nas plantações e canteiros dos <i>campi</i>
Campanhas educativas	Campanhas educativas para uso consciente de água e energia elétrica, gerando economia
Reuso da água da piscina	Reuso da água da piscina que é retirada na sua limpeza no processo de irrigação



3

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS



GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos do IFRN, instituída pela Resolução nº 50/2017-CONSUP/IFRN, foi reformulada em 2021 através da Resolução Nº 30/2021-CONSUP/IFRN, que estabelece a sua estrutura, diretrizes metodológicas e abrangência dos processos organizacionais. A partir da criação da política, foram designados o Núcleo de Gestão de Riscos (NGRIS), através da emissão da Portaria nº 301/2021-RE/IFRN, o Comitê Gerencial (CGER) e o Comitê de Gestão Estratégica (CGEST) através da emissão da Portaria nº 617/2021 - RE/IFRN. Os trabalhos do NGRIS iniciaram em fevereiro de 2021, com a revisão da Política, que motivou a propositura de adequações da estrutura e atribuições dos órgãos de primeira e de segunda linha de defesa previstos no normativo originalmente aprovado pela supracitada Resolução nº 30/2021-CONSUP/IFRN, bem como a integração do Programa de Integridade à essa política, pela incorporação da Unidade de Gestão de Integridade aos trabalhos do NGRIS. Essas alterações foram integralmente aprovadas na reunião ordinária do Conselho Superior do IFRN do dia 11/06/2021. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento pelo NGRIS o Plano de Ação da gestão de riscos, que definirá os elementos norteadores de implementação e do processo contínuo da gestão de riscos, a partir do estabelecimento da atuação operacional de cada agente integrante das três linhas de defesas estruturadas nos termos da política aprovada, considerando todas as etapas metodológicas a serem executadas sistematicamente.

Foi constituída a Unidade de Gestão da Integridade através da Resolução nº 42/2020-CONSUP/IFRN, para a implantação de Programa de Integridade, nos termos do Decreto nº 8.420/2015. A Resolução nº 45/2020 - CONSUP/IFRN aprovou a primeira versão do Plano de Integridade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, para fins de implantação do Programa de Integridade de que trata o Decreto nº 8.420/2015 e nos termos da Portaria nº 57/2019-CGU. As instâncias de integridade são identificadas nesse plano, bem como estabelecidas as diretrizes de identificação de riscos de quebra de integridade pública e os princípios de ações de tratamento desses riscos, bem como de contingência. No entanto, ainda se encontram em elaboração os planos de rotinas específicos para diversos tipificados casos de quebra de integridade, tais como conflito de interesse, nepotismo, abuso de posição ou poder em favor de interesses privados, Pressão interna (influência sobre funcionários, ações de retaliação contra possíveis denunciadores) ou externa ilegal (*lobby* fora dos limites legais, tráfico de influência), solicitação ou recebimento de vantagem indevida, utilização de recursos públicos em favor de interesses privados (apropriação indevida, peculato, automóveis, tempo de trabalho, equipamentos do escritório).



PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com os riscos identificados nos processos, pela Reitoria e os *campi*, evidencia-se um avanço considerável na possibilidade de mitigação, permitindo entre outras coisas, tomar decisões de forma mais adequada para explorar oportunidades, principalmente os com maior potencial de probabilidade x impacto. Assim, por sua vez, elencados tais riscos, em grande parte depreendidos dos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN – PDI 2019-2026, intenta-se obter segurança razoável para o êxito no cumprimento de sua missão e função social. As áreas temáticas de maior destaque no levantamento dos riscos foram, a saber: licitação, orçamento, extensão, capacitação, ensino, assistência estudantil, contratação de pessoal, gestão de processos, contratos, permanência e êxito, políticas inclusivas, patrimônio, saúde, comunicação, manutenção, gestão estratégica, folha de pagamento e pesquisa e inovação.

As etapas de análise e avaliação de riscos, subsequentes à conclusão dos trabalhos que estão sendo realizados, demonstrarão a situação de cada um dos eventos de risco identificados dentro de uma matriz de riscos, a partir da mensuração semiquantitativa das consequências e probabilidades de ocorrências desses eventos, o que permitirá estabelecer a priorização daqueles que serão inicialmente objeto de ações de tratamento e resposta ao risco, monitoramento, bem como a constarem em plano de contingência.

O plano operacional de implantação da Política da gestão de riscos do IFRN (Plano de Ação), em fase de finalização para submissão à aprovação superior em 2022, no qual estão definidos os critérios de riscos e os elementos norteadores de implementação do processo contínuo da gestão de riscos, a partir do estabelecimento da atuação operacional de cada agente integrante das três linhas de defesas estruturadas nos termos da política aprovada, considerando todas as etapas metodológicas a serem executadas sistematicamente, será submetido à apreciação do CGER, objetivando a aprovação no âmbito do CGEST, nos termos dos trâmites processuais estabelecidos na Política aprovada na Resolução nº 30/2021-CONSUP/IFRN, para então serem iniciadas as etapas operacionais da metodologia constante do Plano sobre os processos organizacionais do IFRN.

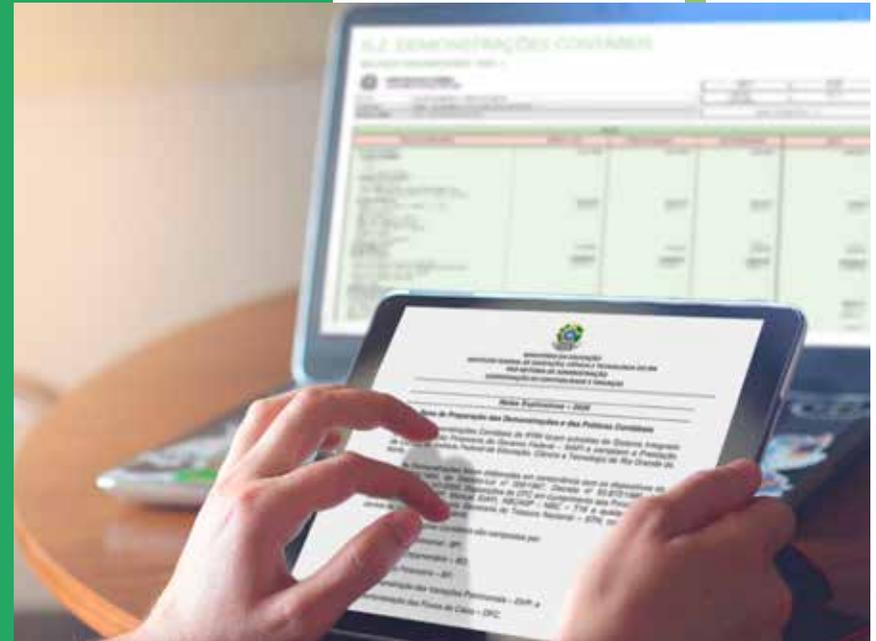
Operacionalmente, o processo de gestão de riscos se dará através do seu membro (2ª linha de defesa da GR) e os respectivos proprietários de riscos locais (1ª linha de defesa da GR), com a identificação de riscos, análise, avaliação, estudos de respostas e tratamento, monitoramento e análise crítica periódica, em ferramenta própria, a partir de projeto particularmente concebido pelo NGRIS, no qual estão empregadas técnicas de abordagens de análise e avaliação minimizadoras de subjetividade de conclusão, a partir de múltiplos parâmetros quantitativos e semiquantitativos a serem respondidos e vinculados, em cada uma das etapas do processo da GR, ao risco identificado.

Os trabalhos realizados pelo NGRIS em 2021 já apresentam a identificação inicial de riscos de eventos danosos à integridade de processos organizacionais das áreas estratégicas de *planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação*, relatados no item 2.3.3 para o Objetivo Estratégico G11 - Implantar a Política de Gestão de Riscos.



4

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATO DA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS



Cláudio César A. Florencio

CONTADOR

O resultado financeiro é representado através do confronto entre ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRN.

No exercício de 2021, as receitas orçamentárias do IFRN totalizaram R\$ 1.678.289,42, já contabilizadas as deduções da receita, cujo valor chegou a R\$ 11.828,00. Esse valor representa apenas 0,06% do total dos ingressos do balanço financeiro, uma vez que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes das Transferências Financeiras Recebidas e os Recebimentos Extraordinários, que juntos representaram 81,34% dos ingressos. Houve, ainda, uma redução na arrecadação das receitas orçamentárias na ordem de 23,59% quando comparado ao mesmo período de 2020, ao mesmo tempo em que houve uma transposição do saldo do exercício anterior da ordem de R\$ 51.594.181,71.

No que tange às despesas orçamentárias, elas representaram 72,98% de todos os dispêndios, dos quais 89,49% referentes às despesas ordinárias e 10,51% às despesas vinculadas. No comparativo com o mesmo período de 2020, as despesas orçamentárias tiveram um acréscimo de 0,15%.

O IFRN chegou ao final do exercício de 2021 apresentando um montante de R\$ 1.678.289,42 a título de receita realizada, ao passo que a sua previsão inicial atualizada era de R\$ 329.421.526,00. Daquele valor, 100% referem-se às receitas correntes, uma vez que não houve, no período, nenhuma arrecadação de Receita de Capital. Dentre as receitas arrecadadas, as de maior representatividade foram as receitas de serviços com um valor de R\$ 1.354.631,20, representando 80,71% de todas as receitas arrecadadas, seguidas por 14,90% das receitas patrimoniais, correspondendo a um valor arrecadado de R\$ 250.107,30.

Das despesas correntes empenhadas até dezembro de 2021, 83,95% foram relativas a pessoal e encargos sociais e 16,05% a outras despesas correntes. Dessas despesas correntes empenhadas, 92,16% foram objeto de liquidação e 83,68% foram devidamente pagas. Com relação às outras despesas correntes, as suas despesas empenhadas equivalem a R\$ 107.208.922,91, sendo superior à dotação atualizada, que fora de R\$ 96.826.232,00, em virtude de que o IFRN também executa orçamento de outros órgãos enviados através de Termos de Execução Descentralizada – TEDs. Nesses casos, os valores da dotação estão no balanço orçamentário do órgão concedente, constando em nosso balanço apenas a execução.

No que tange às despesas de capital empenhadas no exercício de 2021, as mesmas representaram apenas 1,73% do total das despesas orçamentárias, correspondendo a um montante de R\$ 11.789.002,69, dos quais 18,87% foram liquidadas e 18,57% efetivamente pagas. Durante o período, 100% das despesas executadas foram decorrentes dos créditos iniciais, não havendo abertura de créditos suplementar, especial ou extraordinários.

O saldo patrimonial do IFRN atingiu, no final do exercício, o montante de R\$ 363.885.220,32, o que corresponde a um acréscimo aproximado de 6,63% se comparado com o exercício anterior. O déficit financeiro apurado no final do exercício totalizou o valor de R\$ 78.329.319,56 que, de acordo com a legislação vigente, corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Houve uma variação positiva de 23,29% referente à reavaliação de ativos no exercício em relação ao mesmo período de 2020, oriunda de reavaliações de bens imóveis. Esse trabalho de reavaliação teve início em 2015, com o objetivo de reavaliar todos os bens imóveis do IFRN com prazo de reavaliação expirado no Spiunet.

O grupo da depreciação, amortização e exaustão apresentou uma variação negativa de 5,22% em relação ao mesmo período de

2020. O maior destaque dessa variação está na conta de depreciação de bens móveis, correspondendo a R\$ 14.528.927,05, sendo seguido por R\$ 318.102,13 referentes à Depreciação de Bens Imóveis.

O resultado patrimonial, que foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, apresentou superávit em 2021 da ordem de R\$ 15.499.049,38, contra um resultado negativo de R\$ 36.564.788,97 que foi apurado no exercício anterior.



5

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



5.1 INDICADORES - PLATAFORMA NILO PEÇANHA

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que, a partir do exercício de 2005, as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Para efeito desse Acórdão, são apresentados os resultados de um conjunto de indicadores acadêmicos, administrativos, socioeconômico e de gestão de pessoas, considerando-se o exercício de referência deste relatório de gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores.

Os referidos indicadores foram atualizados em 2021 pelo Acórdão nº 612/2021, para refletir as exigências do novo marco legal aplicável à atuação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e à dinâmica de atuação dessas entidades. Embora o novo Acórdão ainda possa ser atualizado posteriormente, uma vez que não definiu as fórmulas de cálculo para os indicadores, apresenta-se um resumo deles no quadro 5, detalhados à sequência. Os resultados encontram-se publicados na Plataforma Nilo Peçanha, que reúne as informações acadêmicas e de gestão alcançadas pelas instituições da Rede Federal.

Quadro 5 - Indicadores do Acórdão nº 2267/2005-TCU atualizados pelo Acórdão nº 612/2021

Indicadores		Exercícios				
		2021	2020	2019	2018	2017
Acadêmicos	Relação inscritos/vagas	4,49	4,11	3,51	3,39	4,99
	Ingressantes/matrículas	39,47%	40,8%	44,5%	46,4%	33,3%
	Conclusão por ciclo	51,00%	60,41%	57,84%	61,08%	57,1%
	Eficiência acadêmica por ciclo	55,40%	64,10%	59,9%	62,80%	58,90%
	Retenção por ciclo	7,96%	5,77%	3,44%	2,68%	2,98%
	Matrícula/professor	26,18	24,92	24,24	26,23	28,73
Administrativos	Gasto corrente por matrícula	14.909,95	14.686,77	14.286,01	14.077,95	12.482,31
	% gastos com pessoal	87,34%	86,38%	84,49%	78,50%	77,90%
	% gastos com outros custeios	9,31%	11,08%	12,88%	17,00%	14%
	% gastos com investimentos	3,34%	2,55%	2,63%	3,40%	3,00%
Socioeconômico	Informações de matrículas por renda					
	Até 0,5 S.M. (inclusive)	60,07%	58,58%	62,21%	62,76%	41,22%
	Entre 0,5 e 1 S.M. (inclusive)	21,71%	22,38%	21,24%	21,17%	13,25%
	Entre 1 e 1,5 S.M. (inclusive)	8,18%	8,43%	7,54%	7,64%	4,83%
	Entre 1,5 e 2,5 S.M. (inclusive)	5,22%	5,36%	4,85%	4,70%	3,57%
	Entre 2,5 e 3,5 S.M. (inclusive)	2,02%	2,29%	1,87%	1,84%	1,24%
Maior que 3,5 S.M.	2,80%	2,96%	2,29%	1,89%	1,21%	
Gestão de Pessoas	Titulação docente	4,3	4,3	4,2	4,1	4,1

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em 19/04/2022.

ANEXOS E APÊNDICES

A1 RESUMO DE MATRÍCULAS POR OFERTA E CAMPUS NO EXERCÍCIO

<i>Campus</i>	Doutorado	Engenharia	Especialização	FIC	Licenciatura	Mestrado	Proeja FIC Fundamental	Técnico Concomitante	Técnico Integrado	Técnico Integrado EJA	Técnico Subsequente	Tecnologia	TOTAL
Apodi	0	0	76	130	111	0	0	0	583	12	129	0	1041
Caicó	0	0	0	304	94	0	0	0	729	1	167	92	1387
Natal-Cidade Alta	0	0	106	270	0	0	0	0	416	0	295	242	1329
Canguaretama	0	0	62	265	118	0	0	0	476	0	110	160	1191
Ceará-Mirim	0	0	76	410	55	0	0	0	649	0	152	0	1342
Currais Novos	0	0	137	221	125	0	0	0	608	1	0	236	1328
Natal-Central	92	380	70	343	541	396	0	0	1628	0	1644	1255	6349
Ipanguaçu	0	0	0	698	253	0	0	0	473	131	175	128	1858
João Câmara	0	0	95	221	190	0	0	0	457	0	92	124	1179
Jucurutu	0	0	0	513	0	0	0	0	0	0	18	0	531
Lajes	0	0	0	177	0	0	0	0	409	0	103	0	689
Macau	0	0	51	256	169	0	0	0	496	0	48	0	1020
Mossoró	0	0	49	163	126	211	0	0	602	108	729	136	2124
Nova cruz	0	0	0	171	0	0	0	0	559	0	197	195	1122
Parelhas	0	0	0	57	0	0	12	0	344	0	79	0	492
Parnamirim	0	0	147	414	30	0	0	0	584	0	343	89	1607
Pau dos Ferros	0	0	48	389	109	0	0	0	850	0	0	95	1491
Santa Cruz	0	0	0	305	233	0	0	0	512	111	160	0	1321
São Gonçalo do Amarante	0	37	0	125	0	0	0	0	635	0	95	226	1118
São Paulo do Potengi	0	0	0	125	106	0	0	0	694	0	160	0	1085
Natal-Zona Leste	0	0	2191	833	122	0	0	13	0	0	252	138	3549
Natal Zona-Norte	0	0	0	261	156	0	0	0	581	127	209	330	1664
TOTAL	92	417	3108	6651	2538	607	12	13	12285	491	5157	3446	34817

Fonte: SUAP Ensino, consulta em 11/03/2022.

A2 GLOSSÁRIO

Ad referendum - sujeito à aceitação posterior por parte de um colegiado.

Anais - obra que relata os acontecimentos de cada ano.

Balanced scorecard - indicadores balanceados de desempenho. Instrumento gerencial de medição de desempenho de uma Instituição ou Empresa.

Boletim de serviço - determinação da Lei nº 4.965, de 5 de maio de 1966, que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo. Neste documento, são divulgados os atos de concessão de vantagens pecuniárias previstas na legislação em vigor.

Bolsas de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios - TAL - bolsas para alunos regularmente matriculados no IFRN, tendo cursado com aprovação as disciplinas correspondentes aos laboratórios para os quais se candidatam, com o objetivo de realizar prática profissional na modalidade de Atividades de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios -TAL.

Campi - forma plural de campus.

Campus - unidade de ensino.

Conformidade legal - legislação aplicável a cada área.

Contingenciamento - de acordo com o conceito do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão "O contingenciamento consiste no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas. Normalmente, no início de cada ano, o Governo Federal emite um Decreto limitando

os valores autorizados na LOA, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias (investimentos e custeio em geral). O Decreto de Contingenciamento apresenta como anexos limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impedem pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores. O poder regulamentar do Decreto de Contingenciamento obedece ao disposto nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)".

Discentes - alunos.

Docentes - professores.

Egressos - aqueles que deixaram de pertencer a comunidade acadêmica.

Estágio probatório - o estágio probatório está ligado a estabilidade do servidor público. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 41, "são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público".

Evasão escolar - descontinuidade dos estudos por parte do aluno.

Extensão - processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre o Instituto e a sociedade.

Fomentar - promover o desenvolvimento, estimular, desenvolver, instigar.

Gestão de riscos - segundo a Instrução Normativa nº 01/2016, do MP/CGU, artigo 2º, inciso VII,

gerenciamento de riscos é conceituado como o "processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização".

Governança - é definida pelo Decreto nº 9.203/2017 como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Incubadoras tecnológicas - tem como objetivo abrigar empresas inovadoras frutos de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, buscando o fornecimento de um ambiente dedicado ao desenvolvimento da empresa através do fornecimento de assessoria empresarial, contábilística, financeira e jurídica.

Indicadores - instrumentos de gestão para medir os resultados e acompanhar metas da Instituição.

Insalubridade - de acordo com a lei nº 6.514, de 22/12/77, "serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos".

Macroprocesso - é o meio pelo qual a Instituição reúne os grandes conjuntos de atividades para cumprir a sua missão.

Multicampi - Instituição com várias unidades.

Parques tecnológicos - área física delimitada, urbanizada, destinada às empresas intensivas em



tecnologia que se estabelecem próximas ou em universidades ou centros de pesquisas, com o objetivo utilizarem a capacidade científica e técnica dos pesquisadores e de seus laboratórios.

Periculosidade - de acordo com a lei nº 12.740, de 08/12/12, "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica e roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial".

Periódicos - publicações de assuntos específicos ou diversos que são publicados regularmente.

Plataforma Lattes - é uma plataforma virtual criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que agrega as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, em um único sistema de informações.

Pluricurricular - que têm múltiplos currículos.

Programa Mulheres Mil - de acordo com o Ministério da Educação, "o objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões".

Qualis - é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

Recurso de capital - segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola), que pertence à categoria capital deve ser empregada na aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, computadores, mobiliário, etc.).

Recurso de custeio - segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, "a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola), que pertence à categoria de custeio destina-se a cobrir despesas relacionadas aquisição de material de consumo (materiais de expediente, limpeza, construção, etc.) e contratação de serviços (manutenção hidráulica, elétrica, jardinagem etc.).

Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) - sistema desenvolvido pela equipe da Diretoria de Gestão de TI (DIGTI) para a Gestão dos Processos Administrativos do IFRN.

Termo de Execução Descentralizada - é definido, no Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, como "instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática".



A3 LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

API - Interface de Programação de Aplicativos
ASCE - Assessoria de Comunicação Social e Eventos
ASERI - Assessoria de Extensão e Relações Internacionais
BSC - *Balanced Score Card*
AUDGE - Auditoria Geral do IFRN
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD - Cargo de Direção
Cefet-RN - Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
Cern - Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos
CGU - Controladoria-Geral da União
CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola
CIS/PCCTAE - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação
Cipe - Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN
CNAT - *Campus* Natal - Central do IFRN
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COADPE - Coordenação de Administração de Pessoal
Codepe - Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal
COASS - Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor
Codipa - Comissão de Diárias e Passagens
Codir - Colégio de Dirigentes
Coen - Comitê de Ensino

Coinre - Coordenação de Infraestrutura e Redes
Conif - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Consepex - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Consup - Conselho Superior
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
Dieng - Diretoria de Engenharia e Infraestrutura
Digae - Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis
DIGPE - Diretoria de Gestão de Pessoas
DIGTI - Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
DOU - Diário Oficial da União
EaD - Educação a Distância
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
Enalic - Equipe Nacional de Licitações e Contratos
Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Encceja - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FIC - Formação Inicial e Continuada
Fiern - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte
Finep - Financiadora de Estudos e Projetos
Forti - Fórum de Diretores de Tecnologia da Informação/Conif

Funcern - Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte
Gabin - Gabinete
GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GR - Gestão de Riscos
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IF - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFRN - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IGC - Índice Geral de Cursos
IN - Instrução Normativa
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
ITMO - Incubadora Tecnológica Mossoró
ITNC - Incubadora Tecnológica Natal-Central
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Napne - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NBC - Normas Brasileira de Contabilidade
NC - Nota de Movimentação de Crédito
NCE - Núcleo Central Estruturante

NE – Nota de Empenho

Neabi - Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas

NEPP - Núcleos de Extensão e Prática Profissional

NGRIS - Núcleo de Gestão de Riscos

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica

Nuarte - Programa de Núcleos de Arte e Cultura

OCI - Órgão de Controle Interno

PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAE - Pesquisa de Acompanhamento de Egressos

PAF - Projeto de Autorização de Funcionamento de Curso

PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PET - Programa de Educação Tutorial

PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIT - Plano Individual de Trabalho

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPA - Plano Plurianual

PPC - Projeto Pedagógico de Curso

PPP - Plano de Providências Permanente

PPP - Projeto Político-Pedagógico

Proad - Pró-Reitoria de Administração

Prodes - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Proeja FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental

Proen - Pró-Reitoria de Ensino

Proex - Pró-Reitoria de Extensão

ProITEC - Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Propi - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

QVT - Qualidade de Vida no Trabalho

RAINT - Relatório de Auditoria Interna

RDC - Regime Diferenciado de Contratação

Regif - Rede de Grêmios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

RFECT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RP - Restos a Pagar

Sebrae-RN - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte

Secitex - Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão

Setec - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Siape - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIC - Serviço de Informação ao Cidadão

Sinaes - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Sistec - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

Sisu - Sistema de Seleção Unificada

SPIUnet - Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União

SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

Suap - Sistema Unificado de Administração Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TAL - Tutoria de Aprendizagem e Laboratório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TAM - Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCU - Tribunal de Contas da União

TED - Termo de Execução Descentralizada

TEM - Tutoria do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UERN - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UG - Unidade Gestora

UGI - Unidade de Gestão de Integridade

UGR - Unidade Gestora Responsável

UMinho - Universidade do Minho

UO - Unidade Orçamentária

UPC - Unidade Prestadora de Contas

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA

Tomás Dias Sant´Ana

REITOR DO IFRN

José Arnóbio de Araújo Filho

AUDITORA GERAL DO IFRN

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira

CONSELHO SUPERIOR DO IFRN CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO COLÉGIO DE DIRIGENTES

José Arnóbio de Araújo Filho
Presidente

Carolina Helena de Gois Dantas
Secretária

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Antônia Francimar da Silva
Álvaro Araújo de Medeiros
Ana Raquel Nunes Rodrigues de Azevedo
Anna Catharina da Costa Dantas
Carlos André de Oliveira
Felipe Augusto de Oliveira Guedes
Iara Cristianny de Brito Barbosa Albuquerque Pereira
Jean Carlo Nascimento Araújo
Renata Fernandes da Paz de Oliveira
Robercy Alves da Silva
Solange Marlene Thomaz
Varélio Gomes dos Santos

COORDENAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

Jean Carlo Nascimento Araújo
Robercy Alves da Silva
Solange Marlene Thomaz

REVISÃO TEXTUAL

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Jorge Henrique de Medeiros Santos



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte